

**Da Posição do Arquiteto:
O papel social e político da arquitetura e urbanismo
na construção de formas de territorialidade
comuns**
(Versão final após defesa)

Breno Cássio Lopes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(mestrado integrado)

Orientador: Prof. Doutora Maria de Fátima Canteiro Neto

fevereiro de 2025

Declaração de Integridade

Eu, Breno Cássio Lopes, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 40733 de/o Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade Engenharia, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 04/02 /2025

Breno Cássio Lopes

Dedicatória

A minha mãe, Angélica, que me ensinou a definição de abrigo muito antes da faculdade de arquitetura e que nem um oceano de distância foi capaz de ruir.

Notas prévias:

- A presente dissertação está redigida em português do Brasil com o novo Acordo Ortográfico.
- A formatação utilizada para a bibliografia é a Norma APA (*American Psychological Association*) 7^a edição.

” A **utopia** está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: **para que eu não deixe de caminhar.**” Fernando Birri (1925-2017), citado por Eduardo Galeano (1940-2015) em seu livro “Las Palabras Andantes” (Galeano, 2001, p. 230).

Resumo

O tema desta dissertação reflete sobre o papel social e político do arquiteto, não apenas como profissional, mas também como cidadão ativo. No ensino de arquitetura atual, a ênfase recai sobretudo em práticas que atendem questões funcionais e formais, reduzindo a arquitetura a um produto do mercado capitalista. Essa abordagem desvaloriza a função social do arquiteto, que deveria estar atenta aos problemas da cidade e da sociedade. No contexto das transformações no ensino de arquitetura em Portugal, país onde a investigação incidirá, eventos como a Reforma de 1957, as crises acadêmicas dos anos 60 e a Revolução de 1974 destacaram a importância da função social do arquiteto. O surgimento do SAAL, por exemplo, evidenciou a responsabilidade na luta por habitações dignas e acessíveis. No entanto, o ensino da arquitetura tem se mantido maioritariamente focado em temáticas formalistas, promovendo a ideia de um arquiteto como criador solitário, desconectado das questões sociais.

Dessa forma, o arquiteto limita seus diálogos ao campo especializado e às normas urbanas, sem considerar adequadamente as necessidades das comunidades, assim o entendimento da população que será impactada pelas criações é suprimido em prol de uma visão autocentrada. Por meio de estudos de caso, esta dissertação investiga como a consciência social se manifesta no ensino e nas práticas arquitetônicas, com especial enfoque no curso de Arquitetura da Universidade da Beira Interior, além de explorar estratégias de cooperação entre academia e municípios para gerar impactos sociais transformadores. A investigação histórica aliada com a exposição do esforço em mitigar a crise habitacional, componentes que estruturam a presente dissertação, mostrou-se fundamental para evidenciar a relevância da participação popular, assim como para identificar os condicionantes que norteiam a formulação de hipóteses profundamente conectadas ao território e à sua comunidade, entendidas aqui como territorialidade comum. Essas premissas são corroboradas pelos estudos de caso, os quais, além de consolidarem a relevância da pesquisa como etapa inaugural para a intervenção, também enfatizam a importância da colaboração interdisciplinar no campo especializado e com a sociedade.

Palavras-chave

Arquitetura; Política; Problemas sociais; Ensino acadêmico; UBI; Fundação.

Abstract

The theme of this dissertation reflects on the social and political role of the architect, not only as a professional, but also as an active citizen. In current architecture teaching, the emphasis is mainly on practices that address functional and formal issues, reducing architecture to a product of the capitalist market. This approach devalues the social role of the architect, who should be attentive to the problems of the city and society. In the context of transformations in architecture teaching in Portugal, the country where the investigation will focus, events such as the 1957 Reform, the academic crises of the 60s and the 1974 Revolution highlighted the importance of the architect's social role. The emergence of SAAL, for example, highlighted the responsibility in the fight for decent and affordable housing. However, architecture teaching has remained largely focused on formalist themes, promoting the idea of an architect as a solitary creator, disconnected from social issues.

In this way, the architect limits his dialogues to the specialized field and urban norms, without adequately considering the needs of the communities, thus the understanding of the population that will be impacted by the creations is suppressed in favor of a self-centered vision. Through case studies, this dissertation investigates how social consciousness manifests itself in teaching and architectural practices, with a special focus on the Architecture course at the University of Beira Interior, in addition to exploring cooperation strategies between academia and municipalities to generate social impacts transformers. Historical research combined with the exposure of the effort to mitigate the housing crisis, components that structure this dissertation, proved to be fundamental in highlighting the relevance of popular participation, as well as identifying the conditions that guide the formulation of hypotheses deeply connected to the territory and its community, understood here as common territoriality. These premises are corroborated by the case studies, which, in addition to consolidating the relevance of research as an inaugural step for intervention, also emphasize the importance of interdisciplinary collaboration in the specialized field and with society.

Keywords

Architecture;Politics;Social problems;Academic teaching;Fundão;BNAUT.

Índice

1. Introdução	1
1.1 Apresentação e justificativa do tema	1
1.2 Questões e objetivos	1
1.3 Relevância da investigação	2
1.4 Metodologia	3
1.5 Estrutura	4
2. Ensino e Reforma	7
2.1 Ensino Moderno	8
2.2 Reforma de 1957	12
2.2.1 A reforma de 57 nas Escolas de Belas-Artes do Porto e Lisboa	13
2.2.2 Influência nacional e internacional no ensino de arquitetura de 1958-69	16
2.2.3 As crises acadêmicas de 1962 e 1969	19
2.2.4 A contestação da Reforma em 1969	22
3. Revolução	26
3.1 Revolução de 1974 e o SAAL	27
3.1.1 Período revolucionário e pós-revolução na ESBAP e ESBAL	29
3.1.2 Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)	34
3.1.3 A internalização da Arquitetura Portuguesa	42
3.1.4 O Processo de Bolonha	46
4. A contínua crise da Habitação como pano de fundo	50
4.1 Desdobramentos práticos das necessidades habitacionais	51
4.1.1 Do Estado Novo até a Revolução de 1974	55
4.1.2 O período revolucionário	60
4.1.3 O princípio da atualidade	64
5. Territorialidade comum: 3 casos de estudo	68
5.1 50 anos depois. O envolvimento das escolas no debate atual - “Mais do que Casas”	70
5.1.1 A metrópole rural: (re)repensar os territórios de baixa densidade	78
5.2 Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário: O acordo interinstitucional entre universidade e município	85
5.3 Paisagens de Cuidado e Domesticidade – Programa Promove	89
6. Considerações finais	99
7. Bibliografia	105

Lista de Figuras

FIGURA 1 - CONGRESSISTAS E SUAS FAMÍLIAS EM FRENTE AO CONVENTO DE MAFRA EM 1948 (FUNDAÇÃO MARQUES DA SILVA, 1948).	8
FIGURA 2 - SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE ARQUITECTURA (SÁ, 1953).....	10
FIGURA 3 - FOTOGRAFIA DO ÚLTIMO CIAM REALIZADO EM 1959 (ALVES, 2014).	18
FIGURA 4 - MANIFESTAÇÃO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE LISBOA DURANTE A CRISE UNIVERSITÁRIA DE 1962 (COSTA, 2012).....	20
FIGURA 5 - CONCENTRAÇÃO EM FRENTE À UNIVERSIDADE DE COIMBRA EM ABRIL DE 1969 DURANTE A INAUGURAÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO DO DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA (SÉRGIO, 2007).....	21
FIGURA 6 - SESSÃO DE DISCUSSÃO DURANTE O ENCONTRO NACIONAL DE ARQUITECTOS EM 1969 (COMISSÃO ORGANIZADORA, 1969).....	23
FIGURA 7 - MANIFESTAÇÃO SOBRE A CRISE HABITACIONAL EM LISBOA (SALAY, 2023).	35
FIGURA 8 - MANIFESTAÇÃO DE MORADORES REIVINDICANDO O DIREITO À HABITAÇÃO NO PORTO EM 1974 (BANDEIRINHA, 2011, P. 130).	35
FIGURA 9 - REUNIÃO DE COMISSÕES DE MORADORES E DE BRIGADAS SAAL NO PALÁCIO DE CRISTAL EM 1975, NO PORTO (BANDEIRINHA, 2011, P. 161).....	37
FIGURA 10 - NUNO PORTAS E BARTOLOMEU COSTA CABRAL REUNIDO COM VISITANTES DE UMA VISITA GUIADA EM FRENTE A BANDA DE HABITAÇÃO, NO ESPAÇO PÚBLICO PROJETADO POR ELES EM OLIVAIS SUL (SADIO, 2022).	40
FIGURA 11 – REUNIÃO POPULAR DURANTE O PERÍODO DO SAAL EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE MORADIA – IMAGEM RETIRADA DO DOCUMENTÁRIO “A CIDADE DE PORTAS” (RTP2, 2023).	41
FIGURA 12 - ÁLVARO SIZA (A DIREITA DA IMAGEM) SENDO LAUREADO COM PRÊMIO PRITZKER EM 1992, PELO PRESIDENTE JAY PRITZKER (A ESQUERDA DA IMAGEM) (THE PRITZKER ARCHITECTURE PRIZE , S.D.).	45
FIGURA 13 - ANTIGO PÁTIO DENOMINADO "PÁTIO DO BIAGGI" E CONSIDERADO O MAIOR DE LISBOA (LEITE, 2022).	52
FIGURA 14 - EXEMPLO DE ILHA NO PORTO (PINTO, 2015, P. 14).....	53
FIGURA 15 - BAIRRO DE CASAS ECONÔMICAS DO BAIRRO DE MORADIAS POPULARES DO REGADO NO PORTO (INSTITUTO DE HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, 2018).....	56
FIGURA 16 - CONJUNTO HABITACIONAL CONSTRUÍDO PELA COMISSÃO PARA O ALOJAMENTO DE REFUGIADOS (CAR) EM ARRONCHES (CANDEIAS, 2024).....	61
FIGURA 17 - LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL, EM VERMELHO, DAS 25 INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA "MAIS DO QUE CASAS" (DE AUTORIA PRÓPRIA, 2024).	70
FIGURA 18 - ENCONTRO PARA DISCUSSÃO DE IDEIAS ENTRE DOCENTES E ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES ADERENTES AO "MAIS DO QUE CASAS" EM MARÇO DE 2024 NA FAUP (NOVAIS & PEREIRA, 2023).....	75

FIGURA 19 - EXPOSIÇÃO "MAIS DO QUE CASAS: COMO VAMOS HABITAR EM ABRIL DE 1974?" (NOVAIS & PEREIRA, 2023).	76
FIGURA 20 - A REGIÃO ASSINALADA CORRESPONDE AO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO DO EXERCÍCIO ACADÊMICO "METRÓPOLE RURAL", BELMONTE, COVILHÃ E FUNDÃO (DE AUTORIA PRÓPRIA, 2024).....	78
FIGURA 21 - CONTRIBUTO DA UBI NA EXPOSIÇÃO "MAIS DO QUE CASAS" BASEADO EM UM ESQUEMA DA POSSIBILIDADE DE DIMINUIÇÃO DO CO2 A PARTIR DO REFLORESTAMENTO E DO AGROVOLTAICO ALÉM DA DISTRIBUIÇÃO DESSAS MEDIDAS NO TERRITÓRIO (MARUM, GARCIA, & GADANHO, 2023).	81
FIGURA 22 - MAPA DO CONTRIBUTO DA UBI NA EXPOSIÇÃO DO "MAIS DO QUE CASAS" MATERIALIZANDO A METRÓPOLE RURAL A PARTIR DA ESTIMATIVA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, CONEXÃO ENTRE ALDEIAS E A PREOCUPAÇÃO COM A ECOLOGIA, RECURSOS ENERGÉTICOS E A ECONOMIA SUSTENTÁVEL (MARUM, GARCIA, & GADANHO, 2023).	83
FIGURA 23 - PARTICIPANTE EXPLICANDO A ORGANIZAÇÃO PRAGMÁTICA SEGUNDO O <i>VASTU VIDYA</i> (DE AUTORIA PRÓPRIA, 2023).....	89
FIGURA 24 - ÁREAS GEOGRÁFICAS ABRANGIDAS PELO 'PROGRAMA PROMOVE' E A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO "PAISAGENS DE CUIDADO E DOMESTICIDADE" (DE AUTORIA PRÓPRIA, 2024).	90
FIGURA 25 - INTERFACE DESENVOLVIDA PELO MOM PARA MELHOR DISCUSSÃO COLETIVA (MOM -MORAR DE OUTRAS MANEIRAS-, 2019).....	93
FIGURA 26 - MARCAÇÃO DA TRENA DEMONSTRANDO A PROPORÇÃO NO ESPAÇO REAL (MOM -MORAR DE OUTRAS MANEIRAS-, 2019).	94
FIGURA 27 - "HOUSE GAME", INTERFACE UTILIZADA NO WORKSHOP DO PROJETO "PAISAGENS DE DOMESTICIDADE E CUIDADO" (DE AUTORIA PRÓPRIA, 2024).	95
FIGURA 28 - ETIQUETAS DOS ESPAÇOS DOMÉSTICOS, TIPIFICAÇÃO DOS PISOS, MARCAÇÃO DE ESCADA E DOIS TIPOS DE SANITÁRIOS, ADAPTAÇÕES REALIZADAS PARA O JOGO (DE AUTORIA PRÓPRIA, 2024).	95
FIGURA 29 - MINIATURA DE MOBILIÁRIO DISPONÍVEL NO "HOUSE GAME" (DE AUTORIA PRÓPRIA, 2024).	96
FIGURA 30 - A UTILIZAÇÃO DO "HOUSE GAME" EM UM DOS WORKSHOPS COM A COMUNIDADE UCRANIANA, QUE AUTORIZARAM E ACEITARAM SEREM FOTOGRAFADAS DURANTE O PROCESSO (DE AUTORIA PRÓPRIA, 2024)...	96
FIGURA 31 - EXEMPLO DO JOGO FINALIZADO E DA PARTICIPANTE COLOCANDO O MOBILIÁRIO, NESSE CASO EM ESPECÍFICO ERA UM APARTAMENTO T2 NA UCRÂNIA EM UM EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR DE SEIS PISOS (DE AUTORIA PRÓPRIA, 2024).....	97
FIGURA 32 – “SMALL PLEASURE OF LIFE”, AÇÕES COTIDIANAS DESENHADAS PELA ARQUITETA ALISON SMITHSON EM 1993 (SMITHSON & SMITHSON, 1994).	99

Lista de Acrónimos

ACM	Alto Comissariado das Migrações
APA	<i>American Psychological Association</i>
BNAUT	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
CAR	Comissão para Alojamento de Refugiados
CASU	Centro de Ação Social Universitário
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CMF	Câmara Municipal do Fundão
DECA	Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura
DIVDOT	Divisão de Desenvolvimento e Ordenamento do Território
EA-UFGM	Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
EBAL	Escola de Belas-Artes de Lisboa
EBAP	Escola de Belas-Artes do Porto
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EHEA	<i>European Higher Education Area</i>
ENA	Encontro Nacional de Arquitetura
EPUL	Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
ESBAL	Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa
ESBAP	Escola Superior de Belas-Artes do Porto
FAUP	Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
FFH	Fundo de Fomento à Habitação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GOP	Grandes Opções do Plano
IA	Inteligência Artificial
IARN	Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INH	Instituto Nacional de Habitação
ISAEU	Instituto Superior de Arquitetura e Estados Urbanos
ISS	Instituto da Segurança Social
JOMA	Jogo da Maquete

LBH	Lei de Bases da Habitação
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MFA	Movimento das Forças Armadas
MOM	Morar de outras maneiras
MUDE	Museu do Design
NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
NPGAU	Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
NRAU	Novo Regime do Arrendamento Urbano
ONU	Organização das Nações Unidas
PPCC	Pequenos Congressos
PI	Planos Integrados
PREC	Processo Revolucionário em Curso
PRJ	Departamento de Projetos
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RGCA	Reunião Geral do Curso de Arquitectura
RIA	Reuniões Inter Associações
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SNA	Sindicato Nacional dos Arquitetos
UBI	Universidade da Beira Interior
UC	Unidade Curricular
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
UIA	União Internacional dos Arquitetos
UNECE	<i>United Nations Economic Commission for Europe</i>

1. Introdução

1.1 Apresentação e justificativa do tema

O presente trabalho reflete a inquietação do autor, migrante brasileiro, com a relação entre o ensino e função do arquiteto enquanto agente inserido espacialmente em um território, ou seja, refletir sobre as implicações que o ensino acadêmico português verterá no exercício profissional da organização dos espaços, especialmente a respeito do papel social e político que este prestara em sua comunidade, fato esse que remete ao pensamento do arquiteto Fernando Távora (1923-2005) em seu livro *Da Organização do Espaço*, “Antes de arquitecto, o arquitecto é homem, e homem que utiliza da sua profissão como um instrumento em benefício dos outros homens, da sociedade a que pertence” (Távora, 1999, p. 74).

Existe então, para concretização dessa pesquisa, uma necessidade de entendimento sobre as estratégias na tomada de ações que desencadeiam outras influenciando uma cronologia e eventos que darão respostas para o desempenho da função do arquiteto ora mais político e social ora mais liberal. Nessa perspectiva, é interessante cruzar com o sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) quando afirma que as ações dos indivíduos é a união entre um *habitus*¹ e um campo (conjuntura), ou seja, as estratégias são tomadas a partir dos estímulos de uma determinada fração histórica, ressaltando a importância do entendimento historiográfico para se entender as oscilações do papel do arquiteto no tempo (Setton, 2002, p. 64).

Nesse sentido, a investigação parte da Reforma de 57 na contestação do ensino moderno, não por se tratar de um momento de inflexão, mas por introduzir a luta do Ensino Moderno da Arquitetura alicerçada na luta pela Arquitetura Moderna em Portugal (Moniz, 2010) – trazendo inevitavelmente consigo a dualidade da visão do arquiteto como técnico ao serviço da sociedade e do trabalho coletivo versus o arquiteto como criador liberal (Montaner & Muxí, 2011) – iniciando um processo de sucessivas lutas e contestações, de avanços e recuos.

1.2 Questões e objetivos

Essa dissertação tem como ponto de partida uma questão fundamental que se relaciona com o estímulo que a academia dispõe para os alunos a nível de os preparar para lidar com problemas sociais, mas para além disso, também se questiona a existência de outras maneiras projetuais que estejam alinhadas com as necessidades sociais, ou seja, atentas as problemáticas específicas de uma comunidade.

¹ “Habitus é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano.” (Setton, 2002, p. 63)

Diante do percurso acadêmico em arquitetura, verifica-se uma ausência da perspectiva social e conseqüentemente política na formação de novos profissionais em arquitetura. Nesse sentido pretende-se realizar estudos sobre a importância da consciência política nas práticas arquitetônicas, bem como entender como novas práticas projetuais emergem para conseguir dar melhores respostas para a sociedade. Para isso, é necessário perguntar: como estimular o pensamento crítico nas escolas de arquitetura, para preparar futuros arquitetos a lidarem com os problemas sociais contemporâneos? Como recuperar o papel da academia como espaço de reflexão e contribuição na formação de arquitetos-cidadãos sensíveis aos problemas sociais e territoriais?

Entender o ensino e suas reformas (avanços e recuos) em Portugal, assim como o contexto sociopolítico cultural que o motivam, se faz importante, já que retrata o ponto de partida da forma que se leciona além de ressaltar os motivos da falha supracitada. É por esse meio que se pretende incidir, em busca do entendimento sobre os motivos do afastamento entre o arquiteto e o ambiente político. Ademais, é crucial investigar as rupturas que o sistema acadêmico permite para que a interação dos futuros profissionais da área e a sociedade seja feita de modo produção e consumo em massa. Nesse cenário, surge uma outra questão: seria possível renovar a forma como a arquitetura é pensada dentro dessa lógica de mercado?

Dentro dos objetivos gerais, a dissertação pretende por um lado: Identificar o contexto de formação dos profissionais em arquitetura, entender a dinâmica do arquiteto e a sociedade na perspectiva de cliente e por outro lado investigar novas práticas arquitetônicas, aquelas que estão mais próximas do utilizador, bem como o contributo da arquitetura participativa na comunidade.

1.3 Relevância da investigação

A presente investigação se mostra relevante uma vez que trata de um assunto pertinente na atualidade, já que se formam arquitetos desligados do contexto real das comunidades em vulnerabilidade social. É nesse contexto que o arquiteto tecnocrático é entendido como principal ou até mesmo a única solução para as práticas da profissão, e o ensino em arquitetura não é capaz de gerir a aprendizagem das normas técnicas, questões formais e as necessidades humanas. Por isso, a investigação do papel do arquiteto na política social se faz importante.

Em semelhança com os desafios advindos do êxodo rural, industrialização e urbanização intensificado na década de 60, a diáspora dos migrantes climáticos se faz notar importante temática na atualidade já que implica em novas resoluções de sociedade e conseqüentemente de cidade. Assim, além de se tratar de um assunto transversal ao que se pretende discutir nessa dissertação, também corrobora com a necessidade do olhar mais atento do profissional em arquitetura, que se molda principalmente no ambiente acadêmico.

Outro marcador de importância, seria o entendimento da própria arquitetura enquanto saber intimamente ligado às questões sociais como discorre o arquiteto Charles Jencks (1939-2019) em *Movimentos Modernos em Arquitectura* “a arquitectura é uma arte política porque cristaliza o domínio público, os valores sociais partilhados, e os objetivos culturais a longo prazo.” (Charles Jencks, 2006, p. 33). Nesse sentido, aguça a relevância da investigação sobre o ciclo de influências que o ensino e a prática profissional têm um sobre o outro, bem como a importância de se equacionar não só o contexto histórico, mas também as possibilidades de aproximação e ação do papel do arquiteto com questões do meio em que a arquitetura é produzida. Finalmente, é a partir da investigação que se torna possível retirar hipóteses de intervenção, no qual terá de abranger ensino, práticas profissionais, contexto histórico e inevitavelmente a comunidade a que se tensiona dar resposta.

1.4 Metodologia

A dissertação tem como metodologia explorar historicamente os desmembramentos para a formação da faculdade de arquitetura em Portugal pelo viés dos impactos causados no atual ensino. Para isso, utiliza-se a bibliografia, ou seja, livro, artigos, teses e publicações em jornais que abordem essa temática. Nesse mesmo contexto, a investigação incide sobre dois lugares, a escola de Arquitetura no Porto e em Lisboa. E cruza-se com o contexto sociopolítico cultural da época, estabelecendo paralelos entre reformas do ensino e o emergir de distintas práticas.

Numa segunda fase, a pesquisa se direciona no aprofundamento da questão da habitação utilizando os momentos chaves de intervenção estatal desde 1918. É através dos programas voltados a solucionar a crise da habitação que se pode traçar congruências entre momentos históricos, engajamento do Estado e mecanismos capazes de fornecer espírito crítico e social para na disciplina de arquitetura. Nesse sentido, novamente se recorre a historiografia, no sentido de evidenciar a crise habitacional respaldada por instrumentos estatais com a finalidade de elucidar a existência de práticas mais social e técnicas além de servir como comparativo com a primeira fase da investigação sobre o ensino, já que por um lado é reflexo e por outro também funciona como motor para as transformações nas políticas públicas.

Na terceira fase desta pesquisa, propõe-se, através dos casos de estudo, uma investigação de estratégias projetuais oriundas de iniciativas colaborativas entre a universidade, organizações municipais e a comunidade. O objetivo é explorar e evidenciar o impacto dessas iniciativas que consideram os desafios contemporâneos, como a sustentabilidade, o despovoamento das áreas rurais e a integração de migrantes. Além disso, busca-se realçar como essas abordagens colaborativas podem promover soluções arquitetônicas e urbanas que respondam de maneira eficaz a essas problemáticas emergentes. Esse esforço alinha-se diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com destaque para a redução das desigualdades (ODS 10), a promoção de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e a garantia de tomada de decisões responsáveis, inclusivas, participativas e representativas em todos os níveis (ODS 16).

Os casos de estudo oferecem uma oportunidade para ilustrar como esses objetivos podem ser traduzidos em ações concretas dentro da arquitetura e do planejamento urbano.

Neste ponto, é importante destacar que a escolha por casos de estudo contemporâneos reflete uma compreensão crítica acerca dos riscos envolvidos nesse tipo de abordagem. Como alerta Umberto Eco em *Como se faz uma tese*, os chamados "temas quentes" podem atrair pela sua relevância imediata, mas também exigem do pesquisador uma análise cautelosa para evitar simplificações ou generalizações apressadas. A consciência dessas dificuldades reforça a necessidade de contextualizar adequadamente as iniciativas investigadas, articulando as dimensões histórica e atual de forma rigorosa. Ademais, os três estudos de casos foram escolhidos pelo contributo possível devido a participação direta em todos eles, além de representar esforços contemporâneos que respondam às questões da presente dissertação.

Finalmente, com base na análise e nos resultados obtidos, o trabalho culmina em uma reflexão crítica sobre o papel social e político do arquiteto na sociedade contemporânea, reafirmando a importância de uma atuação profissional consciente e alinhada com os desafios globais e locais.

1.5 Estrutura

A dissertação está dividida em três fases, assim como está descrito na metodologia, e por consequência a estrutura do trabalho se relaciona com essas três etapas, sendo pautada inicialmente por uma parte historiográfica que visa situar o leitor temporalmente aos acontecimentos, suas consequências e estopins de influência que vão de encontro com o objetivo dessa dissertação e se encerra em um contributo contemporâneo ao papel social e político do arquiteto. Nesse sentido, a estrutura se organiza a partir de cinco capítulos com os seguintes conteúdos:

Capítulo 1. Introdução

Nesse capítulo introdutório se apresenta as ideias estruturantes bem como a organização lógica da dissertação, começando com a apresentação e justificativa do tema, questões e objetivos da presente pesquisa, a relevância e metodologia utilizada e culminando na estrutura.

Capítulo 2. Ensino e Reforma

No segundo capítulo se aborda as transformações no ensino respaldadas por reformas e revoluções que se engendravam em cada época diante de respectivas necessidades econômicas, sociais ou intelectuais. Nessa perspectiva, partindo do ensino moderno e sua contestação em 1957, busca-se cronologicamente os marcos temporais que relacionem ensino, prática arquitetônica e acontecimentos históricos de modo a ressaltar a relação escola e comunidade através de um panorama que nos demonstrará a oscilação do papel social do arquiteto ora mais ativista ora mais liberal.

É a partir desse contraponto que o capítulo evidencia como as correntes tecnocráticas e de consciência social coexistiram e influenciaram o perfil dos arquitetos formados. Assim sendo, esse tópico se encerra com a reflexão sobre como, atualmente, as escolas de arquitetura continuam a equilibrar essas duas vertentes, de modo a formar profissionais voltados para a inovação tecnológica quanto para a transformação social.

Capítulo 3. Revolução

No terceiro capítulo discute-se o período revolucionário e pós-revolucionário de 1974, já que foram momentos cruciais para a consolidação de um pensamento crítico sobre o papel do arquiteto na sociedade, principalmente com a criação do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), um programa que visava enfrentar o déficit habitacional com a participação das comunidades locais. Além disso, é nesse capítulo que se demonstram acontecimentos frutos do contexto sociocultural da pós-revolução de 25 de Abril na segunda metade do século XX e o início do século XXI, como a internalização da arquitetura portuguesa e o processo de Bolonha. Assim, o capítulo culmina com a reflexão sobre como, atualmente, as escolas de arquitetura continuam tentando equilibrar duas vertentes, liberal e ativista social, para formar profissionais tanto voltado para a inovação tecnológica quanto para a transformação social.

Capítulo 4. A continua crise da Habitação como pano de fundo

O quarto capítulo interpela a leitura diacrónica do Ensino em Portugal e da Revolução de Abril, para introduzir a questão da habitação. No decorrer do tempo, o ensino da arquitetura foi tanto reflexo quanto um motor de transformações nas políticas públicas de habitação. Nesse sentido, se aborda no capítulo a crise da habitação partindo da primeira iniciativa do Estado em 1918 e passando por momentos de reformas, como durante e após o Estado Novo e a Revolução de 1974.

É de se ressaltar que à semelhança dos assuntos abordados no capítulo anterior, houve sempre uma oscilação na importância da temática habitação tanto pelas lideranças políticas nas respectivas épocas, mas também pelo envolvimento social resultando em possíveis desdobramentos práticos das necessidades habitacionais sentidas por todo território português. Nesse capítulo, visa demonstrar as estratégias estruturais e de investigação sobre formas de mitigar a situação de carência habitacional para enfim confrontar com a oscilação supracitada. Nessa perspectiva, o esse tópico tem o objetivo de discorrer a partir de momentos chaves de intervenção estatal bem como os programas propostos e conseqüentemente elucidar alguns instrumentos adotados pelo Estado partindo da primeira noção de políticas públicas no país.

Capítulo 5. Territorialidades comuns: 3 casos de estudo

No capítulo cinco, será abordado iniciativas contemporâneas que ressaltam o papel social e político do arquiteto, em colaboração com o campo acadêmico e o Estado. Essas iniciativas

representam o esforço coletivo de buscar soluções arquitetônicas que respondam às necessidades sociais urgentes. Por isso, a semelhança do contributo do SAAL abordado no terceiro capítulo, que impulsiona aspectos de reflexão, investigação e intervenção prática, 50 anos depois do 25 de Abril, é criada a iniciativa “Mais do que Casas” como amplificadora de esforços para se enfrentar os desafios habitacionais contemporâneos com uma abordagem interinstitucional que une a academia, governo e sociedade civil.

A iniciativa “Mais do que Casas” lançou o desafio as instituições e foi nesse sentido que a Universidade da Beira Interior aceitou a participação nesse esforço coletivo, promovendo a criação de espaços habitacionais sustentáveis que não só visam solucionar o déficit habitacional, mas também promovendo inclusão social e sustentabilidade urbana. Ao longo do capítulo, exploram-se outras iniciativas da UBI, associada a políticas públicas, e o impacto do seu acordo interinstitucional em um município do interior de Portugal, reforçando ainda mais o papel das escolas de arquitetura no desenvolvimento territorial e social.

Capítulo 6. Considerações Finais

No sexto capítulo é abordado uma síntese dos capítulos iniciais em conjunto com uma análise dos casos de estudo na perspectiva de se realizar crítica ao papel político e social do arquiteto na atualidade. Nesse capítulo dá-se importância ao papel do ensino na formação crítica do profissional em arquitetura bem como o contexto sociopolítico em que as instituições estão inseridas.

2. Ensino e Reforma

Este capítulo abordará as transformações no ensino respaldadas por reformas que se engendraram em cada época diante de respectivas necessidades econômicas, sociais ou intelectuais. Nesse sentido, dá-se enfoque, a partir do ensino moderno e sua contestação em 1957, e em determinados marcos temporais que sucedem esse período relacionando ensino, prática arquitetônica e acontecimentos históricos capazes de interferir na educação em arquitetura. Tudo isso, respeitando uma cronologia que culmina em projetos atuais que ressaltam a relação da escola com a comunidade, e assim capaz de ter panorama suficiente para se perceber a oscilação do papel social do arquiteto ora mais ativista ora mais liberal.

As transformações no ensino da arquitetura ao longo do tempo foram moldadas por diferentes contextos econômicos, sociais e intelectuais, sendo marcadas por reformas e tentativas de mudanças que refletem as necessidades e desafios de cada época. A partir da década de 1950, com a contestação do ensino tradicional das Belas Artes, iniciou-se um processo de modernização que buscava alinhar o ensino da arquitetura às demandas da sociedade industrial emergente e às pressões por uma formação mais técnica e cientificamente robusta.

Esse movimento foi intensificado por eventos históricos como as reformas de 1957 e 1969, que procuravam articular a formação do arquiteto com as necessidades urbanas e sociais da época. A partir das reformas do ensino, o capítulo evidencia como as correntes tecnocráticas e de consciência social coexistiram e influenciaram o perfil dos arquitetos formados.

2.1 Ensino Moderno

Na generalidade, os novos sistemas são implantados como forma de contestação do contexto passado, desse modo, o ensino moderno em Arquitetura foi idealizado como contraposição ao ensino das Belas Artes, tendo a Escola de Belas Artes do Porto e Lisboa como principais expoentes no processo pedagógico arquitetônico em Portugal. A origem da contestação ao ensino de Belas Artes parte de grupos de arquitetos que debatiam projetos de arquitetura fora do âmbito escolar, em Werkbund², Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM) e no Congresso de 48³ (Figura 1) que tinham o objetivo de promover a arquitetura moderna. Com a finalidade de dar respostas aos desafios de uma sociedade industrial, fato esse fomentado nesses encontros, de se intervir no ensino mais moderno (Moniz, 2011, p. 135).



Figura 1 - Congressistas e suas famílias em frente ao convento de Mafra em 1948 (Fundação Marques da Silva, 1948).

É durante a década de 40 com as transformações culturais, sociais e políticas que há uma necessidade de repensar o sistema de ensino como um todo, mas especificamente o ensino artístico. Tudo isso motivado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e pelo fim das ditaduras europeias, colocando em voga a relevância do processo de reabilitação urbana e social e consequentemente mudando a perspectiva que o arquiteto deveria ter com a sociedade, no qual a

² Associação de artistas, artesãos e publicitários, fundada em Munique para valorizar o design alemão.

³ O Congresso de 1948, realizado pelo então Sindicato Nacional dos Arquitectos, fomenta a arquitectura moderna reclamando a industrialização e participação dos arquitetos, à escala da cidade, no ordenamento do território e na resolução do problema da habitação (1º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948).

função artística louvada no ensino de Belas Artes abriria espaço para a função técnica, exaltada pela competência do profissional em arquitetura na proposição de soluções para uma sociedade em busca de novos métodos para se reerguer (Moniz, 2011, p. 177).

No caso de Portugal, o Estado Novo anseia por novas estratégias de desenvolvimento afim de mudar a perspectiva rural para privilegiar a perspectiva industrial, sendo assim existia circunstâncias favoráveis para que as ideias modernistas pudessem prosperar no sentido de auxiliar na implementação de um sistema industrializante. Para isso, com o patrocínio do Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA) é realizado congressos com o proposito de divulgar os mestres modernos e divulgar a reflexão de uma formação e atuação mais teórica (Moniz, 2011, p. 178).

O I Congresso Nacional dos Arquitectos é estopim para a Reforma de 1950, dando ênfase as ideias de formação do arquiteto moderno durante sua realização. Nesse contexto, o arquiteto Keil do Amaral (1910-1975), um dos intervenientes no congresso de 48, torna-se figura incontornável na discussão sobre a organização do método de ensino e crítica a formação do profissional em arquitetura que finalizava seus estudos sem o ímpeto de investigar e colaborar, evidenciando assim a falta de profundidade em se fazer arquitetura (Moniz, 2011, p. 179–180).

Nesse sentido, era suposto a formação de técnicos com uma formação metódica e científica para que tivesse a competência de analisar globalmente a sociedade, por isso o objetivo de imbuir o curso de Arquitetura um caráter universitário através da diversificação de áreas científicas e consequentemente aumentando o corpo docente com assistentes, contrapondo aos métodos das belas artes da cópia de estampas e dos cursos de emulação. Esse processo, apesar de não regulamentado, é aceito pela Escola do Porto e Lisboa indo de encontro com a ideia sobre educação do arquiteto que se debatia internacionalmente nos CIAM, afirmado pela posição do arquiteto e pedagogo Walter Gropius (1883-1969), que estimulou as ideias de sua própria proposta arquitetônica para dentro das escolas, desde seu contributo em Bauhaus até Harvard (Moniz, 2012, p. 159).

Apesar da fomentação das ideias de um ensino moderno já serem notórias no ano letivo de 1948-49, com evidente mudança nos enunciados dos professores que resultou na mudança direta dos trabalhos dos estudantes, somente em 1950 que a transformação teve um impulso decisivo a partir do convite para jovens arquitetos exercerem papéis de assistentes das cadeiras de arquitetura. Tornando assim, a primeira vez em que a orientação era realizada por diferentes docentes e assim permitia-se uma pluralidade de métodos pedagógicos (Moniz, 2012, p. 160).

A pedagogia no ensino da arquitetura passa por uma transformação de um modelo oficial para um modelo universitário, no qual a disciplina de projeto deixa de ser protagonista e divide espaço com disciplinas teóricas, em contraposição com as outras áreas científicas que buscavam o aprofundamento de um ensino prático na universidade. Portanto, o curso de arquitetura

reclamava um ensino teórico contrariando e falhando na validação científica segundo os padrões da universidade mas por outro lado seguia as teorias pedagógicas mais progressistas (Moniz, 2011, p. 137).

Outro importante debate para a mudança de paradigmas foi o III Congresso da UIA (Figura 2) realizado no ano de 1953 em Lisboa, novamente um espaço para discussão sobre a formação do arquiteto indo em contraposição somente na difusão dos pensamentos modernistas e evocando um espaço plural, momento de troca entre vários arquitetos de diferentes Estados (Moniz, 2011, p. 184).



Figura 2 - Sessão inaugural do Congresso da União Internacional de Arquitectura (Sá, 1953).

Os arquitetos modernos propunham em oposição ao sistema das Belas Artes, um modelo que se aproximasse do universitário ou politécnico, saindo do ideal de memorização e voltando para a exploração das relações do projeto com as disciplinas mais próximas seja nas ciências exatas ou ciências sociais. Nessa perspectiva, na Escola de Belas-Artes do Porto (EBAP) houve incentivo a alunos e professores para que participassem de eventos que promovessem a arquitetura moderna como os CIAM, a Bienal de São Paulo e na União Internacional dos Arquitetos (UIA) (Moniz, 2012, p. 160).

Em contrapartida, na Escola de Belas-Artes de Lisboa (EBAL), a direção do arquiteto Paulino Montez (1897-1988) adotou um posicionamento conservador diante as transformações dificultando o desenvolvimento dos ideais pedagógicos modernos. Mesmo diante de tal

problemática, o professor Cristino da Silva (1896-1976) revisa os métodos da cadeira de arquitetura juntamente com seu assistente Alberto José Pessoa (1919-1985), e incentiva a participação dos alunos na Bienal de São Paulo e nos debates da UIA. Somente assim os alunos de Lisboa combateriam o posicionamento conservador da Escola, o que se torna notório na organização de exposições e na publicação da revista VER, além de participarem do diálogo com o meio universitário e ações conjuntas com caráter político e cultural (Moniz, 2012, p. 160).

No fim, apesar do desenvolvimento dos pensamentos modernistas e suas premissas progressistas, destaca-se uma incongruência relativamente a regulamentação de fato das novas propostas. O ideal de formação do arquiteto e seu papel na sociedade amplamente discutido desde o Congresso de 48, envolvendo professores, organizações governamentais e profissionais surte efeito com a aprovação da reforma do ensino das belas-artes em 10 de julho de 1950, a partir de um processo burocrático tripartido (Preâmbulo da Proposta de Lei nº 502, Parecer da Câmara Corporativa e Discussão da Proposta de Lei nº 502 na Assembleia Nacional)(Moniz, 2011, p. 195–198).

No entanto, a regulamentação da reforma supracitada é adiada sucessivamente até 1957, o que impossibilitou a articulação prática do programa pedagógico e apenas influencia a mudança de estatuto das Escolas de Belas-Artes para Escolas Superiores de Belas-Artes. E esse fato se deve ao motivo das propostas de modernização do ensino em arquitetura terem forte influência do sistema repressor governamental do Estado Novo. Independente disso, mesmo depois de 1950, houve ainda a fomentação e revolta com o culminar da situação do ensino, tanto a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL) quanto a Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) se empenharam pela regulamentação da Reforma mas apesar disso, quando finalmente entra em vigor em 1957, a Reforma já estava ultrapassada para o período de grande movimentação política e social que Portugal se encontrava (Moniz, 2011, p. 198; Moniz, 2012, p. 161).

De forma sucinta, a transição ou a tentativa de mudança no ensino de Arquitetura em Portugal, especialmente nas Escolas de Belas Artes do Porto e Lisboa, representa uma profunda contestação às práticas pedagógicas enraizadas nas Belas Artes. A partir da década de 40, impulsionados por um contexto de transformações socioculturais, emergiram novas práticas educacionais que tentavam se adequar a formação do arquiteto às exigências de uma sociedade em reabilitação. Nesse sentido, se consolida a ideia de uma educação mais crítica e técnica, distante do modelo meramente oficial e em congruência com as necessidades do período, como fomentado nos congressos de 48 e no I Congresso Nacional dos Arquitectos.

No entanto, a resistência as mudanças supracitadas, especialmente na Escola de belas-Artes de Lisboa, evidenciaram um campo de tensões entre o conservadorismo e inovação, fato esse intimamente ligado a questões internas e externas a instituição de ensino. Assim, mesmo que a reforma de 1950 tenha fomentado avanços significativos, sua implementação tardia além da forte influência do Estado Novo limitaram o alcance das novas diretrizes pedagógicas. Por isso, durante

o desenvolvimento do presente tópico, se destaca as lacunas e desafios enfrentados na busca por um ensino de Arquitetura que realmente respondesse às complexidades do seu tempo.

2.2 Reforma de 1957

A Reforma de 57 foi mecanismo primordial para a transformação do ensino artístico em ensino superior, no qual as duas escolas de Belas-Artes do país introduziram gradativamente entre 1957 e 1962 o novo currículo e por consequência, ampliaram o corpo docente, além de regulamentar as condições de acesso sistematizando o curso em seis anos letivos contínuos de modo a dividir em três ciclos. O primeiro ciclo integraria os estudos científicos com a finalidade de promover uma formação mais técnica e multidisciplinar unindo aos estudos artísticos onde se comunga exercícios abstratos com a análise da realidade, depois o segundo ciclo teria base na prática oficial do projeto, com o objetivo de formar profissionais competentes para o exercício da profissão, sendo ainda, nesse segundo ciclo, complementado com uma formação teórica. E por fim, no terceiro ciclo os estudantes teria disciplinas ligadas as questões urbanas que abordaria diversos tipos de escalas de intervenção bem como reforçar nesse ultimo ciclo, por meio de uma cadeira, a relação com a arte (Fernandes, 2010, p. 173; Moniz, 2011, p. 474–475).

É importante ressaltar que apesar de já instituída uma lei em 1950 sobre a reforma de ensino das Belas Artes, somente foi consolidada com os decretos de 1957 (Decreto-Lei nº 31.362 e 41.363) no dia 14 de novembro. No entanto, ainda assim, o ensino proposto e em processo de concretização se incorporava nas características de Belas-Artes seguindo a mesma lógica institucional anterior. Muito disso tudo, propiciado pela falta de condições que as escolas obtinham de dissociar sua orientação política, sufocadas pela autocracia vigente, de um exercício de renovação para um projeto pedagógico coeso (L. C. M. Silva, 2011, p. 26–28).

Nesse sentido, apesar de todo processo de implementação corresponder aos anseios do processo aberto no início da década de 50 para rumar a um ensino moderno, iniciou-se um desenrolar de críticas de forma a alavancar o debate sobre a formação do arquiteto no sentido da sua função na sociedade, que se encontrava em transformações por consequência do aumento exponencial da população urbana devido ao processo de industrialização pós segunda grande guerra (Moniz, 2011, p. 417).

Devido a esse aumento populacional, a segunda metade da década de 50 é marcada por novos desafios sociais bem como a organização das cidades a nível da reabilitação dos centros até a urbanização da periferia, além disso, existia no mesmo contexto inquietações por parte da população devido a precária realidade de se vivenciar um regime autoritário durante três décadas, culminando em manifestações públicas, no verão de 1958, principiando o fim do salazarismo. É nesse cenário que a década de 60 se apresentará como mudança de paradigma político e social de Portugal, mudando assim o cenário cultural e por consequência a cultura arquitetônica que por sua vez acompanha o debate cultural que acontece na Europa demonstrando ser o impulso da

internalização da cultura arquitetônica portuguesa, o qual já tinha sido iniciado na participação do país nos debates dos CIAM e UIA (Moniz, 2011, p. 417).

2.2.1 A reforma de 57 nas Escolas de Belas-Artes do Porto e Lisboa

Na ESBAP, o diretor Carlos Ramos (1897-1969) preparou uma transição pacífica, visto que, além de considerar a reforma de 57 como uma melhoria para a qualificação do arquiteto, também havia implementado medidas pós início da década de 50, na perspectiva de uma formação mais técnico-científica. No entanto, com a reforma já implementada, Ramos acaba por retroceder sua aposta pedagógica por causa da problemática relacionada com a deslocação sistemática dos alunos entre a formação de Belas-Artes e a formação na Faculdade de Ciências, que para além de apresentar um excesso de disciplinas científicas também começava a aumentar o número de reprovação dos alunos, comprovando algo de errado nessa nova pedagogia, ou seja, a formação científica acaba por enfraquecer a formação artística (Moniz, 2011, p. 458).

Por outro lado, os estudantes do Porto passam por um processo semelhante, em primeiro instante aceitam integrar a reforma contagiados pelo entusiasmo do diretor da escola e depois não se sentem confortáveis e acolhidos na Faculdade de Ciências apesar de reconhecerem a importância de um ensino mais técnico e científico. Esse debate sobre a fragilidade da reforma cruza com as reivindicações da crise de 62, movimento universitário de contestação e reivindicação da autonomia universitária iniciada nas comemorações da tomada da Bastilha em novembro de 1961 (Moniz, 2011, p. 463).

Em vista disso, foi lançado o jornal ESBAP, no qual o primeiro número relaciona com os movimentos estudantis que aconteceram entre 1961 e 1962, e o segundo número abordando o tema da crise acadêmica entre 1968 e 1969, com pautas sobre a democratização do ensino, a autogestão das escolas e a reforma de ensino. É nesse sentido que acontecem várias reuniões entre docentes e discentes durante o ano de 69, reafirmando sistematicamente descontentamento com a reforma de 57, culminando na saída dos professores de arquitetura durante o início do ano letivo de 1969-70, resultando assim o encerramento das aulas (Moniz, 2011, p. 464).

Já na ESBAL, por estarem geograficamente mais próximo do poder político e conseqüentemente sofrerem maior influência do regime, o diretor Paulino Montez afirma seu contentamento com a reforma e promove a abertura da escola de Lisboa pautando seu rumo no contexto restrito as políticas do Estado Novo. Os professores, por meio de um inquérito realizado por alunos e publicado na revista *VER*⁴, expressam opiniões favoráveis a nova pedagogia apenas pontuando tímidas ressalvas sobre o cotidiano e processos escolares, em semelhança das manifestações

⁴ Revista fundada por René Bértholo (1935-2005) com auxílio de José Escadas (1934-1980) e Lurdes de Castro (1930-2022) e outros alunos da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa entre 1953 e 1955.

positivas da docência do Porto, especificamente nos primeiros momentos da reforma (Moniz, 2011, p. 460).

Os alunos de Lisboa, no lhe dizem respeito, tiveram também reações e debates sobre as mudanças que a reforma e 57 impôs, para além de já estarem motivados pelo descontentamento com as condições de aprendizagem na ESBAL, culminando em diversas exposições de críticas através da revista *VER*. Outros dois coletivos que demonstraram preocupação com os problemas da reforma, foram a comissão de cultura do Sindicato Nacional dos Arquitetos (SNA) e a revista *Arquitectura*, sendo essa última também veículo de afirmação do descontentamento dos alunos com a relação entre a formação técnica e artística, evidenciadas na ausência de boa distribuição de cadeiras que coexistissem com a finalidade de potencializar a formação técnico-científica (Moniz, 2011, p. 465).

É também por meios desses dois últimos coletivos supracitado que se torna notório o desagrado também dos profissionais de arquitetura, afirmado por meio de depoimentos como de Francisco Keil do Amaral (1910-1975), primeiro a alertar das condições de formação do arquiteto que depois, juntamente com o historiador e sociólogo José-Augusto França (1922-2021), emitem opiniões considerando a reforma sem intencionalidades de reflexões sobre o processo didático, de forma a perder a confiança dos alunos (Moniz, 2011, p. 469).

Como já citado, o descontentamento com os mecanismos adotados para mudança é evidente, tanto de alunos e professores, mas também por parte dos profissionais. No âmbito acadêmico, os posicionamentos mais negativos só tomam forma com certa expressividade com a atuação dos professores Nuno Portas (1934-) e Frederico George (1915-1994) em Lisboa e Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996) e Arnaldo Araújo (1925-1982) no Porto, por meio de críticas à construção pedagógica atuando assim na formulação de alternativas projetuais de modo a articular a análise e síntese como mecanismo de conhecimento (Moniz, 2011, p. 460).

Esses professores consideravam a Reforma de 57 uma possibilidade para exploração de outros modelos de ensino, fato esse que motivou Filgueiras e Portas nas suas respectivas pesquisas, o primeiro por meio de uma historiografia crítica sobre a função do arquiteto ao longo dos séculos e o segundo a partir da revisão de modelos de ensino internacionais, mas ambos com a intencionalidade de buscar no passado uma proposta que melhor adeque as necessidades daquele momento (Moniz, 2011, p. 461).

De forma precursora, encontramos em 1962 um livro de referência para esta dissertação, "Da Função Social do Arquitecto" de Octávio Lixa Filgueiras, apresentando uma reflexão profunda sobre o papel do arquiteto na sociedade e defendendo que a arquitetura não deve ser encarada apenas como uma atividade técnica ou artística, mas como uma prática de responsabilidade social. Lixa Figueiras argumenta que o arquiteto tem um dever ético de contribuir para o bem-estar coletivo e para a melhoria das condições de vida da população. Octávio Lixa Filgueiras defende, neste livro, uma visão da arquitetura centrada no ser humano e na justiça social,

convocando os seus pares a assumirem um compromisso com a transformação social e a utilizarem as suas habilidades para melhorar a vida coletiva, especialmente das populações mais vulneráveis. O livro é, apresenta-se ainda hoje, um manifesto pela relevância ética e social da profissão, que continua inspirador no contexto contemporâneo da prática arquitetônica.

A partir do exposto, é sabido que as críticas à Reforma de 57 não dizem respeito somente ao currículo pedagógico, mas também denota contaminação do regime político em que a universidade portuguesa estava inserida. Dessa forma, a universidade tinha como objetivo contrapor as políticas do Estado Novo, através de reivindicações pela paz e liberdade que seriam atingidas com a democratização dos métodos de ensino além da influência externa que a crise de 62 e 69 originaram no contexto político e social, de tal modo que provocou um resgate da consciência do papel do arquiteto na sociedade. Todo o processo de discussão e implementação do currículo moderno pleiteia mecanismos mais democráticos e humanistas, apesar disso, de maneira incoerente, as falhas apontadas na reforma foram de encontro com os mesmos pontos que a reforma se propôs sanar, provavelmente fruto do contexto sociopolítico e pela demora na regulamentação e funcionamento da reforma (Moniz, 2011, p. 473).

Sendo assim, a análise da Reforma de 57 nas Escolas de Belas Artes do Porto e Lisboa revela um panorama complexo e de variadas perspectivas, onde as promessas de uma formação mais técnica e científica deparam-se em desafios significativos. Por um lado, na ESBAP, sob a direção de Carlos Ramos, havia uma aposta inicial nas potencialidades da reforma, no entanto, com a sobrecarga disciplinar e o aumento das reprovações evidenciaram um enfraquecimento da formação artística e um regresso da expectativa inicial na reforma. Por outro lado, a experiência dos alunos da ESBAL, influenciados pelo regime do Estado Novo, principalmente por conta do fator geográfico, demonstrou uma aceitação superficial das mudanças, mas em paralelo surgiram críticas veladas que se evidenciavam nas páginas da revista VER.

Em sequência, o descontentamento estudantil motivou os movimentos de reivindicação durante a crise de 62 e a revolta de 69, fatores que expuseram as falhas da reforma e sinalizou a necessidade da busca por maior autonomia e democratização do ensino. Durante esses eventos, as críticas à formação proposta revelam uma insatisfação que transcendia o âmbito curricular e do ensino, emergindo de uma contaminação das práticas pedagógicas pelas diretrizes políticas da época. O embate entre a formação técnica e a formação artística urgia por um modelo educacional que integrasse ambos os aspectos de maneira coesa. Por fim, o legado das discussões em torno da Reforma de 57 permeada pelas críticas levantadas em sua implementação, aponta para a importância de uma formação crítica e interligada com as demandas sociais, funcionando como ancora histórica para a valorização da interdisciplinaridade e a crítica construtiva para uma arquitetura mais democrática e humanista.

2.2.2 Influência nacional e internacional no ensino de arquitetura de 1958-69

A importância do período de 1958-69 para a transição rumo a democracia é evidente em Portugal, contexto esse que se une ao despontar da guerra colonial e com o expressivo êxodo rural além das lutas estudantis. Na pauta internacional, no que se refere ao movimento moderno, é também um período caracterizado por uma transição, a partir de contestação da arquitetura moderna por meio da exaltação das experiências novas e individuais em detrimento do modelo dogmático tido como base anteriormente. Esse último fator é enfatizado com o fim do CIAM e a concretização do Team 10 (Esteves, 2018, p. 3).

Nesse sentido, o intervalo entre o final da década de 50 e durante década de 60 foi marcado por um contexto sociopolítico de mudanças baseadas no processo crescente de globalização econômica e mediática, liderada pelos Estados Unidos e difundido em todo ocidente. Foi nesse período que houve ascensão de crises políticas e sociais aprofundadas pelo enfraquecimento do regime fascista, além disso, contrariando o fenômeno de emigração, a classe dos arquitetos permanecem no país, por um lado demonstrando envolvimento político como Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) e outros aproveitando as transformações que o liberalismo econômico projeta no mercado de arquitetura, como se percebe nas obras do arquiteto Francisco Conceição Silva (1922-1982), ou seja, um momento paradoxalmente crescente no volume de encomendas e bastante forte na internacionalização dos temas e conteúdos advindos desse fomentar do processo arquitetônico (Tostões & Costa, 2004, p. 145–146).

Em vista dessas transformações e do contraponto ao regime fascista, os debates evidenciam a vontade dos arquitetos na intervenção social por meio da habitação social e interesse pelo urbanismo. Em paralelo, há o desenvolvimento do empreendedorismo imobiliário e turístico associado ao aumento da construção suburbana, em outras palavras, a malha urbana densifica-se criando uma problemática em dimensão urbana, fato esse que explicita a necessidade de se pensar em planos de ordenamento do território (Tostões & Costa, 2004, p. 147).

A produção arquitetônica moderna pende para vulgarização reflexo de uma crescente especulação capitalista ao mesmo tempo que se exalta tendências arquitetônicas como o brutalismo inglês⁵ e o vernacular ressaltando a preocupação da arquitetura no seu detalhe. Ainda nessa perspectiva, essa época é caracterizada por uma arquitetura de autor que se afirma a partir de obras com certa dimensão marcada pela estratégia baseadas em pesquisa contextualizada às necessidades de cada região que se pretende intervir (Tostões & Costa, 2004, p. 149).

Ainda no cenário nacional e na sequência dos debates e conclusões do congresso de 1948, se legitima um novo plano de ação, os inquéritos à habitação com a finalidade de resolução da precariedade do alojamento das populações urbanas e rurais. Por isso, durante esse período,

⁵ Estilo arquitetônico amplamente divulgado por Alison Smithson (1928-1993) e Peter Smithson (1923-2003), caracterizado pela valorização dos materiais mas também visto como uma filosofia que retorna à primeira concepção do edifício (Treno, 2015, p. 33).

também se desenvolveu um processo que deu suporte a nova consciência crítica do profissional em arquitetura, evidenciando uma integração com as dinâmicas regionais além de salvaguardar o patrimônio rural, ou arquitetura vernacular, que por sua vez era alvo de um despovoamento acelerado do interior do país (Gomes, 2019, p. 612–613).

Assim, se afirma um posicionamento fundamental na década de 60 que foi a substituição da fascínio pela estética do estilo internacional por um estilo que relacionasse de forma humana e empática com o contexto do lugar, novamente contrariando a generalidade do pensamento modernista, fato esse potencializado com os debates dos últimos CIAM e os posicionamentos do Team 10 (Esteves, 2018, p. 13–31).

Além disso, seguindo a mesma relação de preocupação com uma arquitetura nacional e localizada, se destaca o resgate do percurso teórico de Fernando Távora (1923-2005), cujo contributo já suscitava o espírito sobre as análises críticas às tendências de valorização dos modelos internacionais, sempre no sentido de propiciar e alavancar uma identidade coletiva. É munido desse pensamento, que Távora e Viana de Lima (1913-1991) tornam representantes portugueses no CIAM X em 1956, defendendo o estudo desenvolvido no Inquérito à Arquitetura Popular - desenvolvido de 1955 até 1961, ano da publicação do livro-, outro importante disseminador de ideias do período em questão que ressaltava as configurações das comunidades rurais e dos métodos das construções vernaculares tradicionais (Costa, 2014, p. 76–78).

Na sequência, é importante ressaltar o contributo dos estudos desenvolvidos no trabalho do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa nas perspectivas de ensino e práticas arquitetônicas durante a década de 60, cuja ideia inicial partia da necessidade de investigar a riqueza da arquitetura regional em busca de lições. É nesse sentido que se desenvolveu duas metodologias, a de pesquisa e de ensinamento, na qual a primeira foi realizada por equipes pequenas que tinham objetivo de catalogar por meio de anotações e fotografias de diversas regiões de norte a sul do país e a segunda seria resultado da primeira fase de pesquisa na publicação do livro (Gomes, 2019, p. 562–563).

É assim que se estabeleceu os principais objetivos para o desenvolvimento da pesquisa, baseados não só por dar a conhecer, mas para que possa ser ferramenta para planos de ações futuros. Tendo assim, uma linha de pesquisa voltada para tentativa de colmatar falsos regionalismos, beneficiar o país por meio de um catalogo mais coerente e justo da arquitetura vernacular, conhecer e documentar as diversas maneiras que os próprios habitantes resolveram as problemáticas relacionadas ao clima bem como saber os materiais utilizados, analisar com a finalidade de esclarecer os problemas da arquitetura regional portuguesa (Gomes, 2019, p. 540–543).

Além disso, outro contributo do inquérito é o viés ético explicitado na construção das diversas etapas de desenvolvimento, no qual se destacam ideais de livre expressão baseados em valores como a dignidade, coerência e utilidade. É por meio disso que sugestionava uma mudança de

paradigma sobre autenticidade por uma perspectiva de pureza e naturalidade que a arquitetura regional poderia oferecer (Gomes, 2019, p. 544).

Concomitante a tudo isso, mas salientando o cenário internacional, membros do TEAM 10, em 1959, decidiram pelo fim dos CIAM (Figura 3), de modo a marcar o fim do ensino moderno da arquitetura, transformando as antigas reivindicações em um outro paradigma. Por conseguinte, as ideias propostas do ensino moderno finalmente implementado em Portugal e suas frequentes críticas, une força com esses novos debates impulsionados por novas problemáticas, bem como abordar uma perspectiva sobre a atividade profissional inserida em novas propostas de arquitetura e de uma outra cidade, sendo clara ruptura com o pensamento anterior que possuía um viés da relação direta com o ensino e as escolas (Moniz, 2011, p. 443).



Figura 3 - Fotografia do último CIAM realizado em 1959 (Alves, 2014).

Tendo isso, é evidente que as circunstâncias de ensino e da historiografia nacional e internacional estão intimamente ligadas e de certa forma propulsores um do outro. Os debates sobre arquitetura bem como os direcionamento da prática profissional sofrem influências dos acontecimentos sociopolíticos, tais como o início de guerras, tipo de ideologia econômica vigente e até mesmo nas lutas de confronto com o regime político como nas lutas estudantis que serão aprofundadas no próximo tópico. Assim, o pensamento a respeito do posicionamento do arquiteto modifica e acompanha as necessidades de cada momento.

Em suma, o período entre 1958 e 1969 representa um momento importante para impulsionar a transição democrática em Portugal, ressaltado pelas mudanças sociopolíticas que entrelaçam com as transformações no campo de arquitetura. Em arquitetura, esse período ficou marcado pela contestação da arquitetura moderna, que buscava novas expressões e experiências em um contexto global de crescente liberalização e crítica ao modelo dogmático anterior. Foi nesse sentido que nasce o Team 10, propondo uma arquitetura mais enraizada nas especificidades locais e nas realidades sociais diante as reflexões anteriores nos CIAM.

Foi também um momento de crescente conscientização dos arquitetos sobre a responsabilidade social, culminando assim no aumento do interesse pela habitação social e pelo urbanismo, em paralelo com a expansão do empreendedorismo imobiliário. Em Portugal, era crescente a crítica ao estilo internacional e a busca pela linguagem arquitetônica mais humana e empática com o contexto geográfico local evidenciando uma mudança significativa sob o olhar pela identidade cultural e pelo patrimônio vernacular, principalmente com a elaboração do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa.

Foi nesse sentido, que os profissionais envolvidos no desenvolvimento do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa impulsionaram a valorização da diversidade arquitetônica do país, propondo um olhar crítico que buscava não apenas documentar, mas também orientar futuras intervenções no contexto nacional. Esse ponto de vista, ético e inclusivo, com a intenção de entender as soluções locais para desafios ambientais, reforçou a necessidade de um novo modelo em arquitetura que respeite a autenticidade e a integridade das comunidades nativas.

Assim, durante a elaboração do presente capítulo, fica nítido que as transformações na prática arquitetônica em Portugal durante esse período não podem ser dissociadas das correntes internacionais e dos desafios sociopolíticos, revelando uma interconexão entre ensino, prática profissional e contexto histórico, mesmo que se deseje mudar e repensar o paradigma arquitetônico nacional. Conforme os arquitetos se posicionam diante das exigências contemporâneas, fica evidente que a busca por uma arquitetura que ressoe com as realidades sociais continua a ser uma prioridade ou pelo menos reflete uma necessidade latente. A evolução do papel do arquiteto na sociedade e sua capacidade de influenciar o futuro urbano de maneira significativa depende do continua ajustamento entre as necessidades da sociedade com as preocupações dos arquitetos em formularem qualquer intervenção espacial.

2.2.3 As crises acadêmicas de 1962 e 1969

Como já visto, a década de 60 é marcada por um desassossego gerador de revoluções e desencadeamento de diversos posicionamentos críticos à situação sociopolítica da época. Em razão disso, Portugal passa por duas grandes crises acadêmicas, uma em 1962 e outra em 1968, fruto do descontentamento com ações coercitivas que afetavam diretamente o cenário acadêmico, provocando assim inquietações estudantis contra instituições políticas com um caráter antiautoritário (Accornero, 2009, p. 32–34).

Foi assim, em 1962, que os estudantes iniciaram sucessivas ações que se prologaria em um ciclo de protestos até o fim do regime político marcado pela transição democrática. Em 24 de março daquele ano, data elegeia para celebração do Dia do Estudante, teve início a primeira crise acadêmica (Figura 4) da década em consequência da proibição das comemorações. Por consequência, em resposta a essa proibição, ficou afirmado o luto acadêmico declarado pela Reuniões Inter Associações (RIA), que integrava estudantes de Lisboa, Coimbra e Porto com reivindicações pela liberdade associativa, sobre o processo de democratização universitário e no acesso de qualquer estudante independente de sua origem social (Accornero, 2009, p. 81; Antunes, 2022, p. 92).



Figura 4 - Manifestação na cidade universitária de Lisboa durante a crise universitária de 1962 (Costa, 2012).

Tal movimento juvenil não teve fim imediato, ao invés disso, houve diversos desdobramentos caracterizados pela forte repressão do Estado por meio de investigações e prisões daqueles considerados agitadores universitários, resultando em um enfraquecimento nos movimentos que faziam oposição ao regime, mas não desaparecimento desse tipo de mobilização. Nesse sentido, o intenso processo iniciado em 62 tem uma atenuação pelo auge na repressiva as mobilizações universitárias em 1965 durante uma vigília de manifestação comemorativa da luta estudantil, resultando em mais prisões e por certo abafamento e consecutiva coerção dos movimentos relacionados a partidos políticos dentro da universidade além de diminuir a expansão dos debates sobre as reivindicações (Accornero, 2009, p. 82–87).

Entretanto, no ano de 1968, a urgência do debate político é sentida com maior força até mesmo internacionalmente, por meio do questionamento da ordem política mundial, no caso da Primavera de Praga e no representativo movimento estudantil em Paris que contestava os regimes autoritários bem como a sociedade capitalista. Tais circunstâncias foram de extrema importância para engajar os movimentos estudantis portugueses que já compartilhavam do mesmo espírito revolucionário e demandas (Bandeirinha, 2016, p. 10; Moniz, 2010, p. 64).

É nesse contexto que se desenrola a crise acadêmica de 1969 expressamente em Coimbra (Figura 5), tendo como estopim a recusa do uso da palavra pelos estudantes durante a cerimônia de inauguração do novo edifício do departamento de matemática. Essa recusa, teria sido impulsionada pela crescente reivindicações sobre a democratização do ensino e da gestão universitária, no debate sobre a legalização das comissões pró-associações e a anulação da legislação contra associações e movimentos estudantis, ou seja, além de apelos antigos, era também exigido anulações sobre a perda de direitos acumulados ao longo da década (Antunes, 2022, p. 93).



Figura 5 - Concentração em frente à Universidade de Coimbra em abril de 1969 durante a inauguração do novo edifício do departamento de matemática (Sérgio, 2007).

Nesse segundo momento de crise, há sim um fomentar das lutas estudantis até o findar do regime autoritário, no entanto, novamente o intensificar do movimento estudantil é marcado por forte

repressão e até mesmo pela criação de um corpo de vigilantes que agiriam nas universidades a fim de coibir qualquer tipo de associação universitária. Por isso, os acontecimentos de 69, apesar de não representarem um momento de resolução para as pautas levantadas pelos os estudantes, foram de extrema importância para o cultivo de ideias que afetariam o ensino acadêmico além de representar resistência política (Antunes, 2022, p. 93–95).

Em síntese, a década de 1960 em Portugal foi um período de efervescência social e política marcado por um descontentamento estudantil que culminou em duas crises acadêmicas significativas e que foram elaboradas no decorrer deste tópico. A primeira, em 1962, teve estopim durante a repressão às comemorações do Dia do Estudante, levando a uma mobilização de estudantes de diversas instituições em defesa da liberdade associativa e da democratização do ensino, fortemente influenciado pelo Estado naquele período. Apesar de que as forças do Estado conseguiram silenciar algumas vozes ativistas, o espírito de resistência se manteve, resultando na preparação do terreno para uma nova onda de protestos.

A segunda, crise de 1968, intensificada pelo clima global de revolta, como a Primavera de Praga e os eventos de revolta em Paris, trouxe à tona questões ainda mais urgentes de legitimidade da ordem política e as condições de ensino nas universidades, revelando assim a ligação entre política e ensino sob muita tensão. Nesse sentido, a recusa dos estudantes em aceitar o discurso oficial durante a inauguração do novo edifício em Coimbra simbolizou um ato de desobediência civil e uma reivindicação coletiva por direitos básicos, reforçando a urgência da democratização da gestão universitária bem como da legalização das associações estudantis.

Assim, esses movimentos estudantis, embora enfrentando forte repressão, representaram um importante espaço de resistência, reflexão crítica e engajamento coletivo que transcendia as paredes das universidades. A luta dos estudantes não apenas questionou as estruturas autoritárias do regime fascista, mas também lançou as bases para uma transformação no ensino superior em Portugal, evidenciando a ligação da política com a educação em um influenciar mútuo. Assim, as crises acadêmicas de 1962 e 1968, não se definem apenas como momentos de turbulência, mas sim como catalisadores para uma mudança histórica que culminaria na transição democrática do país e na reflexão crítica ao ensino e sua pedagogia.

2.2.4 A contestação da Reforma em 1969

Na sequência dos desdobramentos nacionais e internacionais, retoma-se o âmbito do ensino e prática da arquitetura da reforma de 57 e suas consequências. Pelo exposto nos tópicos anteriores, é relevante ressaltar que os debates acontecidos durante a década de 60, dentro e fora da universidade, tiveram impacto na discussão sobre o papel do arquiteto na sociedade e nas diretrizes que o ensino deveria prosseguir, afetando conseqüentemente o exercício da profissão (Moniz, 2011, p. 440).

Como exemplo, em maio de 69, durante a realização do II Congresso Republicano discutiu-se sobre o problema da habitação, com a demonstração de estatísticas que apontavam o descaso e a situação real na qual o Estado teria corroborado, marcando assim que era uma pauta de relevância nacional. Por conseguinte, em dezembro do mesmo ano, realizou-se o Encontro Nacional de Arquitetos (ENA) (Figura 6), na cidade de Lisboa com a finalidade de continuar as discussões sobre os problemas nacionais em que a arquitetura estava presente (Bandeirinha, 2010, p. 12–13).



Figura 6 - Sessão de discussão durante o Encontro Nacional de Arquitectos em 1969 (Comissão Organizadora, 1969).

Além disso, o encontro tinha como objetivo desenvolver a temática sobre a consciência do papel do arquiteto na sociedade portuguesa naquele período e estudar possibilidades de intervenção na discussão pública de modo que todos os arquitetos pudessem ser inseridos abrindo assim variadas alternativas à problemática. Em congruências com esses objetivos, foram colocados diversos temas e preocupações, desde situações ligadas com perspectivas internacionais como a racionalização e a sociabilização do uso do solo bem como a participação da população durante o processo de planeamento do território até discussões relacionadas com o impedimento ou entrave governamental que qualquer iniciativa de se pontuar a necessidade de mudança de paradigma sobre a profissão ser mais alinhada com a estrutura social vigente (Bandeirinha, 2010, p. 14).

Entretanto, pela falta de consenso principalmente fruto de pensamentos antagônicos entre estudantes e trabalhadores assalariados com os grandes ateliês, o ENA terminou sem conclusões definitivas e por isso não se obteve o resultado ambicionado inicialmente. Sendo assim, mais uma plataforma de debate que não disponibiliza resultados concretos, por consequência de influências políticas ou desencontro ideais liberais versus ideais sociais mas de qualquer forma concretiza-se um espaço fomentador do pensamento crítico que se vivenciava (Bandeirinha, 2010, p. 17–20).

Nesse período, a tradição do arquiteto artista coexistia com a tradição do arquiteto moderno baseado no saber técnico, ou seja, havia possibilidade de atuação para o arquiteto investigador, para o arquiteto tecnocrata respondendo as necessidades do desenvolvimento da cidade capitalista e do arquiteto social que visava compreender a sociedade, como os problemas habitacionais na perspectiva dos centros degradados até os bairros de periferia, sendo que cada uma dessas vertentes de atuação tinham relação com necessidades que se colocavam luz a fim de resolve-las (Moniz, 2011, p. 440).

Com isso, exponenciado pela situação política, social e educacional do país, os estudantes de arquitetura tiveram respaldo para criarem consciência política com a intenção de iniciarem uma reforma no ensino da arquitetura voltada também para o debate sobre a função do arquiteto. É válido ressaltar que durante o ano de 1969, mais de vinte anos após o congresso de 48, o ensino da arquitetura já estava afirmado na pluralidade do corpo docente enriquecido por professores e assistentes, formados essencialmente durante as críticas ao ensino de Belas Artes e na valorização do ensino moderno, fato esse que vertia na forma que conduziam suas respectivas disciplinas (Moniz, 2010, p. 64, 2011, p. 548).

Nesse mesmo ano, houve também um romper com a metodologia do ensino com o objetivo de questionar as experiências desenvolvidas até aquele momento. Tal cisão é marcada pela saída de Nuno Portas de Lisboa e de um grupo de professores no Porto, fato esse que une ao descontentamento também dos estudantes que em conjunto clamavam por um ensino com premissas na função social do arquiteto alicerçado no caráter teórico e crítico, que por sua vez representa o enfraquecimento dos posicionamentos concretizados na reforma de 57, não por oposição direta aos pilares da reforma mas por assinalar a instabilidade da instituição frente aos desdobramentos políticos e a fragilidade do curso mediante a realidade social (Moniz, 2011, p. 549).

Por fim, o período de 1969 se evidenciou como um marco de inflexão no ensino de arquitetura em Portugal, refletindo não apenas as inquietações geradas pela reforma de 1957, mas também um contexto sociopolítico em transformação. Durante esse período, vários momentos de discussões e encontros foram promovidos, como o II Congresso Republicano e o Encontro Nacional de Arquitetos, que novamente fomentavam a crescente consciência crítica entre arquitetos e estudantes acerca do seu papel na sociedade. Embora os debates tenham sido marcados por divergências e a falta de consenso, essas plataformas de diálogo foram importantes para. Formação de um pensamento reflexivo que desafiava as normas estabelecidas e iam de encontro com uma arquitetura mais engajada socialmente, representando novamente outro momento em que, a partir do ensino e da prática arquitetônica, se busca pela coerência da posição do arquiteto na sociedade.

As diferentes vertentes de atuação dos arquitetos -artistas, tecnocratas e sociais- refletem a diversidade de necessidades emergentes em uma sociedade em mudança, e as reivindicações dos

estudantes por um ensino que priorizasse a função social do arquiteto indicam uma clara evolução na compreensão do papel da arquitetura. Nesse sentido, é notório que essa preocupação da classe se volta para a questão precária do acesso a habitação digna. Por isso, em relação ao ensino, o descontentamento com a metodologia tradicional e a busca por uma abordagem mais crítica e teórica, marcaram o rompimento com as práticas pedagógicas que não respondiam às exigências daquele contexto.

Assim, ao final da década de 60, a arquitetura em Portugal se encontrava em um ponto de confluência entre tradição e modernidade, entre a crítica e a prática, indicando que o futuro do ensino da arquitetura estaria intimamente ligado às transformações sociais e políticas que permeava o país, ou seja, mais uma vez o pensamento pendia para o equilíbrio através de mais um empasse. Essa evolução não apenas previa uma reforma no ensino, mas também a formação de arquitetos comprometidos com a realidade social, mesmo que o momento ainda revelasse tensão nas discussões para uma reforma de ensino que resultasse.

3. Revolução

Este capítulo abordará o período revolucionário e pós-revolucionário de 1974, já que foram momentos cruciais para a consolidação de um pensamento crítico sobre o papel do arquiteto na sociedade, especialmente com a criação do SAAL, um programa que visava enfrentar o déficit habitacional com a participação ativa das comunidades locais. É nesse sentido que ainda utilizando a ótica dos polos de ensino em arquitetura do país -ESBAP e ESBAL- é mapeado as reverberações desses acontecimentos no ensino e na prática arquitetônica.

Além disso, o capítulo visa demonstrar outros acontecimentos frutos do contexto socioculturais ao longo da segunda metade do século XX, como a internalização da arquitetura portuguesa e do processo de Bolonha como método uniformizador do ensino na União Europeia. Acompanhando a evolução do período pós-revolucionário, o capítulo culmina com uma reflexão sobre como, atualmente, as escolas de arquitetura continuam equilibrando duas vertentes, liberal e ativista social, formando profissionais tanto voltados para a inovação tecnológica quanto para a transformação social, reforçando a importância da relação entre o ensino e o contexto sociopolítico em que se insere.

3.1 Revolução de 1974 e o SAAL

Como supracitado, o período que antecede a revolução de abril, em 1974, é de bastante instabilidade sociopolítica não só em Portugal, mas também no mundo, fato esse que propicia o engendramento do processo democrático em contraposição a autocracia vigente no país. Nessa perspectiva, em Portugal, devido a gestão de três frentes de guerra, se encontra graves problemas econômicos além de manifestação de desagrado com os acontecimentos internos pelos tradicionais aliados internacionais, resultando em um contexto de tensão fortemente marcado pela agitação social (Reis, 2007, p. 21).

Em sequência, o advento do golpe militar ocorrido em 25 de Abril de 1974 motiva o sentimento de exaltação à revolução que culmina em dois processos, o primeiro seria a descolonização e o segundo o planejamento de um novo modelo político e social. Esse segundo processo só teria fim dois anos mais tarde com a concretização da democracia parlamentar anunciada com a eleição do primeiro Governo Constitucional e conseqüentemente com a reformulação da Constituição da República em 1976, que consolidaria os direitos democráticos, o aparecimento de diferentes correntes de expressão política e na descentralização administrativa, o que mais do que isso reforçaria o papel do Estado na economia e preveria o direito à educação, cultura e ciência (Reis, 2007, p. 21–26).

Portanto, o Movimento das Forças Armadas (MFA), responsável pela queda do governo e organização responsável por gerir o início do momento de transição, formulou medidas iniciais denominadas o programa dos três D (descolonizar, democratizar e desenvolver) que seriam premissas para a instauração dos mecanismos democráticos, da reestruturação dos órgãos do Estado e na emancipação dos territórios ainda colonizados por Portugal (Reis, 2007, p. 21–23).

Durante esse intervalo temporal de dois anos, ficou nítido o clima de incerteza e instabilidade política originado pelo receio de como seriam implementadas as mudanças, além disso, nesse contexto soma-se a engajada participação da população durante o denominado Processo Revolucionário em Curso (PREC). Assim, logo após o golpe, multiplicou-se manifestações em celebração intensificadas pela alegria com o findar de décadas de repressão e com o contentamento ao MFA, marcando assim um primeiro momento de festa a livre possibilidade de se manifestar (Reis, 2007, p. 21).

Nesse sentido, se iniciou um período repleto de medidas práticas como a abolição da polícia política, libertação dos presos políticos garantindo assim a liberdade civil bem como a possibilidade de existência de partidos políticos. Além disso, houve uma abertura para negociações com os movimentos de libertação de guerrilha com a finalidade de resolução pacífica dos conflitos armados que por fim culminaria da independência dos territórios colonizados, que não era somente um desejo interno mas também fruto de pressão internacional (Reis, 2007, p. 23).

É importante ressaltar que o processo de descolonização auxiliou na diminuição dos gastos bélicos do Estado, mas o país já se encontrava num período economicamente conturbado e dilapidado. Assim, outro fator de complicação foi os retornados das ex-colônias, caracterizando um problema de logística diante a reconfiguração do tecido social e conseqüentemente urbano, sendo que esse contingente de pessoas se disponibilizou de alojamentos provisórios. A robustez da participação pública no sentido de alívio pela possibilidade de se manifestar, é equiparada assim com a instabilidade no processo de ajustamento à uma nova prática política, onde há o confronto de forças políticas a fim de optarem pelo melhor modelo de gestão estatal alinhado com a democracia além da contínua agitação social em todo território materializada em greves, ocupações e lutas populares reivindicando melhorias em todas as esferas socioeconômicas (Reis, 2007, p. 23–25).

Em 1976, com a primeira eleição para a Assembleia Constituinte e do Presidente da República marca o final do ciclo revolucionário e por conseqüência a escolha do modelo político representativo democrático com base parlamentar. No entanto, apesar da situação política ser encarada como estável não necessariamente significou o equilíbrio nos outros campos representativos das conseqüências de escolhas do período autocrático como problemas econômicos e sociais (Reis, 2007, p. 27–28).

A questão econômica seria estabilizada até 1980 com diversos mecanismos, como a abertura para política externa com os países europeus e a possibilidade de adesão ao bloco econômico além da pedido de empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), por sua vez, a situação social se amenizaria com a normalização e consolidação do regime político a partir das consecutivas repetições do processo eleitoral e do ambiente respeitoso e pacífico com as campanhas eleitorais reforçando assim a coesão social (Reis, 2007, p. 27–28).

Em síntese, apesar do clima de celebração e de esperança renovadas de que acompanhou o PREC, o caminho para a estabilidade e democracia foi repleto de desafios. A reconfiguração social e urbana, agravada pelo retorno de portugueses das colônias e a necessidade de abrigá-los adequadamente, sublinhou a complexidade do processo de transição. Além disso, a participação ativa da população em greves, ocupações e manifestações evidenciou não apenas a vontade coletiva de mudança, mas também a luta contínua por melhorias socioeconômicas que já perdurava por anos.

Embora a eleição de 1976 tenha estabelecido um modelo político representativo e democrático, ainda havia resquícios do período autocrático que se faziam sentir em questões econômicas e sociais, para além da própria dificuldade de se estabelecer um novo regime. A abertura da economia e a adesão a blocos internacionais, incluindo o FMI, foram passos primordiais para a estabilização econômica até 1980. Contudo, para a consolidação da democracia em Portugal implicava um compromisso contínuo com a coesão social e principalmente da superação das desigualdades herdadas. Nesse sentido, a Revolução de Abril foi o início de um longo processo de

construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde a luta pela liberdade e pela dignidade humana continua a ser um legado fundamental.

3.1.1 Período revolucionário e pós-revolução na ESBAP e ESBAL

Em consequência das insatisfações com a reforma de 57 e na tentativa de se adequar o ensino frente as incongruências apresentadas pós-reforma, as instituições de ensino ESBAP e ESBAL adotam medidas nos anos seguintes com a finalidade de reestabelecer o ensino em arquitetura. No Porto, com o regime pedagógico experimental, a Escola de arquitetura consegue exercer maior resistência às tentativas de controle do Estado, visto seu afastamento com o centro de poder e comparativamente com a Escola de arquitetura em Lisboa (L. C. M. Silva, 2011, p. 20–25).

Esta última, faz equiparada tentativa mas não obtém o mesmo resultado dando início às primeiras incongruências entre esses dois polos de ensino do país, fato que se intensificará a medida que se aproxima do momento de revolução, já que ganhará força em caráter ideológico e partidário quanto mais se discute os pensamentos de autonomia durante e pós revolução de Abril (L. C. M. Silva, 2011, p. 20–25).

Nesse sentido, com influência do distanciamento entre Porto e Lisboa bem como os precedentes sociopolíticos nacionais e internacionais da década de 60 que culminam na revolução, houve gradativa mudança dos códigos estilísticos que se aproximam do modo de se fazer arquitetura dos protagonistas de cada Escola, além disso, todo esse processo tem relação com a internalização da arquitetura portuguesa, da entrada de Portugal no bloco econômico e no processo de Bolonha, casos estes que serão tratados mais a frente (L. C. M. Silva, 2011, p. 25).

É sabido que o processo de reestruturação da Escola não foi pacífico nem linear em semelhança com a reconstrução governamental pós-revolução de abril. Na Escola do Porto o processo tendeu para desfascização e a busca pelos princípios da democracia bem como na atualização dos métodos de ensino em contraponto com as tentativas frustradas do passado. Sob essa perspectiva, em 29 de abril de 1974 foi realizada uma sessão Plenária da ESBAP com a participação de alunos e docentes que discutiram sobre a mudança de paradigma ao nível dos modelos de ensino e de gestão que pudessem ser congruentes com o espírito da época. Por isso, a Escola inicialmente se vê empenhada na participação para que se consolide as conquistas da queda do regime de forma a eliminar qualquer possibilidade de ressurgimento da antiga orgânica e modo de funcionamento, propondo assim novos caminhos (Paulino, 2014, p. 340–344).

Nesse primeiro momento, a comunidade acadêmica da ESBAP se envolveu bastante com os movimentos reivindicativos da população, fato esse que contaminou também o processo interno de reestruturação do Curso de Arquitetura que se mobilizava em favor dos problemas internos e da sociedade em geral. Na eminência do ano letivo seguinte ao 25 de Abril, iniciou-se um processo de ruptura com os Cursos de Pintura e Escultura em função da necessidade do Curso de Arquitetura encontrar uma organicidade própria que também esbarrava em dificuldades a nível

pedagógico por causa da dispersão advindos da ausência de estruturas ou definição de um modelo capaz de responder a boa gestão dos trabalhos em curso e de promover a partilha de informação entre docentes e alunos (Paulino, 2014, p. 348–368).

Por esse motivo, em 28 de novembro de 1974, frente a uma desmobilização sentidas nos meses de agosto, setembro e outubro, durante uma Reunião Geral do Curso de Arquitectura⁶ (RGCA) o Grupo E.S.B.A.P. e Arquitectura apresentou uma proposta com objetivo de encerrar a arbitrariedade e improvisado que consideravam imperar durante o processo de reestruturação do ensino. Assim, foi proposto a constituição de uma Comissão Pedagógica afim de se criar um órgão capaz de solucionar a problemática da inexistência de estruturas e modelos de suporte ao bom desenvolvimento das atividades no Curso de Arquitectura (Paulino, 2014, p. 376–377).

Assim sendo, foram formuladas duas propostas, a primeira denominada de lista cinzenta⁷ apresentada em dezembro de 1974 propunha estratégias pedagógicas baseadas em três princípios chave, o papel social do arquiteto, a habitação social e o apoio técnico às populações com objetivo de formar um perfil de arquiteto com capacidade para lidar com encomendas de cariz social, integrar o carácter científico e tecnológico no processo de formação, principalmente voltado para os desafios dos programas sociais além de articular a prática com a teoria para ser capaz de tornar esse processo dinâmico permeando os ajustes e em contante evolução, ou seja, articulação do domínio de formação teórica com a prática e experimental (Paulino, 2014, p. 387–395).

Em contraponto, a lista amarela⁸ apresentada em 15 de janeiro de 1975, propunha a afirmação da Escola não unitária, a defesa da integração da diversidade na formação além de dar possibilidade ao aluno em construir o seu próprio currículo de formação visando seus interesses pessoais contanto que garantisse a participação na formação base estipulado pela Escola. A proposta da lista amarela também questionava a institucionalização da intervenção social e política defendida pela lista cinzenta, argumentando que o bom funcionamento dessa medida dependeria da consciência política de cada um e por isso, pela complexidade, causaria a estagnação do curso e a possível instalação de um novo regime de dominação. Para compor, a segunda lista defendia a construção do ensino assente no formulação de uma permanente consciência crítica e na diversidade de opções de formação para evitar o risco de estagnação do curso (Paulino, 2014, p. 387–397).

⁶ Um dos órgãos de gestão para o Curso de Arquitectura “constituída por todos os membros da comunidade académica do Curso de Arquitectura, designadamente, docentes, alunos e funcionários, considerada o órgão deliberativo máximo da Escola, ao qual competia aprovar as bases gerais de acção cultural, científica e pedagógica do curso, emanadas anualmente do Encontro que se deveria realizar no final de cada ano lectivo...” (Paulino, 2014, p. 445).

⁷ A lista cinzenta foi composta por um grupo de docentes e alunos da Escola, como exemplo, Francisco Barata, José Lencastre, Fernando Távora, Pedro Ramalho, Carlos Guimarães, Manuel Mendes, Eduarda Correia Fernandes, José Gigante, Maria João Palha, Maria Emília Gomes, Alexandre Alves Costa, António Côte-Real, Francisco Lima, Carlos Prata, Manuel Correia Fernandes, Paula Cruz, Vitor Bastos, Francisco Morais, José Manuel Soares, Pedro Cabral, Bento Lousã, Marta Oliveira, Luís Piçarra e Oliveira Martins (Paulino, 2014, p. 387).

⁸ A lista amarela foi composta por um grupo de docentes da Escola e pelo grupo de alunos membros do Grupo E.S.B.A.P. e Arquitectura, como exemplo, Alcino Soutinho, Cristiano Moreira, Domingos Tavares, Joaquim Vieira, Cláudio Ricca, Júlio Matos e Teresa Vaz (Paulino, 2014, p. 387).

Em 7 de fevereiro de 1975, durante Assembleia Eleitoral para eleição do Conselho Pedagógico e Científico do Curso de Arquitectura da ESBAP, a lista amarela foi eleita com diferença de dois votos para a lista cinzenta concorrente. Essa fator, além de ser marco importante para o desenvolvimento do projeto pedagógico também revelou a adesão expressiva da comunidade votante às duas listas demonstrando o importante envolvimento com as duas propostas de reestruturação do curso, sendo assim início engajado para solucionar a estagnação e improvisos vigentes na época (Paulino, 2014, p. 387–397).

Na sequência, embora o Conselho Pedagógico e Científico eleito não ter priorizado a intervenção social como fator principal da reestruturação do curso, a breve existência do SAAL despontou novos modelos e metodologias de intervenção urbana e conseqüentemente novas abordagens ao projeto arquitetônico. O SAAL-Norte teve impacto positivo dentro do curso de arquitetura do Porto impulsionando as propostas de reformulação do curso e consolidação do projeto pedagógico nos anos seguintes ao seu encerramento, fruto da importância nacional e internacional do programa. A comunidade acadêmica esteve bastante envolvida nas Brigadas do SAAL, no entanto, em outubro de 1975, o país vivenciava instabilidade governamental que afetou todas as instituições e serviços, incluindo o SAAL-Norte, propiciando o fim do programa (Paulino, 2014, p. 409–423).

Dessa forma, apesar de todo o esforço supracitado em direção a reestruturação do curso, no final de 1975, a Escola se encontrava na mesma situação de crise. Em busca de superar o agravamento da situação quase paralisada do curso de arquitetura no Porto, foi feita convocatória no dia 10 de outubro de 1975, pedindo a participação de todos os elementos do curso para a preparação do que viria a ser o primeiro de uma sucessão de três Encontros do Curso de Arquitectura sucedidos na segunda metade da década de 70 e que foram capazes de servir de base para a definição do projeto pedagógico possível de implementação e finalmente consolidação (Paulino, 2014, p. 409–424).

Assim, como já dito, somente no III Encontro do Curso de Arquitectura realizado em outubro de 1977, que se validou o projeto pedagógico ensaiado desde o I Encontro. Para o efeito, a consolidação do ensino em arquitetura se deu pela aposta na formação generalista, tendo em consideração uma abordagem global dos problemas que não limitava à escala e tinha em conta a condição interdisciplinaridade da disciplina de arquitetura, para que assim pudesse desenvolver o aluno em sua capacidade analítica e aguçar a compreensão em diferentes contextos que se apresentem. Assim sendo, foi firmadas condições para que a ESBAL continuasse a desenvolver o processo pedagógico tendo em vista as situações de crise vivenciadas antes e pós revolução de 25 de abril (Paulino, 2014, p. 657).

Por outro lado, em Lisboa, o período revolucionário também teve impacto dentro da Escola apesar de circunstancialmente estar encerrada, tudo isso sob uma perspectiva mais próxima do governo central. No entanto, por variados desencontros entre docentes e discentes, ficou marcado pela vivência de um clima de perturbação ocasionada não só pelas tentativas frustradas e falta de

coesão, mas também pelas discussões que buscavam pelo discernimento e direção da nova realidade pedagógica que findavam por centralizar na disputa de ideologia política fortemente propiciado pela radicalização política. Assim, as soluções práticas não eram tidas como principal objetivo, realidade essa que causava preocupação aos alunos uma vez que vivenciavam um ano letivo suspenso e perante a um plano de estudo inexistente (L. C. M. Silva, 2011, p. 36–37).

Nesse sentido, apesar de ser de conhecimento dessas reuniões e de forma genérica o conteúdo desses encontros, não há documentos com registros dos resultados, conteúdos, datas ou até mesmo locais dos debates. Fato esse possivelmente consequências das acirradas discussões que se valiam sobretudo da afirmação de ideologias políticas, intensificando o posicionamento de que a preocupação principal não era verdadeiramente ações práticas, o que deixaria a Escola entregue ao caos, ao contrário do que se vivenciava no âmbito arquitetônico fora da instituição de ensino, fortemente influenciado pelo êxtase da revolução como exemplo as experiências protagonizadas no Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) desenvolvido em vários lugares do país (L. C. M. Silva, 2011, p. 36–37).

Na ESBAL, o período imediato pós-revolucionário é marcado ainda pela radicalização política que afeta o andamento e consenso interno da instituição (docentes e discentes), um ensino de arquitetura que sofre com o encerramento do ano letivo e por um sentimento de conformismo com a falta de objetivo concreto e coeso que garanta uma consistente estrutura de ensino, ao contrário do que se sente fora da Escola com as lutas estudantis e valorização do associativismo. Assim, as discussões se centram no desenvolvimento de uma estrutura pedagógica para reabertura do curso, levando em consideração as novas possibilidades e imposições que a recém-chegada democracia proporcionava para essa formulação (L. C. M. Silva, 2011, p. 41, 2019, p. 39–45).

O ensino de arquitetura, em Lisboa, passa então por cinco momentos até o esvanecimento do período revolucionário e reabertura da Seção de Arquitetura na ESBAL. O primeiro momento é de impasses e incertezas com o rompimento entre professores e alunos, como já mencionado, houve uma ruptura na qual diferentes grupos de alunos divergem no campo ideológico partidário para tentar assumir o desordenado período a partir de múltiplas óticas de esquerda (L. C. M. Silva, 2019, p. 48–51).

Em um segundo momento, os estudantes se dispersam por motivos variados que vão desde engajamento com ações da arquitetura na prática fora do âmbito escolar até o conformismo atrelado com acirrados posicionamentos políticos. Apesar do engajamento sobre as questões ideológicas, havia também certa urgência na expressão prática da arquitetura e com o país impulsionado pelo 25 de abril, e possivelmente por esse motivo que alguns estudantes não entendem o espaço Escolar, naquele momento, como base transformadora. Nesse contexto, houve um afastamento desse grupo estudantil engajado que aplicam sua atenção aos projetos em desenvolvimento no SAAL Lisboa ou em ateliês com ações socioespaciais, como a alfabetização

pelo território português realizado pelo grupo CASU (Centro de Ação Social Universitário) (L. C. M. Silva, 2019, p. 48–58).

Em seguida, em um terceiro momento, Nuno Portas, na figura de presidente da Comissão Instaladora de uma nova Escola e já tendo sido professor da ESBAL e Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, propõe uma reestruturação do novo projeto de Escola dando início pela tentativa de diálogo com os estudantes com a finalidade de resolver o ano letivo interrompido. Portas, mesmo não fazendo parte da Escola de Lisboa, continua interessado na procura por resolução das problemáticas do ensino de arquitetura e tem como premissa que o campo de atuação do arquiteto deve ser aumentado para a concretização do arquiteto especialista. Tudo isso teria respaldo no sentido amplo da política, partindo da utilidade das partilhas em grupo bem como a multidisciplinaridade que a prática arquitetônica poderia e deveria usufruir (L. C. M. Silva, 2019, p. 72–73).

Por isso, Portas sendo mediador entre Governo e Escola, defendia que a investigação deveria ser feita nas escolas, nos gabinetes do Estado e nos ateliês, ou seja, não se limitar dois campos de atuação distintos entre o ensino e a prática, tal situação conversava com as necessidades apresentadas pelos alunos da ESBAL e com a conjuntura socioeconômica pós-revolução. Assim foi proposto o Instituto Superior de Arquitetura e Estudos Urbanos (ISAEU), sendo elaborado um conjunto de documentos detalhando as determinações da proposta, onde o ensino de urbanismo se destacava além de existir a implicação de uma mudança radical no sistema pedagógico em vigor com a ruptura definitiva com o ensino relacionado às belas-artes (L. C. M. Silva, 2019, p. 76–92).

No entanto, pelo grau de risco de implementação perante as consequências e exigências que a proposta conferiria para o ensino e para o futuro da prática profissional além do pouco apoio da comunidade estudantil, a proposta pedagógica do ISAEU não foi realizada. Em contraponto, e por reação ao plano de Nuno Portas, outro projeto de reabertura da Escola foi elaborado e aprovado com denominação de Estrutura 76 (L. C. M. Silva, 2019, p. 92–94).

A Estrutura 76 foi a proposta de reabertura da Escola realizada pelo acordo entre docentes e discentes que resulta na instauração do Departamento de Arquitetura de Belas-Artes no lugar da Seção de Arquitetura da Escola de Belas-Artes, permitindo assim autonomia pedagógica e administrativa para esse departamento. Essa proposta pedagógica é menos radical que a anterior e baseada na proposta de Frederico George (1915-1994), que em novembro de 1973, havia concebido um curso baseado em uma componente prática e outra teórica e as unidades curriculares seriam divididas em principais e auxiliares. Assim nos âmbitos programático e legal,

tendo em vista os Despachos 7/76 e 7A/76⁹ viabiliza a reabertura do curso no período letivo em 1976, ou seja, dois anos de resolução pós revolução (L. C. M. Silva, 2019, p. 94–102).

Em conclusão, a reestruturação do ensino de arquitetura em Portugal, particularmente nas instituições da ESBAP e ESBAL, situadas no contexto de revolução, ilustra a complexidade das transformações sociais e políticas que se desenrolaram após Revolução dos Cravos. É notório que o fator geográfico gerou dinâmicas diferentes, refletindo as tensões ideológicas e as diversas abordagens pedagógicas que emergiram em resposta às inquietações com a reforma de 1957. Por um lado, na ESBAP, buscou-se uma maior resistência ao controle estatal e por outro, na ESBAL, os paradigmas e proximidade com a organização central do governo gerou um período de incertezas e fragmentação.

Outro fator que se pode verificar foi que a intensa participação da comunidade acadêmica em movimentos sociais e reivindicações populares foi fundamental para moldar o novo modelo de ensino de arquitetura. No contexto do Porto, as propostas de reestruturação, representadas pela lista cinzenta e pela lista amarela, evidenciaram o debate interno sobre o papel social do arquiteto e a necessidade de um currículo flexível e diversificado. A escolha da lista amarela, que promovia uma abordagem mais inclusiva, destacou a busca por um modelo de ensino que pudesse equilibrar a teoria e a prática, permitindo aos alunos moldar seus próprios caminhos dentro da arquitetura.

Por outro lado, no contexto lisboeta, o papel de Nuno Portas como mediador entre o governo e escol ressaltou a urgência de uma reestruturação pedagógica que atendesse às demandas emergentes da nova sociedade democrática. Mesmo com o fracasso do ISAEU, a aprovação da Estrutura 76 motivou um consenso necessário para a reabertura da Escola, de modo a oferecer uma base mais sólida para o futuro do ensino de arquitetura. Assim, é possível discernir que enquanto a ESBAP se concentrava em problemáticas internas, o caso da ESBAL era mais complexo ao se lidar com questões diretas do governo.

3.1.2 Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)

O Processo Revolucionário em Curso (PREC), como já citado, foi um período de transição em busca de processos mais democráticos, ou seja, maior participação da população além de ser um momento de engajamento com a finalidade de fomentar nacionalmente o desenvolvimento econômico, político e social. Por isso, destaca-se os movimentos populares ao direito à habitação (Figura 7) (Figura 8) devido as problemáticas derivadas das condições precárias de moradia no qual moradores dos bairros em vulnerabilidade social iniciaram lutas por melhores condições

⁹ Os Despachos emitido pelo Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, António Brotas, serviram para definir e informar como sucederia a fase experimental do ensino de arquitetura em Lisboa, sujeita a posterior revisão, assim entre as mais significativas estavam a definição de autonomia pedagógica e administrativa ao Departamento, o tipo de cursos (“bacharelado em Arquitetura e licenciatura especializada”), a contratação de docentes e a definição de objetivos base para o Departamento integrar na formação (Arquitetura, Planeamento, Teoria e História da Arquitetura) (L. C. M. Silva, 2019, p. 133).

habitacionais, principalmente por criação de comissões e associações de moradores reivindicando a desapropriação de grandes fortunas bem como terrenos espalhados pelo país, reforçado por desejos de uma reforma agrária (Cavalcanti, 2014, p. 34–36).



Figura 7 - Manifestação sobre a crise habitacional em Lisboa (Salay, 2023).



Figura 8 - Manifestação de moradores reivindicando o direito à habitação no Porto em 1974 (Bandeirinha, 2011, p. 130).

Nesse sentido, em julho de 1974, foi criado o programa SAAL como mecanismo governamental por meio de um despacho assinado por Costa Brás (1934-2019), Ministro da Administração interna e do Equipamento Social e do Ambiente, e por Nuno Portas mentor do projeto além de ser o então Secretário do Estado de Habitação e Urbanismo. Assim, era pretendido responder aos apelos dos moradores com o auxílio da participação da própria comunidade local para realizar as transformações nos respectivos bairros, para isso as câmaras municipais exerceriam um papel burocrático de controle urbanístico, cedência de solo, mediação sobre as prioridades e os recursos disponíveis e também responsáveis por assegurar os empréstimos previstos na legislação mas se dava maior importância para o contributo e iniciativa dos moradores (Pereira, 2014, p. 14).

O programa com caráter de serviço emergencial local tinha como diretrizes a rapidez na avaliação sobre a melhor localização de intervenção para que as ações pudessem ser realizadas no próprio local, a garantia de crédito para as associações de moradores ou cooperativas mediante disponibilidade da Secretária de Finanças, hábil levantamento das tipologias, sistema viário e outros espaços destinados a uso coletivo além de fornecer treinamento de mão de obra desempregada local, incluindo estudantes voluntários. É nessa última diretriz que se afirma a possibilidade dos estudantes de arquitetura se envolverem nas atividades do SAAL, visto a organização caótica escolar e o precedente motivacional sobre a urgente necessidade de ação advinda do processo revolucionário, outra questão cativante aos alunos para o processo eram as condições de origem voltadas aos problemas da habitação já amplamente debatidas por técnicos que tinham relação com esse campo mas também com os intelectuais das escolas de arquitetura, fato que ressalta a existência da temática no âmbito escolar (Cavalcanti, 2014, p. 39-42).

Assim, esse espaço de partilha ancorado na colaboração entre técnicos e moradores fomenta a ideia de o papel do arquiteto estar associado à necessidade de compreensão espacial pela ótica do usuário, assim capacitaria o profissional para ser gerador, condicionador e agente propulsor para comportamentos, nesse caso, no espaço doméstico. O contexto de produção espacial estava ligado ao aprendizado mútuo, no qual o destinatário também participa da organização do espaço em uma colaboração para uma obra comum obtida pelo constante debate (Cavalcanti, 2014, p. 43; Távora, 1999, p. 74).

Se dá notoriedade a importância que o programa teve no sentido de ser resultado de reflexões de como a função do técnico poderia se ligar com os usuários, ou seja, um repensar da prática arquitetônica. Por isso, a equipe técnica das Brigadas, composta por engenheiros, arquitetos, advogados, psicólogos, estudantes e outros colaboradores, deveriam auxiliar os moradores em vulnerabilidade social, a quem se destinavam os projetos, nas ações rumo a moradia condigna e na melhoria do funcionamento do bairro que passavam pela escolha do terreno até discussões (Figura 9) sobre as infraestruturas fundamentais como equipamentos urbanos e espaços de lazer que seriam geradores de coesão social (Cavalcanti, 2014, p. 45-47).



Figura 9 - Reunião de comissões de moradores e de Brigadas SAAL no Palácio de Cristal em 1975, no Porto (Bandeirinha, 2011, p. 161).

As operações do SAAL aconteceram com maior frequência na área metropolitana de Porto e Lisboa por serem zonas de maior concentração de núcleos de habitação degradada. Nesse sentido, sobre a composição das Brigadas, havia uma disparidade técnica entre Porto e Lisboa principalmente no que diz respeito a participação dos estudantes, onde a participação dos estudantes de arquitetura da ESBAP era referenciada e incentivada no Porto, enquanto a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) se refere marginalmente sobre a participação dos estudantes de Lisboa (Cavalcanti, 2014, p. 49).

Na perspectiva de um mapeamento cronológico, com a finalidade de expor como os objetivos de debate entre técnicos e moradores se sucedeu, logo após a revolução dos cravos a agitação dos movimentos populares representavam o entusiasmo nacional. No entanto, esses movimentos apesar de terem convictas reivindicações, não possuíam estruturas de organização coesas dando vazão somente a necessidade de melhoria de vida por meio do vislumbre da participação coletiva trazida pela revolução. Por isso, inicialmente, apesar do desejo de participação manifestado por vários técnicos envolvidos com o setor da habitação e urbanismo, as primeiras interações com a comunidade em vulnerabilidade social eram bastante frágeis, principalmente por causa da dificuldade de comunicação clara e objetiva já que esses grupos tinham como características inicial a falta de centralidade, fato esse que seria uma preocupação futura das Brigadas, ou seja,

haveria disponibilidade de técnicos para concretização legal das associações e cooperativas de moradores (Pereira, 2014, p. 20).

Assim, mesmo com o respaldo teórico e grande entusiasmo pela resolução que o programa representaria, logo no início das operações SAAL começou a encontrar os primeiros impedimentos materializado na constatação da insuficiência de meios de ação capazes de atender quantitativamente e qualitativamente os anseios das comunidades. Outra problemática das primeiras intervenções foram as relacionadas com a ausência de suporte legal por parte das estruturas burocráticas dos serviços públicos, como as Câmaras, de modo a ressaltar impasses com financiamento, às expropriações e até o engendramento da comunicação do SAAL com os demais serviços públicos, ocasionando lacunas e atrasos em todo o processo. As negligências se materializavam na demora para finalizar os contratos com as Brigadas Técnicas, o que resultava no trabalho de funcionários sem remuneração além disso havia um desencontro na definição de como se procederia a ligação do SAAL com os outros organismos públicos (Pereira, 2014, p. 20–22).

É nesse contexto que os movimentos de moradores têm papel importante, principalmente nesse primeiro momento, já que conseguiram impor soluções práticas frente a falta de medidas legais. Ao mesmo tempo, as conjunturas políticas sociais começaram a se transformar, fruto da radicalização do regime e das forças sociais potencializando conflitos entre simpatizantes e opositores da via revolucionária. Por isso, os movimentos sociais urbanos, tais como os coletivos de moradores, aumentaram suas reivindicações a fim de torná-las mais abrangentes indo para além do direito à habitação e direito à cidade, tendendo assim para as periferias e para fortificação das suas organizações (Pereira, 2014, p. 23).

Em 18 de Março de 1975, foi aprovado em Plenário do SAAL, um Caderno Reivindicativo como forma de protesto a paralização do processo SAAL. Esse plenário contou com a participação das Comissões e Associações de Moradores, Brigadas Técnicas e a Comissão Coordenadora do Serviço de Apoio Ambulatório Local, que uniram forças para denunciar as inúmeras resistências burocráticas e legalista que inviabilizavam a concretização das operações. Nesse sentido, era debatido sobre a falta de colaboração dos serviços camarários e a incompreensão técnica e boicote político da maioria das Comissões Administrativas municipais que deveriam ser garantidoras de recursos advindos do Estado (Pereira, 2014, p. 23).

Na sequência, precisamente em 17 de maio de 1975, eclodiram no Porto e Lisboa manifestações com grande percentual de adeptos organizadas pelas associações de moradores, em um período de ascensão dos ideais da perspectiva revolucionária do MFA, amplamente apoiado por esses movimentos populares urbanos. Tais agitações populares se apresentam com maior hostilidade e abrupto posicionamento político, e por sua vez, por estarem ligadas ao SAAL, representam significativa mudança nas reivindicações do programa, passando de um discurso técnico para um discurso mais politizado (Pereira, 2014, p. 23–24).

No entanto, essa agressividade presente nos movimentos dos moradores, principalmente por protagonistas militantes partidários, fez com que houvesse um enfraquecimento dessas forças populares já que paulatinamente passavam também por disputas internas pela liderança bem como pela eleição de determinados posicionamentos políticos. Por essas circunstâncias, na tentativa de defender a coesão das associações, parte dos adeptos mais ativistas se desvincularam da vida partidária, mesmo assim as discussões com a pauta política se sobressaíram, se tornando a maior preocupação do movimento popular urbano. E foi esse último motivo uma das causas de desmobilização das organizações de moradores, que perderam poder de intervenção afetadas pela derrota da ala militar revolucionária do MFA em 25 de novembro, e por consequência, o processo SAAL perde a representativa massa reivindicadora da camada popular (Pereira, 2014, p. 23–26).

Além disso, foi nesse período que houve também uma inversão na prioridade depositada nos setores públicos e privados, pendendo maior importância para a iniciativa privada bem como a valorização dos investimentos voltados para o lucro. Os estímulos eram voltados para o relançamento do setor privado no campo da construção civil, como o sistema de crédito à aquisição de habitação própria, em detrimento do abandono da política econômica que priorizava os programas de habitação social, tendo como exemplo a sucessiva marginalização do SAAL (Pereira, 2014, p. 25–28).

O processo de asfixia dessa política de habitação social se atenuou no final de 1975, momento de aumento de acusações difamatórias na mídia aliada a declarações de responsáveis políticos, além de frequentes entraves ao funcionamento normal dos serviços, atuação intimidatória da polícia e atos criminosos contra as instalações do SAAL e funcionários. Tudo isso se desenvolve durante o ano seguinte, em um momento que o movimento social urbano se encontrava esgotado, dificultando o auxílio para a manutenção do programa (Pereira, 2014, p. 25–28).

Por fim, em 27 de outubro de 1976, se assina um despacho interministerial sobre a construção clandestina, contradizendo a metodologia de invenção proposta pelo SAAL. Assim, esse despacho representou o fim do programa e a passagem de responsabilidade das operações em desenvolvimento para às autarquias, sob a justificativa de que o programa não teria sido eficaz na resolução do problema da habitação nas comunidades em vulnerabilidade social, demonstrada a partir da demora e escassez de fogos construídos. Por esse motivo, tem como resultado além do encerramento do processo SAAL mas também da perspectiva de intervenção voltada a sanar problemas habitacionais da população marginalizada (Pereira, 2014, p. 28–29).

É notório que a liberalização da política habitacional propulsora da especulação imobiliária teve grande influência para a mudança de paradigma supracitada, no qual se valorizou os interesses dos imobiliários poderosos já que a luta do direito a habitação condigna pressuposto no SAAL estava ligado na intervenção local com a finalidade de integração na própria cidade, o que por sua vez não condizia com os interesses imobiliários previsto pela ideia do liberalismo econômico e da mudança de pensamento político econômico e social da época

Entretanto, o desmonte do programa não significou fracasso total da iniciativa que beneficiaria camadas da população em vulnerabilidade social. É preciso ressaltar que as atividades e discussões realizadas durante o programa representaram importante contributo, principalmente pedagógico além de despertar interesse e curiosidade de especialistas e instituições internacionais, culminando em conteúdo de artigos de revista de arquitetura e urbanismo, visitas de estudo, exposições, conferências e seminários internacionais que representaram uma das vias da internalização da arquitetura portuguesa, que será discutido no tópico seguinte (Pereira, 2014, p. 29–31).

Também é bastante significativo entender outros fatores que contribuíram para o melhor funcionamento do SAAL enquanto fomentador social. Nesse sentido, mesmo durante o regime autocrático, em específico nos direcionamentos tomados por Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), Bartolomeu Costa Cabral (1929-2024) e Nuno Portas no Atelier da Rua da Alegria que no início da década de 60 já pensavam na recusa da arquitetura como objeto fechado sobre si, voltando o pensamento da arquitetura em sua escala urbana. Assim, mesmo sob a regência dos cânones modernistas tinha-se o estopim de um novo engendramento de que a arquitetura não deveria romper com o contexto, mas sim ser relacional com o lugar, como modo de pensar e projetar específico e não universal. As Bandas de Habitação em Olivais Sul (Figura 10) concluída em 1963 se materializa como exemplo de uma mudança de paradigma em relação a espaço público e como a arquitetura poderia contribuir para uma melhor vivência da cidade em detrimento do pensamento focado no objeto construído das células habitacionais (A Cidade de Portas, 2023).



Figura 10 - Nuno Portas e Bartolomeu Costa Cabral reunido com visitantes de uma visita guiada em frente a banda de habitação, no espaço público projetado por eles em Olivais Sul (Sadio, 2022).

Foi a partir dessa experiência em Olivais Sul que Nuno Portas posteriormente retorna a essa obra para uma autocrítica, de modo a realizar um relatório sobre a forma em que as pessoas se apropriaram dos espaços projetados, com a finalidade de entender melhores formas de projetar no futuro. Assim, já se cultivava a importância de se projetar com a perspectiva de aprender com o terreno de implantação ou com a comunidade que a arquitetura servirá e não o inverso. Ainda sobre essa noção, Portas realizou outro relatório no início da década de 70 sobre a Habitação Evolutiva, no qual, por meio de pesquisa em lugares densos em autoconstrução como as favelas do Rio de Janeiro no Brasil, fez uma reflexão de como a habitação fomentava a mudança espacial ao longo do tempo, evidenciando o processo da construção inicial de espaço mínimo e a posterior possibilidade de ampliação e melhoramento. Desse modo, novamente se tem o foco no processo da arquitetura e na sua adaptabilidade como formas moderadoras de criação espacial (A Cidade de Portas, 2023; Dias & Portas, 1972, p. 100; Félix, 2020, p. 41).

Assim, fica evidente que Nuno Portas buscava alinhar o processo da arquitetura ao processo de aprendizagem através da percepção de como o ato de projetar pode ser diferenciador nas relações sociais. Esses aspectos sublinhados pelo arquiteto catapultaram a organização e legislação do SAAL, pois já haviam sido trabalhados por Portas antes mesmo da queda do regime totalitário. Por isso, mesmo com o desmonte do programa, o SAAL resulta em um relevante contributo de processo entre a comunidade (Figura 11) e o campo especializado na figura de várias especialidades incluindo arquitetura, demonstrando assim que o espaço público tem grande papel na democratização espacial e que as relações de usos e permanências advindas dos utilizadores tem pertinência para se atingir o melhor projeto arquitetônico (A Cidade de Portas, 2023).



Figura 11 – Reunião popular durante o período do SAAL em busca de melhores condições de moradia – imagem retirada do documentário “A Cidade de Portas” (RTP2, 2023).

Em conclusão, o PREC foi um período de busca por maior democracia e participação popular, destacando-se os movimentos populares que reivindicavam o direito à habitação. Com a criação do SAAL em julho de 1974, foi possível responder algumas demandas das comunidades vulneráveis, priorizando a participação dos moradores nas transformações de seus bairros, com o suporte de técnicos como arquitetos e engenheiros entre outros profissionais.

O SAAL, formado a partir de diretrizes para a intervenções rápidas e apoio a associações de moradores, fomentou uma nova relação entre técnicos e usuários, promovendo um aprendizado mútuo e contínuo. Entretanto, a implementação do programa enfrentou desafios, como a falta de organização e suporte legal, ressaltando a precisão e importância de uma forte participação dos movimentos moradores, embora suas reivindicações se tornassem mais politizadas com o tempo.

Por fim, a radicalização política e a fragmentação dos movimentos dificultaram a coesão e o poder de intervenção popular, principalmente após a derrota do MFA em 25 de novembro, propiciando o enfraquecimento do SAAL. Outro fator contribuinte para o encerramento do programa, foi a crescente prioridade ao setor privado e o abandono da política de habitação social provocando a marginalização e encerramento do SAAL em 1976, que mesmo com o fim, deixou legado de experiências e reflexões significativas para o debate arquitetônico, fomentando também o interesse internacional na arquitetura portuguesa como será abordado no próximo tópico.

3.1.3 A internalização da Arquitetura Portuguesa

Após o fim do processo revolucionário se inicia uma mudança de paradigma na arquitetura em Portugal com a intensificação da internalização da arquitetura portuguesa com consequências no papel do arquiteto e na valorização dos arquitetos estrelas. Já na década de 60, nos Pequenos Congressos¹⁰ (PPCC) em Espanha, a participação portuguesa teve relevância e repercussão, principalmente anos mais tarde, na construção da credibilidade de arquitetos portugueses no cenário internacional, contribuindo assim no processo de divulgação que aumentaria em resposta ao interesse do processo SAAL. Durante o oitavo PPCC realizado em Tarragona no ano de 1967, os arquitetos portugueses Eduardo Anahory (1917-1985) e Nuno Portas integraram as sessões daquele congresso, sendo que Portas contribuiu para as discussões no âmbito de sua investigação no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) onde desenvolvia estudos sobre o desenho da habitação *standard*, marcando assim a primeira participação portuguesa nos Pequenos Congressos (Correia, 2010, p. 41-49).

Essa participação suscitou a realização de um Congresso similar em Portugal na cidade de Tomar em dezembro de 1967, o programa desse encontro incluiu visita guiada em Lisboa no sentido de conhecerem os Olivais e visitas a projetos de Álvaro Siza Vieira no Norte do país, como à Cooperativa de Lordelo, à Casa de Chá de Boa Nova e as Piscinas de Leça. Assim, além da

¹⁰ Os Pequenos Congressos, idealizados pelos arquitetos Oriol Bohigas e Carlos de Miguel, foi criado pela vontade de debate de um grupo de arquitetos de Barcelona e Madrid, aconteceram durante os anos de 1959 até 1967 e funcionavam com apresentação de projetos seguido de discussões (Correia, 2010, p. 41-45).

demonstração de conhecimento crítico e histórico pelos arquitetos Pedro Vieira de Almeida (1933-2011), Carlos Duarte (1926-2019) e Portas durante as sessões de debate, se destaca a obra construída de Siza, fato que representou significativa divulgação do seu trabalho internacionalmente (Correia, 2010, p. 52–54; C. E. R. e Silva, 2016, p. 84).

Em sequência, durante a realização do PPCC em Vitória no ano de 1968, a partir do incentivo de Portas, Siza apresenta seus trabalhos recentes em uma das sessões do encontro, consolidando o início do entusiasmo e presença da arquitetura de Siza na imprensa internacional. Assim, esses episódios representam momentos relevantes para o desenrolar na pós consolidação da democracia portuguesa em 76, com o final do SAAL e o interesse internacional sobre as temáticas da arquitetura social despontada por esse programa. Foi justamente em 1976 que se despontam as oportunidades de participação de arquitetos nacionais em eventos internacionais, especificamente em cinco eventos na Espanha, quatro em Itália, um em França e outro na Alemanha (C. E. R. e Silva, 2016, p. 84–113).

A perspectiva de enaltecimento do arquiteto social com consciência crítica em um contexto de países europeus em recuperação da segunda guerra mundial, focaliza a atenção internacional para discussões onde temáticas com preocupações sociais são orientadoras, como o programa SAAL. É a partir de perspectivas congruentes levantadas em outros países, como ordenamento da cidade e a experimentação em um contexto social participativo, que reforça ainda mais a divulgação e estudo dos acontecimentos durante as intervenções do SAAL e por consequência coloca em voga mais uma vez as obras de Siza Vieira, tendo como exemplo os trabalhos na zona de São Victor (1974) no âmbito do SAAL e na Quinta da Malagueira (1977), obras estas responsáveis por afirmar Siza como arquiteto social e experiente enquanto profissional lidando com a participação da comunidade (Guilherme, 2016, p. 239–242).

Nesse sentido, em consequência ao aumento do espaço de divulgação internacional do trabalho de Siza em eventos, entrevistas e revistas com texto de sua autoria, sucede uma propensão dessa divulgação ganhar caráter monográfico com bastante prestígio no cenário internacional, principalmente em revistas espanholas, italianas, francesas e inglesas que se interessam inicialmente pelo trabalhos realizados em território português ressaltando a consciência social pelos processos participativos mas que desenvolve perante curiosidade na obra construída independentemente de seu cariz, o que eleva a imagem desse arquiteto internacionalmente (Guilherme, 2016, p. 247).

Assim, o final da década de 70 e durante a década de 80 configura um período substancial para a crescente projeção internacional da arquitetura portuguesa. Em sequência, se destaca outro recurso de internalização que foram os concursos que viriam a ser entendidos como oportunidade de visibilidade e glamour, garantindo possível sucesso de encomendas. O arquiteto Álvaro Siza foi expoente para esse movimento, por meio de convites para concursos de edifícios culturais, espaços urbanos e edifícios públicos, conferindo outra possibilidade de experimentação de

intervenções urbanas diferentes daquelas que lhe conferiram notoriedade inicial, que teria consequência no aumento de seu prestígio e oportunidade de demonstração do seu conhecimento técnico principalmente no seu domínio dos pormenores construtivos (Guilherme, 2016, p. 263–265).

Outro arquiteto português que obteve reconhecimento internacional foi Eduardo Souto de Moura (1952-), que utilizou dos concursos como forma de investigação projetual no qual poderia servir como espaço de reflexão das condições projetuais e não só a preocupação com a obra construída, mas a oportunidade de explorar ideias e conceitos na prática arquitetônica. Esse processo de aumento da participação da arquitetura portuguesa no cenário internacional é acompanhado pela progressiva estabilidade e recuperação da sociedade portuguesa marcada pela transição do solo rural para o urbano e pelos fenômenos de especulação imobiliários resultando no aumento das zonas periféricas metropolitanas (Guilherme, 2016, p. 270–284).

Ainda nesse contexto, em 1986, Portugal adere à Comunidade Econômica Europeia (CEE) - nomenclatura inicial para a atual União Europeia (UE)-, bloco que auxilia economicamente o país ao disponibilizar fundos estruturais voltados para políticas de coesão social e territorial além de aumentar a facilidade das empresas nacionais em acederem aos mercados internacionais. Ou seja, mais um motivo que colaborou para catapultar a arquitetura portuguesa internacionalmente, que com o desenvolvimento latente, estabelece ocasião ideal para amadurecimento dos arquitetos nacionais no que diz respeito ao crescimento e na construção da arquitetura voltada para a comunicação e conseqüentemente venda (Guilherme, 2016, p. 284–287).

Então, é notório uma mudança de padrão no pensamento arquitetônico por influência das condições supracitadas, salientando a valorização da arquitetura icônica relacionada com os concursos, bienais e trienais de arquitetura além da ampla divulgação por meio da crítica das obras e seus autores, bem como sua das identidades comerciais pela comunicação social, geradora de competição no campo profissional da arquitetura. Em paralelo com essa situação, houve o aparecimento do fenômeno denominado *star system* como resposta a sociedade de consumo e da cultura de espetáculo, e que está ligado com o enaltecimento dos *standards* do que seria boa arquitetura nos suportes de comunicação como as revistas especializadas em arquitetura (Coelho, 2008, p. 166; Guilherme, 2016, p. 383).

O *star system* em Portugal se torna relevante quando, em 1992, Siza Vieira é laureado com o prêmio Pritzker (Figura 12), considerado a premiação máxima na arquitetura consagrando os laureados com uma notoriedade e valor de genialidade, ou seja, é atribuído a Siza o título de primeiro arquiteto estrela português em congruência com a lógica predominante de divulgação e prestígio monográfico. Outros dois eventos que formulam importância nesse cenário foram a reconstrução de parte de Lisboa no advento da Expo98 (1998) e a construção do museu Guggenheim de Bilbao (1997) pelo arquiteto Frank Gehry (1929-), na Espanha. A esse último fato

é atribuído o *efeito Bilbao*¹¹, o qual fomenta a busca *do* processo identitário que se destaque como ícone arquitetônico, alcançando a importância da visibilidade proporcionada por revistas, livros, opiniões de críticos e prestígios advindos de premiações (Guilherme, 2016, p. 289–391).



Figura 12 - Álvaro Siza (a direita da imagem) sendo laureado com prêmio Pritzker em 1992, pelo presidente Jay Pritzker (a esquerda da imagem) (The Pritzker Architecture Prize, s.d.).

Desse modo, o papel do arquiteto é associado a essa conjuntura midiática dos arquitetos estrelas atravessado pela crescente economia e consequentemente do aumento da produção arquitetônica. Assim, a autoria é muito valorizada balizada pela sedução do público na imagem construída e vendida em contraponto com o lado positivo que se aliava as oportunidades de testar soluções e promover diálogos principalmente dentro da comunidade especializada em arquitetura. Na crescente sociedade globalizada, o *star system* potencializa a divulgação do processo arquitetônico baseado na experimentação, conceito, materiais, formas e discurso exclusivo e marcante, suscitando algumas dúvidas de enquadramento que por vezes eram mascaradas pela tentativa de persuasão em detrimento da imagem inovadora. Tudo isso, configura um direcionamento do papel do arquiteto que nesse período se confirma na necessidades mutáveis que naquele momento se alinhava com a internacionalização da arquitetura (Coelho, 2008, p. 167–172).

¹¹ “O “efeito Bilbao” foi um termo popularizado por Witold Rybczynski em 2002 num artigo com o mesmo nome, expressando a capacidade de um edifício de um arquiteto proeminente induzir alterações na cidade e de se transformar num marco de importância global e atratividade.” (Guilherme, 2016, p. 290).

Em suma, o crescente interesse pela arquitetura portuguesa, impulsionado pelos Pequenos Congressos e pela visibilidade conferida aos trabalhos de arquitetos como Álvaro Siza e Eduardo Souto Moura, marcou um período de afirmação da arquitetura nacional no cenário internacional principalmente após a Revolução de Abril e o SAAL. Com isso, a participação em eventos internacionais e a crescente influência da mídia especializada foram primordiais na promoção da arquitetura portuguesa fora do país. O auxílio do envolvimento em concursos e a experimentação com novos conceitos arquitetônicos propiciaram aos arquitetos portugueses não apenas um palco para a exposição de suas ideias, mas também oportunidade de consolidação e prestígio. Outro ponto importante foi a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia em 1986 pois facilitou o acesso a recursos e mercados internacionais que impulsionaram a prática arquitetônica no país.

Durante o desenvolvimento desse tópico, também fica nítido que a ascensão do “*star system*” bem como as premiações, como o Pritzker de Siza em 1992, consolidaram a imagem dos arquitetos portugueses como referências globais. No entanto, contradizendo os motivos do impulso inicial materializado no SAAL, a arquitetura passou a ser vista como um produto midiático e cultural, moldado pelas demandas de uma sociedade cada vez mais orientada pelo consumo e pela cultura de espetáculo, mudando o foco para uma camada de privilégio em detrimento das problemáticas de camadas sociais em vulnerabilidade. Assim, se consagrou um período de maturação e expansão da arquitetura portuguesa no contexto internacional, em que os arquitetos se tornaram figuras centrais, tanto pela sua capacidade técnica quanto pela sua habilidade em se destacar em um mercado globalizado e altamente competitivo, que a partir daquele momento também enfrentaria desafios para além das fronteiras nacionais.

3.1.4 O Processo de Bolonha

O contexto de crescimento econômico e cultural em Portugal pós estabelecimento da democracia e adesão à Comunidade Europeia, proporcionou um estímulo para a exploração da arquitetura no campo profissional e do ensino, seja pelo capital dedicado às obras públicas ou pela atividade do arquiteto liberal alavancado pela internalização como discorrido no tópico anterior, fato último que também estabelece influência com os mecanismos desenvolvidos dentro dos cursos de arquitetura. O início da década de 90 é marcado pela renovação do caráter simbólico e cultural que a arquitetura representava para o país, fruto da mudança de paradigma na política, no social e impulsos econômicos, sendo fatores responsáveis pela criação da imagem do arquiteto autor apoiado na ideia democrática e por tanto da diversidade de posicionamentos experienciados naquele momento (Pinto, 2015, p. 55).

É nesse período ainda que se verifica o aumento significativo de cursos de arquitetura para além dos disponibilizados pelas escolas do Porto e de Lisboa, ocasionando o aumento significativo de alunos nessa área profissional. Além disso, com o desenvolvimento da integração no contexto universitário, houve uma valorização das teses de doutoramento na mesma proporção da

progressão de discussões sobre o requisito do doutoramento para habilitar o profissional a lecionar. Outro ponto de debate foi sobre as consequências da explosão tanto na oferta de cursos, mas na quantidade de alunos, gerando questionamentos em relação a qualidade do processo disciplinar e na possibilidade de uma formação massificada (Pinto, 2015, p. 55–58).

Tudo isso permeava um ensino voltado para formação do arquiteto técnico estimulado pelas necessidades da nova sociedade industrializada e urbana, de modo a imbuir no ensino as competências no urbanismo e na construção justamente por consequência de novos valores culturais e ambientais do espaço construído e também na valorização dos produtos materiais, sempre em um contexto cumulativo da reconstrução (Pinto, 2015, p. 55–60).

No cenário internacional, durante as celebrações do oitavo centenário da Universidade de Paris em 1998, os ministros da educação da França, Alemanha, Itália e do Reino Unido, propõem a realização de uma unificação do conhecimento europeu em congruências com os outros processos unificadores do bloco econômico. Nesse sentido, se anunciava a concretização da Declaração de Bolonha que seria assinada um ano depois, inclusive pelo Estado Português e que seria composto por seis objetivos, nos quais clamavam para adesão de um sistema de comparação entre graus acadêmicos bem como a implementação do Suplemento de Diploma¹², a adoção de um sistema baseado em um duplo ciclo -Bacharelado e Mestrado-, a adesão à um sistema de créditos¹³ para criar possibilidade de mobilidade estudantil entre instituições de ensino superior e a promoção da mobilidade da comunidade acadêmica como um todo, o alinhamento da qualidade do ensino por meio do desenvolvimento de critérios e metodologias comuns facilitando a comparação entre cursos além do incentivo à cooperação interinstitucional, na direção dos esquemas de mobilidade e programas integrados de estudo, estágio e até investigação (Pinto, 2015, p. 70–71).

De acordo com o supracitado e na sequência dessas inquietações e desenrolar no ensino nacional e internacional, em 1999, se inicia o processo de Bolonha por meio da concretização desse documento estipulado pelos ministros europeus da educação com a intenção de criarem maior integração dos diversos sistemas de ensino superior a partir de uma Área Europeia de Ensino Superior (EHEA), com a finalidade de facilitar o reconhecimento do ensino entre análogos, criar um sistema universitário homogêneo para permitir a mobilidade de estudantes e

¹² O Suplemento de Diploma é um documento adicional ao diploma de curso com a finalidade de informar características específicas da origem do ensino, tais como discorrer sobre a formação realizada, os seus objetivos e os resultados obtidos, tudo isso será componente de um documento facilitador ao reconhecimento da formação nos diversos membros da EHEA (Pinto, 2015, p. 70).

¹³ O sistema de crédito adotado seria denominado ECTS, sigla para *European Credit Transfer and Accumulation System*, mecanismo padrão para facilitar a comparação dos estudos e desempenhos de estudantes no Ensino Superior Europeu. Assim, a partir desses créditos se poderia identificar a quantidade de trabalho que cada módulo de aprendizagem exigiria em um contexto global do ano letivo, por meio de um valor relativo podendo referir a aulas teóricas, trabalhos práticos, seminários, estágios, entre outras componentes dentro do processo letivo. Foi estipulado um princípio de 60 créditos para medir a carga de trabalho durante o período de um ano acadêmico, ou seja, 30 créditos corresponderam a um semestre e 20 créditos a um trimestre além de um crédito corresponder a cerca de 30 horas de trabalho. Ainda é importante referir que esse sistema de crédito contemplaria uma escala de classificação com a finalidade de uniformizar as classificações distinguidas nos diferentes cursos ministrados na Europa (Pinto, 2015, p. 70–71).

consequentemente aumentar a empregabilidade de profissionais formados nesse espaço econômico e político comum aos países signatários (Pinto, 2015, p. 69).

Assim, esse momento inicial do processo de Bolonha, materializado nas diretrizes da Declaração de Bolonha, coincide com as novas necessidades e mudança sociopolítico das últimas décadas do século XX, bem como questões relacionadas com a crescente massificação do ensino como já citado no presente documento. Nesse sentido, o curso de Arquitetura ficou a mercê da interação entre o aumento da oferta de curso, da necessidade de elaborar um modelo de ensino de qualidade -principalmente frente a possibilidade de comparação advinda do processo de Bolonha- e com a preocupação em produzir uma quantidade elevada de profissionais capazes de dar respostas competentes às necessidades da sociedade (Ginouliac, 2009, p. 193–195).

A adaptação curricular do curso de arquitetura foi determinada a partir da definição de um período de formação total mínima de quatro anos em tempo integral ou poderia ser realizada em seis anos sendo no mínimo três em tempo inteiro, os quais deveriam ter abrigo numa universidade ou estabelecimento de ensino com mesmo caráter. Essa formulação ia de encontro com a necessidade de proporcionar aos estudantes portugueses competências profissionais similares aos proporcionados nos Estados integrantes do espaço europeu, tanto em conteúdo mas também em duração, estipulando um período maior de formação para algumas profissões dentre elas a arquitetura (Pinto, 2015, p. 119–122).

Em medidas práticas, a transição curricular dos cursos de arquitetura para se adequar as diretrizes de Bolonha se deu inicialmente através do relatório prévio de implementação do Processo de Bolonha, coordenado pelo arquiteto Domingos Tavares (1939-) que seria concluído em dezembro de 2004. Esse relatório determinava um primeiro ciclo com duração mínima de cinco anos tendo conclusão através de uma prova pública seguindo as exigências da diretiva europeia e que daria acesso a profissão, já o ciclo seguinte teria a duração mínima de um ano e máxima de dois anos conferindo ao aluno grau de mestre. Além disso, se estabeleceu três perfis profissionais (Arquiteto, Arquiteto paisagista e Arquiteto Urbanista) com justificativa no entendimento da necessidade da existência de especialidades como saberes especiais, outro tópico tratado foi a estrutura da formação relativo as competências por ciclos de estudo, sendo o primeiro a licenciatura e o segundo ligado a especialização pós-profissional (Pinto, 2015, p. 123–125).

Em sequência, no final de março de 2006, a partir de um decreto de lei se estabelece que a formação em arquitetura integraria as formações em ciclo integrado, pois configurava um caráter excepcional com necessidade de maior tempo de maturação com a possibilidade de se prolongar até seis anos curriculares. Nesse período havia um pluralidade de duração do curso entre as varias instituições de Portugal que só teria uniformidade em 2008, quando todas se adequam ao modelo de formação com cinco anos de duração sob o recuso de Mestrado Integrado (Pinto, 2015, p. 123–128).

Tendo isso, é possível perceber algumas consequências relativas à implementação do processo de Bolonha, como a valorização da modalidade investigatória inserida no curso, principalmente por se tratar de uma componente avaliativa de final de curso e pelo crescente estímulo a mentalidade investigatória em projeto, advinda também do modo da percepção treinada em concursos de arquitetura. Outra consequência foi o fomento de um sistema competitivo nascente no próprio espaço escolar pela soma de requisitos delineadores de uma metodologia transversal não só as instituições do país, mas também de outros países, já que o sistema comum possibilita até mesmo a criação de *rankings* nacionais e europeus. Essa competitividade também propicia uma valorização do saber mercantilizar os trabalhos arquitetônicos estudantis como competência futura para profissão, fato esse igualmente influenciado pelo aumento das dinâmicas baseadas nas relações comerciais e consequentemente no efeito Bilbao presente na internalização da arquitetura (Ginoulhiac, 2009, p. 179; Lima et al., 2008, p. 14; Pinto, 2015, p. 269–270).

Por fim, o período que seguiu à adesão de Portugal à Comunidade Europeia bem como a implementação de um regime democrático acarretou várias transformações significativas no campo da arquitetura, tanto no ensino quanto na prática profissional. Por isso, o crescimento econômico e cultural interligado com as novas demandas da sociedade, propiciou a expansão dos cursos de arquitetura, marcando um momento de inflexão no ensino dessa disciplina. A criação de novas escolas e a explosão no número e alunos denotavam uma urgência na preparação de uma nova geração de profissionais aptos a atender às necessidades de uma sociedade cada vez mais industrializada no espaço urbano.

Nessa circunstância, se deu a implementação do Processo de Bolonha, que se alinhava aos esforços de unificação dos sistemas educacionais europeus. Em relação a arquitetura, por ser um campo de saber técnico e artístico, foi nítido profundas adaptações no currículo para atender às exigências da nova formulação acadêmica. Assim, a reorganização dos cursos, com a criação de ciclos integrados e a introdução de novas modalidades avaliativas, trouxe desafios para as instituições de ensino que por sua vez, precisaram encontrar um equilíbrio entre formação de qualidade e a crescente massificação do ensino.

O contato e adaptação às orientações de Bolonha, além de facilitar a mobilidade acadêmica entre espaços internacionais, fomentou uma mentalidade competitiva entre os estudantes, ao mesmo tempo em que incentivou a valorização da pesquisa e da investigação como componentes essenciais da formação, representando assim pontos negativos e positivos desse processo. No campo da arquitetura, a competitividade refletia as transformações do mercado global arquitetônico, onde a capacidade de mercantilizar projetos e de adaptação às dinâmicas comerciais se tornava imprescindível.

4. A continua crise da Habitação como pano de fundo

A crise habitacional, que se arrasta desde o século XX, tornou-se uma questão central para a prática arquitetônica e para o debate em torno do papel social do arquiteto. O embate entre diferentes visões pedagógicas no ensino de arquitetura, como exemplificado pela lista amarela apresentada em janeiro de 1975, reflete a complexidade dessa questão. Enquanto a lista amarela defendia a pluralidade e a autonomia dos alunos em construir seus próprios percursos formativos, ela também levantava dúvidas quanto à viabilidade de uma intervenção social institucionalizada, como defendia a lista cinzenta. Segundo a lista amarela, o êxito de qualquer projeto de intervenção social e política dependeria da consciência política individual dos alunos, tornando complexo o processo de implementação dessa agenda no ensino de arquitetura.

Essa divisão no debate reflete as tensões mais amplas em torno da função social do arquiteto: como equilibrar a criatividade individual e a inovação com a responsabilidade social e política diante de crises como a habitacional? O risco de estagnação do curso, apontado pela lista amarela, é uma metáfora poderosa para o que se observa no cenário habitacional, onde diversas tentativas de solução acabam sendo engolidas pela complexidade dos problemas, a burocracia e a falta de alinhamento entre as partes envolvidas.

Neste capítulo, a análise será centrada nos desdobramentos práticos das necessidades habitacionais ao longo de várias décadas, com foco em como as propostas arquitetônicas, políticas e institucionais tentaram (e falharam) em enfrentar a crise. Da mesma forma que o ensino da arquitetura enfrentou dilemas sobre como moldar uma nova geração de arquitetos preparados para desafios contemporâneos, o cenário habitacional enfrentou a dualidade entre inovação e conformismo. As soluções para a habitação têm sido frequentemente fragmentadas e insuficientes, resultando em uma crise contínua que molda tanto a prática arquitetônica quanto o ensino.

4.1 Desdobramentos práticos das necessidades habitacionais

A crise da habitação em Portugal está intimamente ligada com as políticas públicas adotadas principalmente ao longo do processo de urbanização do país e edificação dos mais importantes centros urbanos, sobretudo através de estratégias estruturais e de investigação para tentar mitigar a situação da carência habitacional. É de se ressaltar que à semelhança dos assuntos abordados nos capítulos anteriores, houve sempre uma oscilação na importância da temática habitação tanto pelas lideranças políticas vigentes nas respectivas épocas, mas também pelo envolvimento social resultando em possíveis desdobramentos práticos das necessidades habitacionais sentidas por todo território português. Nessa perspectiva, o presente tópico tem o objetivo de discorrer a partir de momentos-chaves de intervenção estatal bem como os programas propostos e consequentemente elucidar alguns instrumentos adotados pelo Estado partindo da primeira noção de políticas públicas no país.

O aumento demográfico advindo dos processos de industrialização é fator primordial da crescente problemática sanitária que afetou as principais cidades portuguesas na segunda metade do século XIX. Assim, a preocupação sobre essa temática acrescida nesse período eram consequência da impossibilidade do adiamento sobre as questões de saúde pública transversais ao espaço urbano que seria um dos estopins para algumas reformas associadas à insalubridade urbana (Agarez, 2018, p. 41–44).

Também é importante evidenciar que em 1916, Portugal se torna um país beligerante que destina recursos econômicos e humanos para atuação na Primeira Guerra, ocasionando eventualmente desequilíbrios orçamentários ao Estado acentuando certa precarização das condições econômicas nacionais. Assim, em um contexto de fragilidade onde se dependia do comércio externo de bens alimentares e energéticos, além da baixa exportação dos produtos nacionais, se propiciou instabilidade social evidentes nos centros urbanos mais densos. Os marcadores econômicos como a subida da inflação somam-se com a contínua decadência da qualidade de vida cotidiana, resultando na necessidade de intervenção do Estado devido ao eminente colapso social, sobretudo nas camadas mais pobres e na busca por habitação digna (Agarez, 2018, p. 51).

Em vista disso, discutia-se a precariedade habitacional das classes operárias que além de sofrerem com as baixas condições de trabalho, remuneração injusta e com a inexistência de métodos atuantes na proteção social de doença, ainda sofriam com a péssima condição de habitabilidade especialmente nos centros populacionais mais densos como Lisboa e Porto. Esse contexto era marcado por dois fenômenos habitacionais indicadores da sobrelotação dos alojamentos destinados à buscadores de melhoria nas condições de vidas provenientes das oportunidades do vínculo com as indústrias e vida urbana (Agarez, 2018, p. 41–44).

Assim, um dos fenômenos supracitados foram os pátios em Lisboa (Figura 13), que eram espaços ocupados por trabalhadores fabris, caracterizados por situarem no interior dos quarteirões no qual se desenvolvia pequenas habitações dispostas em galeria voltadas para um pátio comum. E o outro indicador de sobrelotação foram as ilhas no Porto (Figura 14), que eram pequenas casas distribuídas ao longo de parcelas estreitas, sem saneamento básico e que comumente se situavam atrás dos prédios aburguesados além de também serem ocupadas em sua maioria pela comunidade operaria da cidade do Porto. Por isso, era fomentado a preocupação em tornar os operários em pequenos proprietários de habitações com salubridade, comodidade e baratas a partir de uma afirmação de melhoria econômica, promoção do sossego e com finalidade de capitalização da riqueza nacional (Agarez, 2018, p. 44–45).



Figura 13 - Antigo pátio denominado "Pátio do Biaggi" e considerado o maior de Lisboa (Leite, 2022).

Nesse sentido, alinhado com as preocupações do mundo ocidental no qual os governos procuravam maneiras de balancear o bem publico e os interesses privados, se estabelece em Portugal, nomeadamente em 1918, a primeira iniciativa Estatal relativamente a habitação para promulgar o incentivo à construção de casas econômicas durante a I República. Para o efeito foi assinado o primeiro instrumento legislativo¹⁴ que proporcionava vantagens aos construtores

¹⁴ “O Decreto n.º 4137, de 24 de abril de 1918, primeira legislação em vigor destinada à construção de habitação «económica», surge durante a República, com o Governo de Sidónio Pais (1917-1918) ... É um documento doutrinário que aposta no financiamento à construção de habitação económica destinada ao alojamento das classes menos abastadas.” (Matos, 2015, p. 317).

privados, cooperativas, câmaras municipais entre outras instituições estatais ou não, interessadas na construção de conjuntos habitacionais voltados a mitigar insalubridade habitacional e preços inacessíveis de locação (Agarez, 2018, p. 11–18).



Figura 14 - Exemplo de Ilha no Porto (Pinto, 2015, p. 14).

Esse mecanismo foi utilizado como resposta a crise de emprego em Portugal proveniente da Primeira Grande Guerra, além disso, foi um período no qual se debatia, como já mencionado, questões de salubridade urbana e saúde pública alavancado pela urbanização crescente, industrialização e pelo desejo governamental de aumento produtivo da classe trabalhadora advindas da melhoria das condições habitacionais (Agarez, 2018, p. 11–18).

Nos anos seguintes a 1918, as preocupações com as condições habitacionais se caracterizaram por alguns poucos decretos em relação a urbanização e expropriação além de medidas de descongelamento de rendas com a finalidade na melhoria das condições de renda que atingia as classes médias e do operário urbano. Ou seja, em um panorama geral houve uma participação pontual do Estado sem desenvolvimento pragmático das medidas adotadas, resultando na continua fragilidade da mitigação dos efeitos da industrialização, do conseqüente crescimento demográfico e das problemáticas associadas a evitar a generalização de doenças baseadas na falta de planeamento urbano (Agarez, 2018, p. 86–87).

Nessa sequência, a ineficácia quantitativa de intervenção Estatal durante a Primeira República da primeira legislação habitacional portuguesa supracitada, constituiu um dos argumentos utilizados para justificar a derrubada do governo republicano e o consequente golpe militar de 28 de maio de 1926. Assim, a intervenção do Estado nos anos posteriores relativamente a habitação se basearam em sua maioria no campo ideológico e legislativo de um governo ditatorial¹⁵ resultando em um pacote legislativo voltado para um Programa de Casas Econômicas no ano de 1933, um segundo momento chave temporal para soluções à habitação em Portugal (Agarez, 2018, p. 86–87).

A imposição do governo autoproclamado Estado Novo promulga a nova Constituição em abril de 1933, consagrando a tendencia governamental autoritária baseada no nacionalismo e na importância com questões de ordem, autoridade e hierarquia. Em setembro desse mesmo ano, foi decretado o Programa de Casas Econômicas como estratégia sociopolítica do regime ditatorial, sendo o primeiro expressivo e sistemático mecanismo governamental de construção habitacional que por sua vez estava voltado para resolução das problemáticas da habitação de apoiadores do regime e não tanto as camadas populacionais em maior vulnerabilidade social (Agarez, 2018, p. 86–88).

Além do caráter construtivo do Programa de Casas Econômicas é importante ressaltar a ideologia política imposta pelo Estado Novo fortemente disseminados durante o desenvolvimento desse dispositivo institucional. Assim, um dos elementos fundamentais do programa foi a recusa de qualquer signo contrário a tradição ou algo que descaracterizava a nação, ou seja, o fomento da habitação unifamiliar limitada as necessidades e aos recursos espaciais em recusa das habitações coletivas ou segmentos modernizadores do processo de habitar. Ademais, também era forte o caráter de seletividade social a partir de critérios econômicos e políticos, destinando os fogos para homens provedores do seu agregado familiar entre 21 e 40 anos, assalariados membros dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis e militares, operários dos quadros permanentes de serviços do Estado e das câmaras municipais, portanto, é evidente o privilégio à um grupo social formado pela base de apoio ao regime em detrimento da maior parte das famílias mal alojadas no país (Agarez, 2018, p. 92–95).

Pelo exposto, é fundamental reconhecer que as políticas públicas de habitação refletem diretamente o contexto social, econômico e político em que estão inseridas. Desde os primeiros esforços do Estado para responder às questões habitacionais no final do século XIX até as intervenções mais ideológicas e estruturadas do Estado Novo, a habitação foi um tema recorrente e oscilante na agenda política portuguesa e que será discutido nos próximos tópicos. As

¹⁵ Em 28 de maio de 1926, um golpe militar derrubou o regime liberal-republicano dando fim a I República, o período seguinte até 1933 corresponderam a Ditadura Nacional. Após a aprovação de uma nova Constituição em 1933, o regime se autoproclama Estado Novo, período caracterizado por concepção presidencialista, autoritarismo e antiparlamentarismo do Estado. Foi nesse período também que António de oliveira Salazar assumiu o governo sendo o primeiro presidente não eleito do período ditatorial que duraria até 1974 (“Os Presidentes da Ditadura Nacional e do Estado Novo”, [s.d.]).

necessidades habitacionais, inicialmente impulsionadas pelo crescimento demográfico e pela industrialização, evoluíram em resposta à precariedade enfrentada pelas classes trabalhadas, expondo a falta de condições sanitárias adequadas nas cidades frente a crescente urbanização, ou seja, o problema passou a ser comum não só a um grupo restrito e mais carente, mas passou a ser uma questão sanitárias para toda a população.

No entanto, a intervenção estatal não conseguiu atender de forma eficaz a demanda habitacional das populações mais vulneráveis, muitas vezes privilegiando setores que apoiavam o regime e assim respondendo a critérios ideológicos que limitavam as soluções habitacionais. A implementação de programas como o das Casas Econômicas revela as intenções de regular a ocupação urbana e ao mesmo tempo reforçar um projeto político que excluía grande parte da população mais carente, revelando assim mais um caráter ideológico de persuasão e direcionamento deliberado dos programas em detrimento da necessidade real da população portuguesa.

Por isso, esse tópico se mostra introdutório para ressaltar as diferentes fases de intervenção pública na habitação, evidenciando que o problema da habitação em Portugal está intimamente ligado às dinâmicas de poder e às respostas institucionais aos desafios de urbanização e crescimento populacional, bem como serve para orientar futura elaboração de práticas a partir do mapeamento e análise dessa historiografia. A falta de uma política mais inclusiva e continuada ao longo do tempo, que promova realmente a inclusão e equidade, contribui para a persistência de déficits habitacionais que, de certa forma, permanecem a reverberar, como veremos nos próximos tópicos.

4.1.1 Do Estado Novo até a Revolução de 1974

Como dito anteriormente, o Programa de Casas Econômicas (Figura 15) surge como proposta de intervenção na crise habitacional durante o período inicial do Estado Novo, como fórmula centralizadora de todo tipo de iniciativa Estatal referente a carência de habitação no país, tendo o cerne inicial mitigar a solução dos bairros sociais -tidos como dispendiosos e mal organizados- propostos durante o governo anterior. O desenvolvimento do programa pode ser dividido em três fases distintas pelo seu caráter ideológico político de como a problemática habitacional era tratada, especialmente na questão associada ao posicionamento interno do regime sobre respostas para o campo das casas econômicas (Agarez, 2018, p. 104).



Figura 15 - Bairro de Casas Económicas do Bairro de Moradias Populares do Regado no Porto (Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, 2018).

A primeira fase do programa foi marcada por uma ideia generalista de habitação que partia de um campo idealizador central, ou seja, os processos do projeto das casas económicas envolviam um núcleo centralizador que não delegava funções nesse primeiro momento. As características das tipologias seguiam duas perspectivas, a primeira em busca da habitação mínima a partir da eliminação dos espaços de transição e redução dos espaços de circulação e a segunda perspectiva ligada ao direcionamento do espaço habitacional, excluindo as possibilidades de vida comunitária e presumindo um convívio exclusivo do núcleo familiar. Essas características se ligam a uma modernidade projetual da construção do espaço interior da habitação que por sua vez também é basilar para o conservadorismo social à medida que se elimina ou reduzem as transições exterior-interior, moldando o possível convívio em comunidade (Agarez, 2018, p. 104–106).

A segunda fase a partir de 1938 até 1956 é iniciada pelo Ministro de Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco (1900-1943) que por meio de um decreto determinou a construção de 2000 casas económicas juntamente com 1000 habitações provisórias denominadas casas desmontáveis. Essa última tipologia mencionada foi criada com o objetivo de acolher os moradores dos bairros de lata de Lisboa na intenção de diminuir o impacto de pobreza, seriam assim uma habitação temporária com áreas reduzidas e caracterizada por ser uma construção mais fraca. Na sequência, a denominação de casas desmontáveis foi substituída, através de um decreto de 1945, por casas para famílias pobres que continuariam a ter o caráter provisório mas que agora poderia ser encabeçado por câmaras municipais e outras entidades responsáveis por

construção dando maior independência no desenvolvimento dos projetos, um fator que se distingue da visão centralizadora da primeira fase (Agarez, 2018, p. 107–111).

Já na terceira fase que iniciou com um decreto em 1956 é durou até 1974, o programa adotou uma flexibilização do seu caráter de recusa aos bairros sociais com habitação coletiva. Assim, a partir desse decreto foi incluído uma classe de habitação denominada “a” destinadas para famílias com rendimentos mais baixos além de ser possível a construção mais extensiva em altura. No mesmo período, foi notório que por influencia dos princípios do Movimento Moderno em outros países afetassem o projeto urbano com certa rigidez geométrica e uma mudança de paradigma em relação a ligação entre convívio do núcleo familiar com a comunidade, já que houve um valorização do espaço urbano em detrimento do olhar excludente que priorizava somente o interior da habitação tida anteriormente pelo programa (Agarez, 2018, p. 107–111).

É importante ressaltar que durante as diversas fases do Programa de Casas Econômicas as habitações foram divididas por classes, sendo classe A construídas em predominância na primeira fase com as características supracitadas, classe B a partir da segunda fase e era destinada a famílias com maiores recursos, e classes C e D também foram propostas durante a segunda fase, mas possuíam características programáticas mais complexas e eram destinadas a grupos com rendimentos ainda maiores. Por fim, na terceira fase as classes A e B assumiram um papel de habitação coletiva com ocupação extensiva enquanto as de classes C e D seriam habitações unifamiliares (Agarez, 2018, p. 107–111).

Assim, destaca-se que mesmo com as transformações de perspectiva ao longo do tempo, o programa representou uma importante experiência de habitação mínima destinadas a camadas populacionais com baixos recursos tendo um caráter duradouro, performando uma política de habitação estável. O encerramento do Programa de Casas Econômicas se deu através da migração dos serviços para um novo instrumento legislativo denominado Fundo de Fomento à Habitação (FFH), que será abordado no tópico seguinte do presente trabalho (Agarez, 2018, p. 114–116).

Por outro lado, no mesmo período de atuação do Estado Novo, a situação do problema da habitação rural, zonas mais interioranas de Portugal, foi tratado de maneira distinta das intervenções direcionadas em resolver questões pertinentes aos centros urbanos do país, que visavam mitigar a precariedade habitacional de grupos sociais específicos como os operários ou parte da população capaz de corroer a base social de apoio governamental, ou seja, que poderia aumentar a contestação social e conseqüentemente afetar o regime. Os programas atuantes nas áreas rurais tinham como intencionalidade a resolução da falta de igualdade dos rendimentos entre aqueles que viviam nas zonas rurais e urbanas, sendo destinadas aos grupos em maior vulnerabilidade social como assalariados rurais dos pequenos agricultores. Entretanto, as iniciativas voltadas para a comunidade rural portuguesa acabou por serem caracterizadas como dispersas e irregulares, ressaltando o foco nas problemáticas da vida urbana pelo Estado Novo (Agarez, 2018, p. 119–126).

E por esse motivo, a situação precária das habitações rurais em relação as características arquitetônicas se agudizava já que famílias numerosas se abrigavam em pequenas casas sem divisão, sem janelas o que impossibilitava a circulação de ar e luz, sem chaminé e se ressaltava a degradação dos imóveis, além disso, havia o problema da falta de saneamento básico associado com os baixos rendimentos que impossibilitava a obtenção de mobiliário ou objetos essenciais para a habitação, essa situação perduraria durante todo o regime ditatorial salvo pontuais intervenções (Agarez, 2018, p. 124–126).

No contexto internacional, o encerramento da Segunda Grande Guerra motivou a criação da Organização das Nações Unidas que por sua vez foi campo de debate e criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. A partir desse documento, houve um fomento de discussões sobre o essencial a proteção dos direitos do homem no qual os signatários se comprometiam na defesa e cooperação com a ONU promovendo as liberdades fundamentais, tópicos que serviriam para elaboração de diversas constituições nacionais futuras (Leite, 2023, p. 7–9).

Nesse sentido, impulsionado pela declaração supracitada, o direito à habitação é amplamente difundido, principalmente pela importância imposta e reforçada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, período que antecederia a publicação do livro de Henri Lefebvre (1901-1991) denominado *Direito à Cidade* (1968) que em congruência com os debates da época, ressaltaria as consequências da industrialização nos aspectos de construção da vida urbana, demonstrando que o problema da cidade iria além do problema da habitação. Assim, Henri Lefebvre explicita a necessidade de uma cidade mais igualitária onde os cidadãos participem ativamente na construção e gestão de todo o contexto urbano, premissa que também seria amplamente divulgada e discutida (Leite, 2023, p. 7–10).

Outro fator de encorajamento, ainda sobre os debates internacionais, foram os argumentos fundamentados na instituição *United Nations Economic Commission for Europe* (UNECE), que também após o final da Segunda Grande Guerra exercia uma função educacional promovendo missões, conferências e publicações que demonstravam a necessidade das políticas de habitação. Essas iniciativas contribuíram para a difusão do pensamento mais incisivo das políticas habitacionais, que a partir desse momento seria utilizada como técnica estatal de ordenamento da sociedade de forma direta e indireta para além da promoção das indústrias ligadas à construção (Agarez, 2018, p. 234–237).

No contexto português, durante o governo de Marcelo Caetano (1906-1980), que assumiu o último período da ditadura em Portugal, foi criado o Fundo de Fomento da Habitação em 1969 representando a inclusão de todas as iniciativas governamentais incluindo o Programa de Casas Econômicas citado anteriormente. Esse fato culmina uma progressão relativamente ao crescimento econômico português, visto que a década de 60 foi um período importante de crescimento principalmente devido a adesão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a

participação portuguesa na fundação da *European Free Trade Association* (EFTA), possibilitando o regime investir na produção de habitação a partir do estímulo da indústria da construção (Agarez, 2018, p. 234–236).

Nessa perspectiva, o FFH foi outro mecanismo para centralizar todas as iniciativas do Estado que seriam pulverizadas nos variados setores da Administração Pública, funcionando como uma reforma administrativa que também seria um dos potenciais do programa. Esse instrumento administrativo tinha três objetivos primordiais, a reforma legal, no qual se propunha uma revisão dos regulamentos distribuidores, de renda e das propriedades das casas econômicas, também promovia a aceleração dos mecanismos de gestão habitacional e seus impulsionadores, para além de imbuir uma racionalização projetual, através da sistematização das etapas do projeto, acrescentando uma simplificação aos protocolos jurídicos e facilitadores da possibilidade de financiamentos mais céleres (Agarez, 2018, p. 244–245).

Em paralelo ao desenvolvimento do Fundo de Fomento da Habitação, foi criado um instrumento que seria a essência política desse programa, denominado Plano Integrado (PI) que por sua vez permitia a criação de dinâmicas econômicas de grande escala, ademais promovia diretamente a habitação. Os Planos Integrados eram desenvolvidos de formas distintas, podendo integrar equipes do FFH, das autarquias locais ou de empresas privadas, todos resultando em soluções variadas, além disso é importante ressaltar que os destinatários mais comuns dos PI foram o setor industrial, ou seja, não foi um instrumento capaz de mitigar os subúrbios informais, as questões de construções irregulares como barracas e ilhas e nem mesmo deu solução para a problemática dos centros históricos (Agarez, 2018, p. 253–255).

Esse momento de mudança no paradigma habitacional foi construído baseado no desejo de centralizar e intensificar o estímulo da construção da casa própria urbana pelo Estado, servir como controle para a extensão urbana a partir dos PI além de solucionar a questão já bastante debatida sobre os loteamentos clandestinos, integrando-os através de intervenções municipais e intermunicipais com o auxílio do FFH (Agarez, 2018, p. 236–237).

Em suma, o Programa de Casas Econômicas, ao longo de suas três fases distintas, revelou-se uma política habitacional que refletia não apenas os desafios da urbanização, mas também as intenções ideológicas e sociais do Estado Novo, como enunciado no primeiro tópico desse capítulo. Desde a sua implementação inicial, o programa buscou atender a população de baixa renda, embora com uma visão centralizadora e excludente em termos de convívio comunitário, ou seja, ainda enraizado no tradicional além de ser idealizado para controlar a população. A evolução do programa, marcada pela flexibilização e ampliação das habitações coletivas, evidenciou uma tentativa gradual de adequação às demandas sociais bem como à influência do Movimento Moderno, refletindo uma mudança de olhar sobre o espaço urbano e o papel da comunidade, já que se permitiu a elaboração de casas com caráter de habitação plurifamiliar possibilitando a maior interação comunitária.

Apesar de ter havido avanços na oferta de habitações e uma maior diversidade tipológica ao longo das décadas em que o programa ficou ativo, a precariedade da habitação rural, aliada à desigualdade na distribuição de recursos entre o meio rural e urbano, continuou a evidenciar a limitação do Estado em promover uma política habitacional inclusiva em todo território. Sendo assim, demonstrou que o foco do regime esteve concentrado principalmente nas áreas urbanas, uma vez que as regiões rurais tiveram soluções dispersas e insuficientes.

Em paralelo com esse período, também é possível perceber que no contexto internacional, houve difusão do direito à habitação como um direito fundamental e as discussões em torno da igualdade social contribuíram para o desenvolvimento de políticas habitacionais mais inclusivas em diversos países, influenciando o cenário português até mesmo nas mudanças de perspectivas da terceira fase do Programa Casas Econômicas. A criação do Fundo de Fomento à Habitação (FFH) foi uma tentativa de centralizar e modernizar a gestão habitacional em Portugal, refletindo um desejo de profissionalização e eficiência perante as iniciativas governamentais. Entretanto, os problemas estruturais como a informalidade dos subúrbios e a precariedade dos centros históricos persistiam, evidenciando que, apesar dos avanços ou a tentativa de avançar de forma administrativa, as soluções implementadas ainda assim não foram suficientes para resolver as questões mais profundas de habitação no país.

Por fim, é possível perceber que o Programa de Casas Econômicas foi um marco importante na política habitacional portuguesa, fornecendo habitação a milhares de famílias, mas também ressaltando as limitações de um modelo que, por vezes, priorizou a organização urbana e os interesses industriais sobre as necessidades da população em vulnerabilidade social além de ter sido utilizado como instrumento de controle e divulgação positiva do regime, se afirmando por um tempo bastante amplo e sendo transformado no FFH para tentar corrigir alguns percalços.

4.1.2 O período revolucionário

A revolução de 1974 representou um momento de inflexão no pensamento governamental sobre habitação que seriam desenvolvidos na segunda metade da década de 70. É nessa perspectiva que novos instrumentos foram propostos e outros antigos integrados, ambos promovendo a construção em altura que resultavam na densificação populacional, diferente das abordagens adotadas pelo Estado Novo e que já se modificava mesmo no fim do governo ditatorial, momento em que se percebe a escassez de terrenos e os custos para a construção de casas individuais com logradouro. Assim, a nova política habitacional é caracterizada pelo estímulo direto da habitação, ramificando em dois perfis, os Planos Integrados e as Realizações Dispersas que correspondiam a programas financiados pelo Estado por meio de concursos públicos. Uma exceção a promoção habitacional direta do governo central, foram os apoios financeiros e técnicos as iniciativas do FFH, resultando em uma promoção estatal indireta (Agarez, 2018, p. 318–321).

Em simultâneo com os processos revolucionários, no contexto internacional fervilhavam as ideias sobre o aumento da importância das políticas habitacionais. Nesse sentido, em 1976, foi

estruturada a Declaração de Vancouver também denominada como Habitat I, que reconhecia as dificuldades intrínsecas a construção, mas também as oportunidades de melhoria das condições habitacionais. Essa declaração coincide com a formalização da Constituição portuguesa de 1976, que exatamente afirmava os pontos defendidos na Declaração de Vancouver e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a finalidade de preparar o país para vivenciar o período democrático recente iniciado. Esses acontecimentos serviram de impulsionadores para o início de levantamentos das necessidades da população que resultaria na percepção da problemática da habitação, que por sua vez se serviria das ações diretas e indiretas do Estado para mitigar o problema (Leite, 2023, p. 10–11).

É também durante esse período que se lançam dois programas habitacionais experimentais, o SAAL assente na perspectiva de participação da comunidade como metodologia de projeto, o qual já foi debatido nessa dissertação, e outro programa denominado Comissão para o Alojamento de Refugiados (CAR) (Figura 16) definido pelo uso de novas técnicas construtivas e experimentais partindo da ideia de pré-fabricação, uma das novas soluções construtivas que surgiu da década de 70 e visava uma nova aplicação de materiais permitindo a redução de custos, além disso, o programa relacionava três frentes institucionais, o Estado, a indústria de construção e as autarquias (Agarez, 2018, p. 261–262).



Figura 16 - Conjunto Habitacional construído pela Comissão para o Alojamento de Refugiados (CAR) em Arronches (Candeias, 2024).

Em 1975, o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), criado para dar resposta emergencial ao contingente de colonos portugueses que estavam retornando consequentemente

gerando um problema de alojamento. Nesse sentido, o IARN ficou responsável por integrar os retornados, alojando em hotéis sob a tutela financeira do Estado, mosteiros, conventos e até em edifícios públicos com pouca utilização, denotando assim a necessidade da elaboração de um programa de construção acelerada e com pouca burocracia (Agarez, 2018, p. 267).

Assim, no ano seguinte do início da problemática, foi criada a Comissão para o Alojamento de Refugiados como solução atenuadora dos desalojados das ex-colônias que deveria ser realidade com rapidez, por esse motivo foram encomendadas habitações individuais e coletivas pré-fabricadas. Aos poucos o grupo de destinatários do CAR foi sendo alargado para abranger nacionais já residentes e anos mais tarde, em 1978, foi integrado ao FFH devido a problemas relacionados com processos judiciais entre o programa e as empresas além da existência de problemas com a legalidade dos processos desenvolvidos no CAR. Foi com essa finalidade que o programa foi integrado e renomeado para Ex-CAR. Na sequência, após estar sob a tutela dos mecanismos do FFH, com a justificação de colapso financeiro juntamente com a apuração de altos gastos e descuido da execução das habitações, o processo de encerramento do CAR se deu em 1980 (Agarez, 2018, p. 267–271).

Em paralelo com todas as iniciativas habitacionais no pós-revolução de 1974, o FFH que abrigava e dava auxílio a várias iniciativas governamentais, passou por mudanças relativamente às suas características basilares para que se alinhasse ao período democrático português. Nesse sentido, apesar de continuar com o cumprimento dos Planos Integrados, dos bairros SAAL e dos bairros CAR, o foco seria movido para o fomento da indústria privada da construção exportadora, também na direção de políticas públicas voltadas para massificação da propriedade a partir do crédito. Assim, a mudança estava assente em reinventar o mercado de habitação sobretudo no fomento do mercado privado (Agarez, 2018, p. 272–274).

Nessa perspectiva, os recursos estatais sobre política pública habitacional começam a ser direcionados ao financiamento de juros bonificados ligados ao Estado como forma de aquisição da casa própria, que posteriormente se comprovou não satisfazer as problemáticas de famílias com rendimentos menores. Assim, é notório que a evolução do FFH que inicialmente foi criado para centralizar as ações do Estado, acaba por ser finalizado na perspectiva de privatização das políticas habitacionais ou pelo menos sendo um suporte de preparação territorial para essa nova perspectiva privada (Agarez, 2018, p. 272–274).

Por fim, em 1982, o programa de Fundo de Fomento da Habitação é extinto por meio de uma comissão liquidatária que agiria por cinco anos até a criação do Instituto de Gestão e Alienação do Patrimônio Habitacional do Estado (IGAPHE). Esse novo instituto foi um organismo da administração central do Estado com responsabilidade na gestão e conservação daquilo que envolvia o cumprimento da política voltada à habitação social, além de conceder apoio técnico a entidades promotoras de habitação social e dar apoio ao próprio governo no desenvolvimento de políticas de arrendamento social (Agarez, 2018, p. 352–356).

Para além da criação desse instituto, outro mecanismo governamental que juntamente com o IGAPHE ficou ativo por muito tempo, foi o Instituto Nacional de Habitação (INH) criado em 1984 para ser instrumento de política de habitação responsável pela abordagem do financiamento. Assim, o INH ficou comprometido pelo estudo da situação habitacional para elaborar propostas de mitigação bem como o preparo do Plano Nacional de Habitação, além de ser responsável pela coordenação de medidas financeiras aos setores governamentais responsáveis por programas habitacionais de interesse social e acompanhar a execução dessas medidas elaboradas, seja apoiando tecnicamente ou por supervisão dos cumprimentos dos planos e normas aprovadas. Por fim, esses institutos que substituíram o papel do FFH ficaram responsável por alçar a maior parte das iniciativas estatal relativamente a habitação nos anos que seguiram o período revolucionário, os financiamentos estrangeiros e as mudanças de paradigma que priorizava principalmente a privatização das políticas públicas de habitação (Agarez, 2018, p. 343–344).

Em suma, a Revolução de 1974 marcou profunda inflexão nas políticas habitacionais em Portugal, e através das reivindicações populares, impulsionou um conjunto de novas abordagens para enfrentar a crise da habitação. É notório que diferente do modelo do Estado Novo que privilegiava a construção de habitações unifamiliares e seletivas, principalmente no início das abordagens desse regime, a nova política voltada para a democratização adotou a construção em altura e a densificação populacional como estratégias para lidar com a escassez de terrenos e os altos custos de construção. A criação dos Planos Integrados e de algumas realizações dispersas reflete a tentativa governamental de democratizar o acesso à habitação, apesar de que em muitos casos houvesse uma promoção estatal indireta, como discorrido e evidenciado nos apoios do Fundo de Fomento da Habitação.

Foi possível perceber que o período da década de 1970 teve bastante influência de eventos internacionais, como a Declaração de Vancouver, que estabelecia congruência com a formalização da Constituição portuguesa de 1976, afirmando o direito à habitação como um princípio fundamental. Esse momento, o Estado português buscou equilibrar a intervenção direta e o apoio a iniciativas comunitárias, como o SAAL, e programas emergenciais que enfrentavam o desafio de realocar milhares de retornados das ex-colônias, como o CAR. Tudo isso, baseando em um período de embrionária democracia e forte crise habitacional.

Entretanto, apesar dessas iniciativas, o caminho para resolução do problema habitacional em Portugal não foi linear. A integração do CAR ao FFH e a subsequente extinção deste último, culminando na criação do IGAPHE e do INH, refletiram uma mudança de paradigma nas políticas habitacionais que mais uma vez buscava adequação e melhor gestão das políticas públicas. Essas instituições cuja finalidade eram administrar o patrimônio habitacional e gerir o financiamento habitacional, evidenciaram a transição do papel do Estado de um provedor direto de habitação para um facilitador do mercado privado. Assim, é nítido o início de uma retirada do Estado na promoção crítica e construtiva para a questão habitacional, se colocando em segundo plano.

Por fim, ao longo dos anos que seguiram à Revolução, a política habitacional em Portugal foi progressivamente marcada pela privatização, ou seja, voltada para soluções de fomento da propriedade privada, em detrimento de um investimento mais robusto em habitação social. Essa transição deixou lacunas significativas no atendimento às famílias de baixa renda pois revelou limitações de uma abordagem habitacional centrada no mercado e não na população em vulnerabilidade. A extinção do FFH e a criação de novos organismos não resolveram por completo o déficit habitacional, mas representaram tentativas de adaptação às novas realidades econômicas, mais integrada com a globalização, e sociais do país em transição para a democracia, evidenciando um perda de força das reivindicações sociais urgentes do período inicial da revolução.

4.1.3 O princípio da atualidade

Os anos seguintes ao 25 de abril, em específicos as décadas que se aproximavam da viragem do século, também ficaram marcados pelo alinhamento do Estado com o setor bancário com a finalidade de prover empréstimos para a casa própria e conseqüentemente famílias de médio ou médio baixo rendimentos conseguirem ter acesso ao mercado de habitação, sendo um dos mecanismos estatais para mitigar o problema da habitação em Portugal. No entanto, em 2002, os regimes de crédito à habitação bonificado e jovem bonificado foi encerrado por incapacidade orçamental do Estado, que pelo mesmo motivo financeiro propiciou a diminuição da atividade no setor imobiliário além de afetar os programas de realojamento ou reabilitação (Agarez, 2018, p. 354–355).

Desse momento em diante, houve uma nova mudança no pensamento de políticas públicas para o problema da habitação, representando um ano de viragem sobre a temática habitacional, consequência também do desenrolar de anos anteriores, no qual se deu a entrada de Portugal na União Económica e Monetária (UEM), fato esse que possibilitou a estabilização da inflação, tornou o crédito à habitação mais acessível e culminou no aumento do endividamento das famílias criando assim um cenário de desequilíbrio entre endividamento e desacelerar da economia. Assim, em 2002, com a preocupação maior sobre o orçamento estatal, se inicia um período de menor intervenção do Estado e maior dependência do mercado (Agarez, 2018, p. 468–471).

Outro indicativo de mudança foi o aumento da preocupação com reabilitação urbana e com a promoção do arrendamento. Durante os primeiros anos do século XXI se deu um aumento dos programas no âmbito da reabilitação urbana fruto de demandas anteriores como o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA) em 1996 e o Programa Polis em 2000, ambos focados na requalificação urbana e na conseqüente valorização ambiental (Agarez, 2018, p. 485–488).

Nessa perspectiva, um dos propósitos era mitigar o problema de despovoamento do centro histórico das cidades utilizando do fomento a participação dos municípios no processo de desenvolvimento da problemática. Assim, a partir de 2002, o conceito de reabilitação urbana foi

amplificado, repercutindo em fatores econômicos, social e ambiental que foram abordados na intenção de experimentar novas soluções institucionais, dos processos e tecnologias focalizadas nas áreas urbanas críticas, se adiciona as intervenções nos variados mecanismos possíveis no processo de reabilitação urbana a perspectiva de reabilitação construtiva (Agarez, 2018, p. 485–488).

Por outro lado, devido aos esforços orçamentais do Estado estarem voltados às políticas de habitação de incentivo à aquisição da casa própria nos anos anteriores, o fomento público ao arrendamento ficou aquém do desejável. Consequentemente, com o fim do crédito bonificado à habitação e a diminuição da viabilidade dessa opção, se explicitou a falta de alternativa para aquisição da casa própria bem como a ausência de um mercado de arrendamento (Agarez, 2018, p. 490–494).

Ademais, esse fator foi um dos estopins para a promoção do arrendamento, principalmente a partir da criação do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) em 2006, mecanismo que buscou impulsionar o mercado de arrendamento por meio da atualização das rendas que estavam congeladas durante as décadas passadas, a criação de subsídio de renda para agregados familiares com baixos rendimentos abrangendo também aos arrendatários com mais de 65 anos. Outro contributo, foi a intervenção por meio de incentivos às denúncias sobre contrato pelo senhorio e também elaborou comissões arbitrais municipais incluindo a regulamentação de regras para contrato de arrendamento (Agarez, 2018, p. 490–494).

Esses desenvolvimentos na política de habitação foram alavancados em função das Grandes Opções do Plano (GOP), que beneficiavam através das estratégias políticas de desenvolvimento económico e social elaboradas periodicamente pela Assembleia da República, levando sempre em consideração a proposta de lei de Orçamento do Estado. Assim, a partir dos documentos advindos das atualizações das GOP, o governo elaborou várias medidas e programas direcionados para as problemáticas suscitadas, já que também serviram como fonte de alerta para o Estado (Agarez, 2018, p. 473–476).

Além disso, as GOP se tornaram uma fonte de inventariado, fato que propiciava o acesso ao histórico de como as medidas governamentais foram se moldando ao longo do tempo. Com isso, analisando justamente esse aspecto historiográfico, é notório que desde 2002 houve uma recomendação da participação municipal na política de habitação, uma modernização da legislação do arrendamento, a criação de renda comparticipada além da preocupação com a existência de fogos devolutos (Agarez, 2018, p. 473–476).

Nessa direção, esse mecanismo supracitado serve como indicativo para implementação de medidas mitigadoras que iam de encontro não só com a questão orçamentária do Estado, como dito anteriormente, mas com as novas perspectivas lançadas no início do século sobre arrendamento e reabilitação urbana. Um exemplo, foi nos anos seguintes a 2010, bem próximo a

crise financeira de 2008, quando as GOP indicavam a precisão de estímulo a partir dos mecanismos de política destinada a reabilitação urbana visando não só as faltas do mercado de arrendamento mas como forma de alavancar a segurança dos proprietários em disporem seus imóveis para renda, ou seja, um fomento na economia e questão habitacional (Agarez, 2018, p. 473–476).

Alguns anos antes foi criado o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) outro instrumento estatal que corroborava com as estratégias de mitigação da problemática da habitação desenvolvidas naquela época. No entanto, se adicionava uma preocupação com a habitação social, fato que transformou esse instrumento em um importante promotor desse tipo de habitação até a atualidade. O IHRU foi constituído em 2007 sendo resultado de sucessivas ações ao longo da história de ações públicas habitacionais, tendo o FFH e a fusão do IGAPHE com o INH como legado, resultando não só na posse do patrimônio residencial das ações desses institutos e programas mas também na herança sobre a responsabilidade social, principalmente nas questões de habitação em função do auxílio à famílias em vulnerabilidade social (Agarez, 2018, p. 478–479; Gonçalves et al., 2024, p. 53).

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana tem como função garantir o cumprimento das políticas públicas desenvolvidas pelo governo no âmbito da habitação e da reabilitação urbana, de maneira a integrar as medidas elaboradas às políticas de cidade e sociais além de atuar na valorização do patrimônio bem como a sua memória e evolução. Assim, o instituto fica responsável pelo planejamento de fatores financeiros de interesse do setor e o acompanhamento durante a execução projetual das ações financiadas ou subsidiadas pelo IHRU assim como a promoção pública da habitação (Agarez, 2018, p. 476–478).

Essas responsabilidades podem ser direcionadas para as áreas de reabilitação urbana, da habitação ou do arrendamento habitacional, denotando assim a importância do instituto como mecanismo de intervenção espacial. Na sequência, em 2017, o IHRU ficou compreendido na Secretária de Estado da Habitação, criada no domínio do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e atualmente é um órgão governamental bastante importante para a perspectiva habitacional direcionadas para comunidades diversas e que estejam em fragilidade social (Agarez, 2018, p. 476–478).

Em síntese, como abordado no tópico anterior, as décadas seguintes à Revolução de 1974 foram marcadas pela maior dependência do setor privado e do mercado de crédito para facilitar à casa própria. Apesar do Estado, em parceria com o setor bancário, tenha conseguido promover o financiamento para famílias de rendas médias, a extinção dos regimes de crédito bonificado em 2002 por causa de incapacidade orçamental, deu enfoque as fragilidades de um modelo excessivamente dependente do endividamento das famílias e do mercado financeiro.

Nessa perspectiva, a intervenção Estatal no setor habitacional se orientou de forma diferente, adotando assim uma diminuição da presença direta do Estado e o maior foco na reabilitação urbana e no arrendamento. Para o efeito, programas como o REHABITA e o Programa Polis, voltados para a requalificação de áreas urbanas antigas, representaram um esforço para enfrentar o problema do despovoamento dos centros históricos e revitalizar o ambiente urbano. No entanto, mesmo com esses avanços, a promoção do arrendamento ficou aquém do necessário, e o déficit habitacional permaneceu como um problema estrutural, tendo as famílias de baixa renda como maiores afetadas.

Em sequência, com o a criação do Novo Regime de Arrendamento Urbano em 2006, o governo procurou dinamizar o mercado de arrendamento, atualizando rendas congeladas e oferecendo subsídios para famílias de baixos rendimentos como forma de corrigir a falta de alternativas viáveis à aquisição de casa própria, mas novamente, revelou-se insuficiente diante a complexidade do problema habitacional português. No ano seguinte, em 2007, se deu a criação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana marcando um importante esforço das políticas de habitação social e reabilitação urbana que por sua vez desempenhou um papel central na mitigação das dificuldades habitacionais de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Com a integração do IHRU na Secretaria de Estado da Habitação em 2017, se reforçou a importância do instituto no desenvolvimento de políticas publicas mais inclusivas e voltadas para as necessidades sociais emergentes. Entretanto, o equilíbrio entre o papel do Estado e o mercado privado na provisão de habitação continua a ser uma questão central, exigindo esforços contínuos para garantir que as políticas habitacionais respondam às necessidades de todos os cidadãos mesmo na atualidade.

5. Territorialidade comum: 3 casos de estudo

No presente capítulo, após discutir o desenvolvimento do ensino nos principais polos de arquitetura do país e a contínua crise habitacional sob a perspectiva das políticas públicas, pretende-se explorar as iniciativas contemporâneas que ressaltam o papel social e político do arquiteto, em colaboração com o campo acadêmico e o Estado. Essas iniciativas representam o esforço coletivo de buscar soluções arquitetônicas que respondam às necessidades sociais urgentes.

Percebemos nestas iniciativas, como o SAAL, a importância do envolvimento das escolas de arquitetura para a condução de operações em áreas periféricas, longe dos centros urbanos consolidados, como lugares de reflexão, investigação e intervenção prática. O envolvimento entusiástico e criativo dos estudantes e professores é fundamental para a construção de propostas que respondam às necessidades sociais mais prementes, sempre com um olhar intercultural e inclusivo. O manifesto "Mais do que Casas" coloca esse desafio em evidência, aproveitando o marco dos 50 anos do 25 de Abril para refletir sobre questões que, embora presentes no passado, continuam a ser desafios cruciais na sociedade contemporânea – a contínua crise da habitação. O acesso à habitação, que era uma das questões urgentes à época da Revolução, infelizmente permanece como uma das prioridades sociais e políticas nos dias de hoje.

Essas premissas ecoam diretamente no presente capítulo, que explora iniciativas contemporâneas de arquitetura, como estudos de caso, com o objetivo de ressaltar o papel social e político do arquiteto e a importância das escolas de arquitetura como lugares de ensino-investigação-ação, tendo como fio condutor a participação do autor desta dissertação nessas iniciativas.

Iniciativas, como o SAAL que ainda hoje serve de referência, demonstram o impacto que as escolas de arquitetura e o envolvimento acadêmico podem ter na transformação social, especialmente quando operam em áreas periféricas e em colaboração com o Estado e a comunidade local. A iniciativa "Mais do que Casas" amplia esse esforço, buscando enfrentar os desafios habitacionais contemporâneos com uma abordagem interinstitucional que une academia, governo e sociedade civil.

A Universidade da Beira Interior (UBI), também participa deste esforço coletivo, promovendo a criação de espaços habitacionais sustentáveis que não só visam solucionar o déficit habitacional, mas também promovem inclusão social e sustentabilidade urbana. Dessa forma, tanto o SAAL, como o programa "Mais do que Casas" convergem em um ponto central: a arquitetura como ferramenta de transformação social, onde a participação das comunidades locais e a integração de políticas públicas são cruciais para garantir o direito à habitação e o direito à cidade.

Ao longo dos 20 anos do curso de Arquitetura na Universidade da Beira Interior, foram implementadas diversas iniciativas em parceria com organizações locais e municípios. Muitas

dessas iniciativas proporcionaram aos alunos a oportunidade de desenvolver exercícios acadêmicos baseados em desafios reais e concretização de projetos pontuais. Embora o mapeamento e a recolha de dados sobre essas iniciativas constituam um trabalho de investigação complementar ainda por realizar — e de extrema importância —, este capítulo irá focar-se na análise de três iniciativas específicas. Essas iniciativas foram selecionadas com base no critério de participação do autor desta dissertação, estando enquadradas no contexto de pesquisa curricular, conforme elencado a seguir:

1. Resposta ao programa “Mais do que Casas”, enquanto UC de Projeto V/1, designada a “Metrópole rural”;
2. Investigação de ações concretas no território, associadas a políticas públicas, e o impacto do seu acordo interinstitucional em um município do interior de Portugal;
3. Projeto financiado por fundos competitivos de investigação-ação, pela Fundação La Caixa, denominado “Paisagens de cuidado e domesticidade” como uma nova perspectiva de materialização do campo arquitetônico relacionado com a comunidade a partir da reflexão e estímulo originários no ensino (UBI), reforçando ainda mais o papel das escolas de arquitetura no desenvolvimento territorial e social.

Os casos de estudo foram selecionados com o objetivo de demonstrar o impacto direto na minha formação enquanto estudante. Por essa razão, concentram-se na região do interior de Portugal, já que todos eles estão diretamente relacionados com o meu percurso académico. Dessa forma, além de evidenciar a existência desses exercícios no âmbito académico, apresenta-se a mais-valia de incluir a perspectiva de um estudante.

5.1 50 anos depois. O envolvimento das escolas no debate atual - “Mais do que Casas”

O programa “Mais do que Casas” é uma iniciativa da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) na intencionalidade de refletir sobre a persistente crise habitacional bem como nos desafios ligados a coesão territorial, a emergência climática, a adaptação aos novos modos de vida e sobre o aumento migratório no país. A contextualização histórica do programa é baseada na celebração aos 50 anos do 25 de abril de 1974, sobretudo no engajamento social gerado pela revolução e é nesse panorama que se pretende pensar ações na atualidade como contributo de um melhor contexto para 2074, já que mesmo 50 anos pós-revolução as iniciativas governamentais e da própria Escola se mostram pouco eficazes (FAUP, 2023; Novais & Pereira, 2023).

Nesse sentido, em um primeiro momento, a organização do evento convidou Escolas de Arquitetura, de Arquitetura Paisagística e de Belas Artes do país para a reflexão a partir de seminários, exposições, publicações e oficinas que demonstraram o resultado das investigações realizadas pelos estudantes das instituições universitárias que aceitaram o convite durante o ano letivo 2023/2024. Para o efeito, 25 instituições portuguesas (Figura 17) aceitaram o desafio e participaram dos eventos propostos pela comissão organizadora, propondo soluções holísticas coerentes com as premissas do programa e das problemáticas impostas na atualidade, como forma de reaproximar o papel ativista do arquiteto a partir do ensino com a realidade portuguesa (FAUP, 2023; Novais & Pereira, 2023).

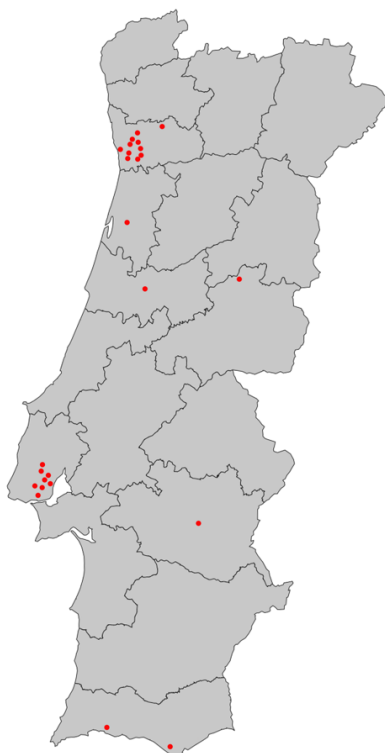


Figura 17 - Localização territorial, em vermelho, das 25 instituições portuguesas participantes do programa "Mais do que Casas" (De autoria própria, 2024).

Em fevereiro de 2023 os arquitetos Teresa Novais (1962-) e Luís Tavares Pereira (1966-), curadores do programa, lançaram o manifesto inicial composto por três tópicos. Em vista disso, o primeiro tópico foi denominado “A PAZ”, no qual se ressaltou a necessidade da transformação espacial da cidade em um espaço intercultural como resposta para a diversidade de formas de habitar assim como aos novos elementos do cotidiano entrelaçados com o trabalho, a educação e o lazer. A perspectiva fomentada nesse item foi a recusa da segregação espacial e social em apoio a construção de arquitetura direcionada para a resolução da interação da sociedade cada vez mais distinta (Novais & Pereira, 2023).

O segundo tópico foi nomeado “AS CASAS” e teve como cerne a crise da habitação em Portugal, relembrando do direito à habitação assegurado na constituição portuguesa de 1976 e na DUDH da ONU de 1948, para além de ressaltar que mesmo com o contínuo desenvolvimento de instrumentos governamentais visando a melhoria na habitação desde 1918, o esforço não foi suficiente já que somente 2% do parque habitacional na atualidade pertencer a iniciativa pública, o que estabelece Portugal como um dos países europeus onde esse índice é menor (Novais & Pereira, 2023).

Por esse ângulo, foi também salientado nesse tópico algumas das problemáticas atuais, como a dificuldade da sociedade em aguentar os preços inflacionados nos centros das cidades que são reflexos do turismo, dos fundos de investimento e pelo aumento dos trabalhos nômadas. Toda essa situação se contrasta com a incapacidade de fixação populacional dos territórios com baixa densidade, revelando desequilíbrio da distribuição de soluções pelo território. Outro fator abordado foi a consequência da falta de políticas públicas de habitação que somem boa qualidade de arquitetura e de construção com acessibilidade financeira, como forma de evidenciar a dificuldade de proporcionar as melhores soluções arquitetônicas para todos os tipos de público (FAUP, 2023; Novais & Pereira, 2023).

Por último, os questionamentos que encerram a segunda parte do manifesto vão de encontro com as temáticas mais práticas do exercício de reflexão proposto pelos curadores. Para isso, eles destacaram as diversas formas de habitar, configurações familiares e o envelhecimento em casa além de especificidades relativas ao convívio de diferentes grupos com culturas distintas. Essas questões foram seguidas por indagações sobre o tecido urbano em relação as transformações propostas em pequena escala, mas também no espaço público vazio e construído. Nessa última abordagem se inclui a preocupação de que a sustentabilidade deverá estar incluída nos processos de qualquer situação proposta para mitigar a crise habitacional (Novais & Pereira, 2023).

Ainda se destacou, em vista da memória do SAAL, a importância da multidisciplinaridade de técnicos e da participação da sociedade na reflexão sobre o direito à cidade e à habitação, já que fica evidente que as instituições públicas não possuem mecanismo de discussão contínua sobre habitação, advindo da omissão da figura do Estado como gerador de debates, resultando somente

propostas e movimentações que vão de encontro com a urgência, ou seja, medidas de curto prazo (Novais & Pereira, 2023).

O terceiro tópico que marca o fim do manifesto, foi denominado de “MAIS DO QUE CASAS | ABRIL 2074”, e apelou para que em celebração ao 25 de abril, as Escolas convocadas estabeleçam um fluxo de reflexão sobre os temas desafiadores da atualidade que foram explicitados nas partes iniciais do manifesto, tendo uma coincidência nada feliz de após 50 anos se ter a continua problemática da habitação ainda tão urgente. Nesse sentido, em conjunto com o manifesto, foi divulgado sete textos escritos por arquitetos convidados com o objetivo motivacional para guiar as propostas desenvolvidas durante o programa e que se alinham com o estímulo ao contributo a ser elaborado vislumbrando o ano de 2074 (FAUP, 2023; Novais & Pereira, 2023).

O arquiteto Aitor Varea Oro (1981-) em seu texto que compõe as “7 visões”, elencou cinco possíveis ações para que se possa recuperar terreno, no sentido de aproximar dos territórios que foram esquecidos durante o processo de tentativa de resolução da crise da habitação. Assim, citou mecanismos como o conhecimento do público para quem se trabalha, a aproximação com os agentes responsáveis por pequena escala territorial, como assistentes sociais e profissionais de saúde dos territórios vulneráveis, o domínio de ferramentas legislativas promotoras de mudanças territoriais, gerir os anseios de uma comunidade para materializar a mudança e por fim propõe que o contributo elaborado dentro das universidades possam evadir o campo universitário e se tornar exequível (Novais & Pereira, 2023).

Por outro lado, a arquiteta Inês Lobo (1966-) evocou o anseio de mudança através da proposição de estratégias com diferentes escalas territoriais e tempo de execução para que se possa contruir cidades capazes de proporcionar condições dignas para todos os habitantes. Além disso, ressalta o resgate da capacidade de sintetizar os elementos que compõem o território para melhor compreensão e consequentemente uma melhor elaboração de soluções aos desafios impostos pela própria cidade, ou seja, um olhar mais criterioso e sensível do arquiteto partindo de noções holísticas sobre a demolição e a reutilização no exercício de projeto (Novais & Pereira, 2023).

Sob outro enfoque, o terceiro texto evidenciou a precisão do conhecimento sobre o território ocupado. A arquiteta Maria Manuel Oliveira (1976-) fez uma reflexão sobre seguir desenhando espaços mesmo com a instabilidade e inquietações que permeiam o campo ideológico e concreto. Outros pontos abordados foram avaliações às decisões incidentes no território, como a contínua expansão do espaço urbano que não consegue resolver as necessidades de habitação, não torna a cidade mais acessível e não é construída para melhorar condições de vida de um grupo alargado da sociedade além de dar enfoque para a importância das tomadas de decisões sobre o uso do solo, principalmente a partir do viés da crise climática. No fim, lembra que a arquitetura deve funcionar como laboratório do futuro e estimula o trabalho do arquiteto com outras áreas de conhecimento para ser possível propor ações criativas e responsáveis de acordo com os desafios presentes (Novais & Pereira, 2023).

O quarto texto, por sua vez, resgata o valor do profissional em arquitetura como agente interveniente em um contexto de crise habitacional visto a escassez de oferta de habitação acessível. Em um primeiro momento, o arquiteto Nuno Brandão Costa (1970-) demonstra as problemáticas do campo profissional, como exemplo cita o perfil conservador e convencional de quem faz a encomenda, revelando a impossibilidade de se testar soluções mais sustentáveis e eficazes para além do trabalho focado na aprovação do caderno de encargos. Nesse sentido, se desenvolve a ideia enrijecida da própria população em se atentar aos modos de habitar (Novais & Pereira, 2023).

No segundo momento, é discutido as problemáticas relacionadas ao contexto académico e de como os exercícios universitários vem perdendo seu caráter crítico ao território e as possibilidades que a arquitetura pode proporcionar a comunidade. Deste modo, o autor faz crítica ao exercício de projeto moldado por uma superficialidade ao abordar questões contemporâneas que emergem com urgência, resultando em reflexões pouco holísticas e que por sua vez, por serem rasas, se tornam obsoletas (Novais & Pereira, 2023).

Em sequência, Nuno Brandão encerra seu texto refutando a ideia de clandestinidade que a arquitetura experimental assumiu na atualidade. Para isso, além de retomar as projeções dos arquitetos do SAAL, também cita exemplos de outros arquitetos renomados que deram soluções experimentais e não rebuscadas para questões territoriais de sustentabilidade climática e financeira, como forma de propor o revisitar das ideias já propostas e também o fomento a experimentação arquitetônica (Novais & Pereira, 2023).

A quinta visão é constituída por um texto escrito por três arquitetos, Rui Jorge Garcia Ramos (1961-), Gisela Lameira (1978-) e Tiago Lopes Dias (1978-) que à semelhança ao texto anterior, salienta recolha de conhecimento da habitação do passado como forma de resistir no presente. Nessa perspectiva, segundo a ótica de urgência da escassez habitacional, foi realizado um breve panorama de possibilidades adotadas ao longo da história com o objetivo de se retirar acertos e erros, ou seja, usar a historiografia como guia delimitador de projeções do futuro (Novais & Pereira, 2023).

No fim, os autores tecem críticas a forma que atualmente se desenham as soluções, sobretudo políticas, para dar resposta à crise habitacional, ressaltando assim as propostas cristalizadas que mais uma vez apontam para o convencional e soluções do passado que não foram satisfatórias. Também foi evidenciado a importância da participação das proposições e experimentações para o futuro pelas Escolas de arquitetura, que por sua vez devem incluir nos planos curriculares questões como a multiplicidade das formas de habitar, os aspectos demográficos, envelhecimento populacional e alterações climáticas que devem ser unidos as percepções de que há um passado sujeito a oferecer contributos positivos (Novais & Pereira, 2023).

Seguindo no aspecto Escolar, o penúltimo texto, escrito por Sílvia Benedito (1972-), destaca o ensino como potencial ativismo em busca de uma integração territorial. Nesse sentido, foi colocado em pauta a dúvida sobre como adaptar a pedagogia em arquitetura para dar respostas também a territórios e comunidades vulneráveis diante ao crescimento econômico que reconcilie o planeta e as pessoas, ponto evidenciado durante o *European Green Deal*¹⁶ (EGD). A arquiteta Sílvia Benedito alerta para as necessidades do território rural do país que ao longo do tempo é esquecido em detrimento do pensamento das problemáticas de grandes centros urbanos (Novais & Pereira, 2023).

Com a finalidade de dar pistas, a autora encerra a redação demonstrando cinco pontos positivos que a aproximação do ensino de arquitetura e arquitetura paisagística com os territórios rurais estimularia. Entre essas ideias, há a promoção da produção local juntamente com o mosaico paisagístico, ao se explorar os produtos gastronômicos dentro dos exercícios acadêmicos, o pensamento descentralizador das ofertas de serviços variados relacionado a infraestruturas para saúde como incentivo ao retorno de reformados e o bem-estar dos locais, além disso, foi abordado a pesquisa de práticas regenerativas capazes de proteger os recursos naturais. Os outros dois pontos restantes aportam o apoio a profissões que atuem na manutenção do território como a pastorícia e também apostar na valorização dos potenciais estéticos como potencializador de divulgação e importância dos territórios rurais principalmente frente a crise climática (Novais & Pereira, 2023).

O sétimo e último texto, escrito pela arquiteta Sílvia Leiria Viegas (1976-), apresenta as problemáticas atuais sobre acesso a habitação principalmente na perspectiva do migrante e as novas configurações espaciais advindas da presença de diversas culturas em um contexto em que a crise habitacional já existia. Ao ressaltar essa ótica, Sílvia Viegas aponta a existência de políticas públicas, de interesse da comunidade em participar da resolução e de apoio financeiro nacional e internacional mas alerta e propõe o envolvimento das Escolas para pensar e responder questões que incidem no campo técnico e de debate, como a transformação do diálogo com as entidades competentes para corresponderem à urgência de algumas temáticas além de pensar quais as melhores respostas tipológicas e construtivas avançar na intenção de tornar as ações exequíveis (Novais & Pereira, 2023).

Na sequência do lançamento das setes visões, o programa “Mais do que Casas” arrancou com o seminário inicial com a colocação do desafio para as Escolas em abril de 2023 para que fosse

¹⁶ *European Green Deal* ou Pacto Ecológico Europeu é um plano apresentado pelo Parlamento Europeu com a finalidade de transformação do continente europeu no primeiro com impacto neutro no clima, assim todos os países membros da União Europeia seriam incumbidos de promoção de medidas que visam prevenir ou minimizar danos que advêm das alterações climáticas. Entre as propostas incluídas no plano, estão o fomento de áreas como energia limpa, indústria sustentável, construção e reforma, mobilidade, biodiversidade, da quinta para mesa, poluição e ação climática. O pacto também inclui o fomento das oportunidades no âmbito da inovação, investimento e emprego, no sentido de apoiar os cidadãos em vulnerabilidade, no combate as desigualdades e pobreza energética, e apoio as empresas europeias na questão de consolidar a competitividade e diminuir a dependência energética externa (Ribeiro & Sebastião, 2023).

possível elaborar o ano letivo 2023/2024 dentro das diretrizes do programa. Esse primeiro seminário contou com a participação de diversos profissionais que deram seu contributo para o estímulo de ideias sendo precedido por um segundo seminário, em setembro do mesmo ano com um objetivo de lançar soluções mais práticas ao exercício proposto pelos curadores (FAUP, 2023; Novais & Pereira, 2023).

Após o primeiro semestre de 2023/2024, em março de 2024, as 25 instituições aderentes participaram de uma mostra (Figura 18) dos exercícios desenvolvidos. Além das propostas de trabalhos desenvolvidas pelas instituições, também competia ao programa o estímulo a elaboração de artigos que respondessem as temáticas ambicionadas pelos textos motivadores e pelo manifesto. Todo o contributo de conversas, debates e visitas guiadas elaboradas durante o programa foi exposto no Museu de Design (MUDE) em Lisboa, contando principalmente com a exposição dos trabalhos desenvolvidos por estudantes e docentes das Faculdades de Arquitetura, de Arquitetura Paisagista, Belas Artes e Engenharia de Portugal (Novais & Pereira, 2023).



Figura 18 - Encontro para discussão de ideias entre docentes e alunos das instituições aderentes ao "Mais do que Casas" em março de 2024 na FAUP (Novais & Pereira, 2023).

Assim, entre setembro de 2024 a janeiro de 2025, a exibição (Figura 19) demonstra reflexões e propostas que respondem ao tema habitar na perspectiva de novas exigências e desafios da contemporaneidade da habitação e espaço público além de ressaltar projeções de construção de uma sociedade intercultural a partir da anergia participativa desenvolvida pós revolução de 1974, no SAAL (Novais & Pereira, 2023).



Figura 19 - Exposição "Mais do que Casas: como vamos habitar em abril de 1974?" (Novais & Pereira, 2023).

A maioria das propostas de trabalho desenvolvidas pelas 25 instituições do ensino foram de encontro com problemas ligados ao limite do tecido urbano consolidado, propondo assim novas perspectivas de visão sobre a escala doméstica, do bairro e até o perímetro construído da cidade. Nesse sentido, as adversidades a serem ultrapassadas estão circunscritas nas áreas de maior concentração demográfica, como o problema da gentrificação, da interação da nova geração com pessoas mais idosas, das perspectivas do espaço doméstico inserido no contexto urbano e da otimização entre espaço, construção mínima ou modular e sustentabilidade além da preocupação com o patrimônio fabril devoluto. Esses fatores são congruentes com a localização da maioria das instituições participantes do programa, já que 19 dessas instituições se encontram em áreas com expressivo aglomerado urbano, ou seja, as necessidades habitacionais são outras e essa situação de desequilíbrio faz alerta para a urgência de se pensar as carências de outras regiões de Portugal.

Por outro lado, a participação da Universidade da Beira Interior se desenvolveu partindo de uma perspectiva mais abrangente, a nível territorial, na perspectiva de gênero e na preocupação com as problemáticas do interior do país. Assim, foi proposto quatro linhas de atuação, sendo duas no âmbito das Unidades Curriculares (UC) de Projeto dos 4º e 5º anos, uma no âmbito mais concreto a partir de um acordo institucional e a última no âmbito da investigação em arquitetura. Dentre essas, na presente dissertação se destaca três, a primeira sendo o contributo por meio de investigação científica denominada "Mulheres, cidades e arquitetura" que buscou relacionar as dimensões espaciais a partir da perspectiva de gênero tendo em vista o contributo científico desenvolvido na última década no contexto português.

Sob essa ótica, essa linha de atuação propôs mapear e visibilizar esses estudos sobre perspectiva de gênero, ainda marginalizados, instigando a produção de conhecimento a partir de outros campos possíveis de reflexão e intervenção, partindo do contributo gerado na própria Universidade da Beira Interior. Para isso, essa linha de atuação se justifica através da diversidade territorial em que esses estudos incidem no território nacional, nos diversos objetivos e metodologias e na produção de contributos transversais a diferentes conceitos e narrativas que cruzam espaço e mulheres. Em suma, o mapeamento e visibilidade procura identificar por meio do ponto de vista de mulheres arquitetas e habitantes novas dimensões críticas que serão contributos na formulação de estratégias diferenciadoras para a problemática da construção espacial em diferentes escalas.

A segunda linha de atuação no âmbito da UC de Projeto v.1 e Projeto v.2 do quinto ano foi denominada “ A metrópole rural: Futura região de acolhimento para migrantes climáticos”, a partir de um exercício académico, procurou responder aos desafios da habitação e do espaço público em uma porção territorial bastante alargada e que não se limita ao tecido urbano consolidado mas em toda complexidade territorial, reclamando também o património imaterial de parte da Cova da Beira como instrumento de valorização e fixação populacional. O exercício proposto, que será desenvolvido posteriormente no presente trabalho, teve como objetivo a sensibilização dos estudantes e da população em geral sobre os desafios atuais que afetarão o futuro. Nesse sentido, o exercício utiliza da localização da própria instituição de ensino para questionar a problemática do território esvaziado do interior bem como colocar a universidade como amplificadora de debates latentes para o repovoamento.

Por último, a terceira linha de atuação que também será desenvolvida nos tópicos seguintes, incidiu sobre uma questão prática materializada a partir de um acordo interinstitucional envolvendo um órgão municipal e a Escola, visando a execução de 23 fogos à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT). Essa proposta demonstra a importância do contributo da universidade em dar resposta célere, eficaz e de qualidade para problemáticas habitacionais da região em que as instituições estão inseridas, para além disso, outro importante contributo dessa proposta foi a pormenorização dos processos da candidatura com referência nas necessidades específicas dos futuros utilizadores BNAUT. Esse último fato demonstra que além do contributo prático através da efetiva construção de fogos habitacionais com caráter de serem alojamento urgente e temporário, também há contributo de investigação sobre como essas comunidades podem ser mais bem abrigadas, materializando apoio científico para futuras intervenções.

5.1.1 A metrópole rural: (re)repensar os territórios de baixa densidade

Uma das linhas de atuação proposta pela UBI no âmbito do “Mais do que Casas” foi o desenvolvimento da temática “A metrópole rural: Futura região de acolhimento para migrantes climáticos” durante o semestre de 2023/2024 na unidade curricular de projeto do quinto ano. A proposta teve como área de atuação a região da Cova da Beira, incluindo os concelhos de Belmonte, Covilhã -território sede da Universidade da Beira Interior- e Fundão (Figura 20), indo de encontro com algumas premissas presente no manifesto do programa, como as mudanças climáticas, o desenvolvimento de cidades inclusivas e interculturais bem como a emergência habitacional ligada com a crise demográfica e o território do interior de Portugal tão negligenciado (Novais & Pereira, 2023).

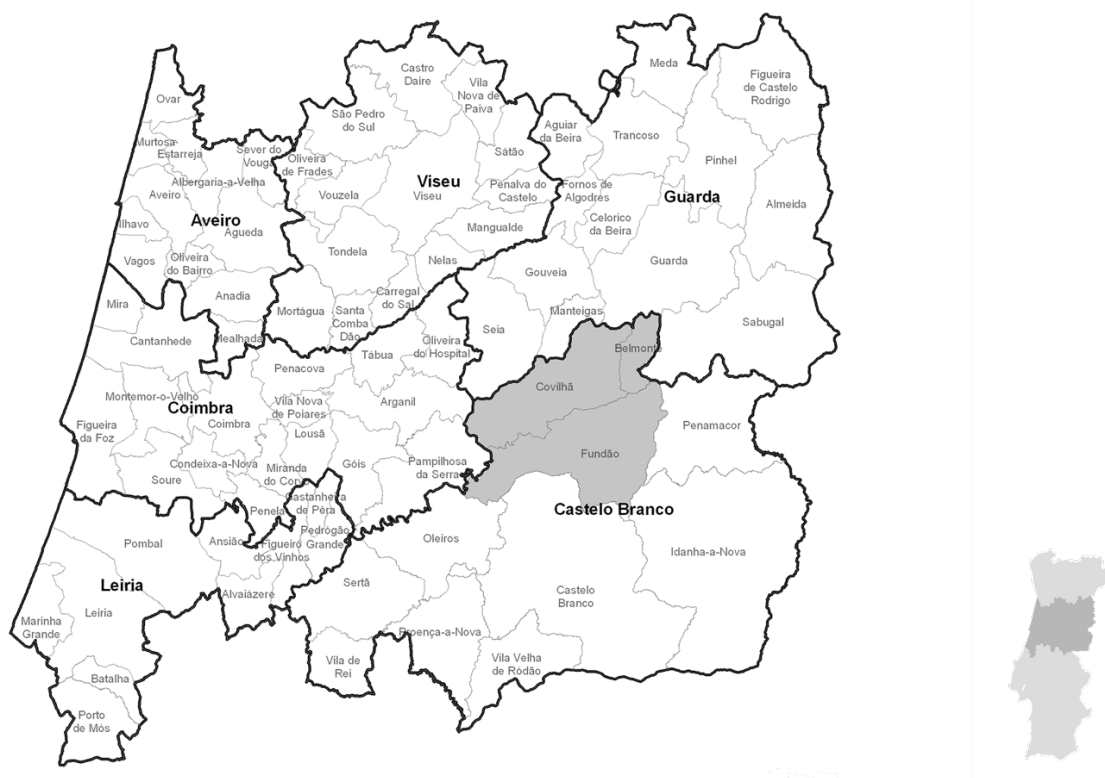


Figura 20 - A Região assinalada corresponde ao território de intervenção do exercício académico "Metrópole Rural", Belmonte, Covilhã e Fundão (De autoria própria, 2024).

O exercício propôs a sensibilização para desafios da contemporaneidade supracitados a partir da elaboração de projetos regeneradores de urbanidade guiado pela idealização de uma futura área metropolitana compreendida na Cova da Beira, que por sua vez representa um território rural e com a possibilidade de ser terra fértil para o planeamento do futuro. Nesse sentido, também importou equacionar que a problemática da habitação não é exclusiva dos grandes centros urbanos e nem exclusivo do tecido edificado (Marum et al., 2023).

Assim, foi preciso lidar com questões das políticas de uso do território, das políticas demográficas, das especificidades da geografia urbana e do relevo, dos sistemas de transporte e do desenvolvimento da regeneração da paisagem seguindo o caráter ecológico e do avanço econômico e policêntrico de comunicação territorial. Um dos principais desafios seria conciliar o meio natural bastante presente, a área urbana consolidada e a ser proposta, tudo isso levando em consideração a história e cultura da região (Marum et al., 2023).

Para o efeito, o programa da unidade curricular preconizava o estudo sobre as camadas das necessidades do mundo rural. Por isso, se ressalta o estudo sobre a agricultura e sua ocupação do territorial, as técnicas e sistemas de cultivo em atividade e aqueles que moldaram a paisagem para o entendimento da possibilidade coexistência com uma futura metrópole, mas também sobre as dinâmicas socioeconômicas entre os tecidos urbanos existentes. Outra premissa do programa era sobre a criação de uma região coerente com a sustentabilidade, por meio da transição energética, de propostas inovadoras e que sigam as preocupações de descarbonização da economia, ou seja, o progresso estar sob a influência e mitigação da crise climática (Marum et al., 2023).

Por outro lado, também foi incluído nas propostas a sensibilidade com o desenvolvimento territorial capaz de suprir necessidades de cidadãos de diferentes origens e, portanto, o desenho urbanístico empático para interação dos grupos nativos e daqueles que de forma espontânea ou forçada se deslocam para a região da Cova da Beira. Esse fator é citado no manifesto do “Mais do que Casas” e se alinha com a perspectiva de acolhimento do exercício também como resposta a crise demográfica que o interior do país enfrenta e que só será ultrapassado a partir da criação de oportunidades econômicas e de infraestrutura de amparo para a comunidade nativa ou migrante (Marum et al., 2023).

Seguindo esse ponto de vista, as propostas foram norteadas a partir de uma primeira fase em que se fez uma revisão dos instrumentos de gestão territorial com a finalidade de identificar especificidades de uso de solo, propostas existentes e de limitações legais para a elaboração de propostas futuras. A segunda proposta ficou assente nas estratégias de desenvolvimento regional, sustentável e articulado com os ODS 2030 além de materialização do caráter prático do exercício. A linha de estudo para essa fase foi pautada na identificação das características territoriais e de ocupação do solo para que se pudesse propor expansão do tecido edificado, novas infraestruturas que iam de encontro com as necessidades econômicas e de acolhimento além do fator de repensar e propor estratégias de mobilidade para a região, importante para a movimentação local e de ligação com outras áreas de Portugal (Marum et al., 2023).

Além disso, foi nessa fase que se identificou possíveis corredores ecológicos, territórios sensíveis e zonas para preservação no sentido de propor zoneamentos que visam entender os espaços edificados, territórios que não serão edificados entre outros espaços dentro do tecido urbano existente. Essa estratégia articula com a compreensão de possibilitar, a partir de um plano urbanístico, o fomento das atividades econômicas e culturais da região em estudo, visando

intervir na paisagem de forma sustentável para além de preconizar espaços de acolhimento aos migrantes e de zonas intermodais que deem fluidez à mobilidade (Marum et al., 2023).

Apesar do trabalho ser uma resposta ao “Mais do que Casas”, as atividades do programa da unidade curricular também estavam sob a égide de outro manifesto, escrito pelo arquiteto Pedro Gadanho (1968-) enquanto diretor executivo da Candidatura da Beira Interior a Capital Europeia da Cultura 2027. Esse manifesto revela uma síntese da análise realizada durante o desenvolvimento da candidatura que tinha como base territorial o interior do país, por esse motivo apresenta-se como contributo ao desenvolvimento ao exercício académico (Gadanho, 2022).

Dessa maneira, o manifesto faz menção ao despovoamento do território do interior que faz fronteira com a Espanha, ressaltando a concentração dos grandes centros urbanos na faixa costeira. Há um grande sistemático abandono da região interiorana resultando em conseqüente envelhecimento da população e cada vez menos capacidade de retenção da população mais jovem pela falta de estímulo e oportunidades, perspectivando um completo esvaziamento territorial (Gadanho, 2022).

O texto de Gadanho faz um prognóstico de que a região não conseguiria reverter a situação de despovoamento de forma isolada, ou seja, os municípios teriam que unir estratégias com a finalidade de alavancar medidas concretas para o repovoamento da Beira Interior. Nessa perspectiva, em congruência com os impactos das alterações climáticas, foi identificado na região território fértil já que as paisagens naturais se encontram em sua maioria intactas além da bagagem cultural alargada e vasto patrimônio histórico, fatores esses examinados e exaltados durante a candidatura a Capital Europeia da Cultura (Gadanho, 2022).

É nesse contexto que o exercício da metrópole rural seria um laboratório para uma realidade multicultural, inclusiva e mais sustentável, principalmente no âmbito da transição ecológica e energética preconizada no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e com as transformações propostas do *Green New Deal* á nível europeu. A metrópoles rural, seria assim uma região de acolhimento para comunidades deslocadas pelas futuras emergências ambientais, um mecanismo de repovoamento e resolução da problemática dos migrantes climáticos. Para o efeito, seria necessário a coesão territorial com cada município doando principalmente seu potencial, como exemplo, Belmonte através das conexões com o mundo a partir da relevância com a comunidade judaica, Covilhã sendo polo educativo com a Universidade da Beira Interior e Fundão traria seu contributo como polo tecnológico abrangendo as novas indústrias, agroecologia de precisão além do dinamismo político e social (Gadanho, 2022).

Um alerta presente no manifesto é sobre a mobilidade, materializando um obstáculo para o desenvolvimento sustentável, sendo as infraestruturas existentes insuficientes bem como a inexistência de comboios de alta velocidade ou aeroportos um agravante para a Cova da Beira continuar isolada do restante do país. Por isso, se torna necessário o pensamento de reformulação de um circuito capaz de impulsionar a relevância e potencial da ruralidade em ser promotor de um território acolhedor, com autossuficiência alimentar ou de oportunidade para o desenvolvimento de modos de vida simbióticas com a natureza (Gadanhó, 2022).

A ideia plasmada na metrópole rural parte de um debate de três linhas de atuação sobre regeneração da região, a demográfica, territorial e a ecológica (Figura 21). Por esse ângulo, a regeneração demográfica seria o mecanismo de resposta para desertificação humana do território acentuado pelo envelhecimento populacional associado com a não fixação dos mais jovens. Para essa situação é preciso evocar o espírito metropolitano que envolve atividade cultural efervescente, diversidade de serviços, fixação de indústrias criativas e pela criação de postos de trabalhos qualificados, entretanto, para garantir a fixação é também preciso garantir boa inclusão com as gerações mais idosas, permitindo uma troca de conhecimento sobre costumes e hábitos próprios da região, aumentando assim a identificação com a região (Gadanhó, 2022).

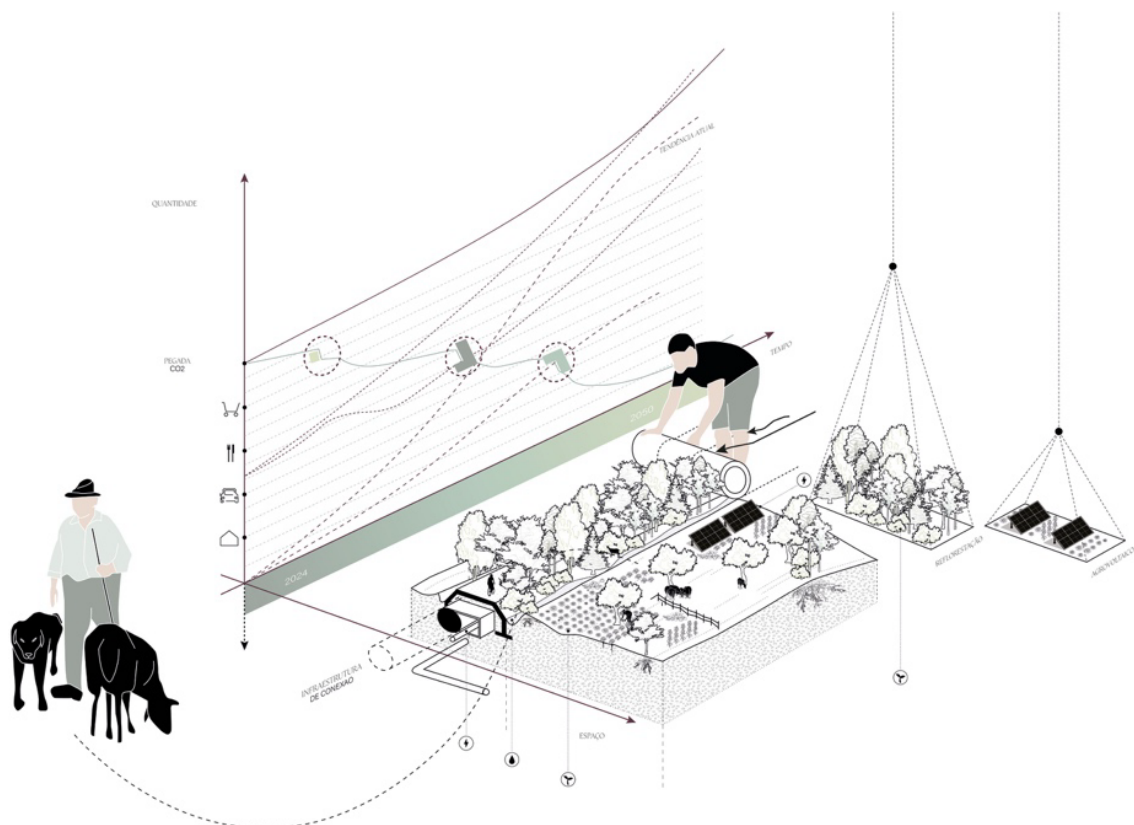


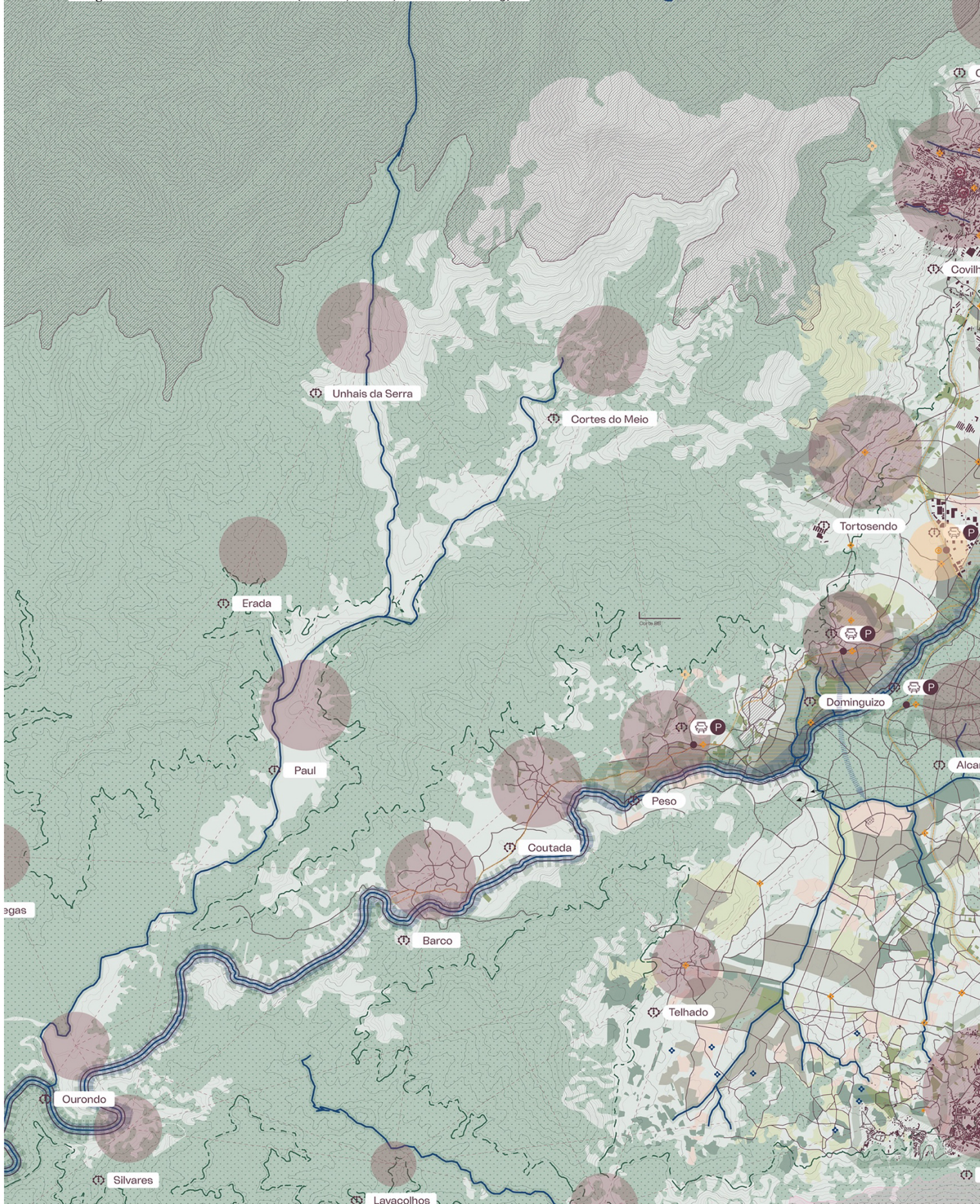
Figura 21 - Contributo da UBI na exposição "Mais do que Casas" baseado em um esquema da possibilidade de diminuição do CO₂ a partir do reforestamento e do agrovoltaico além da distribuição dessas medidas no território (Marum, García, & Gadanhó, 2023).

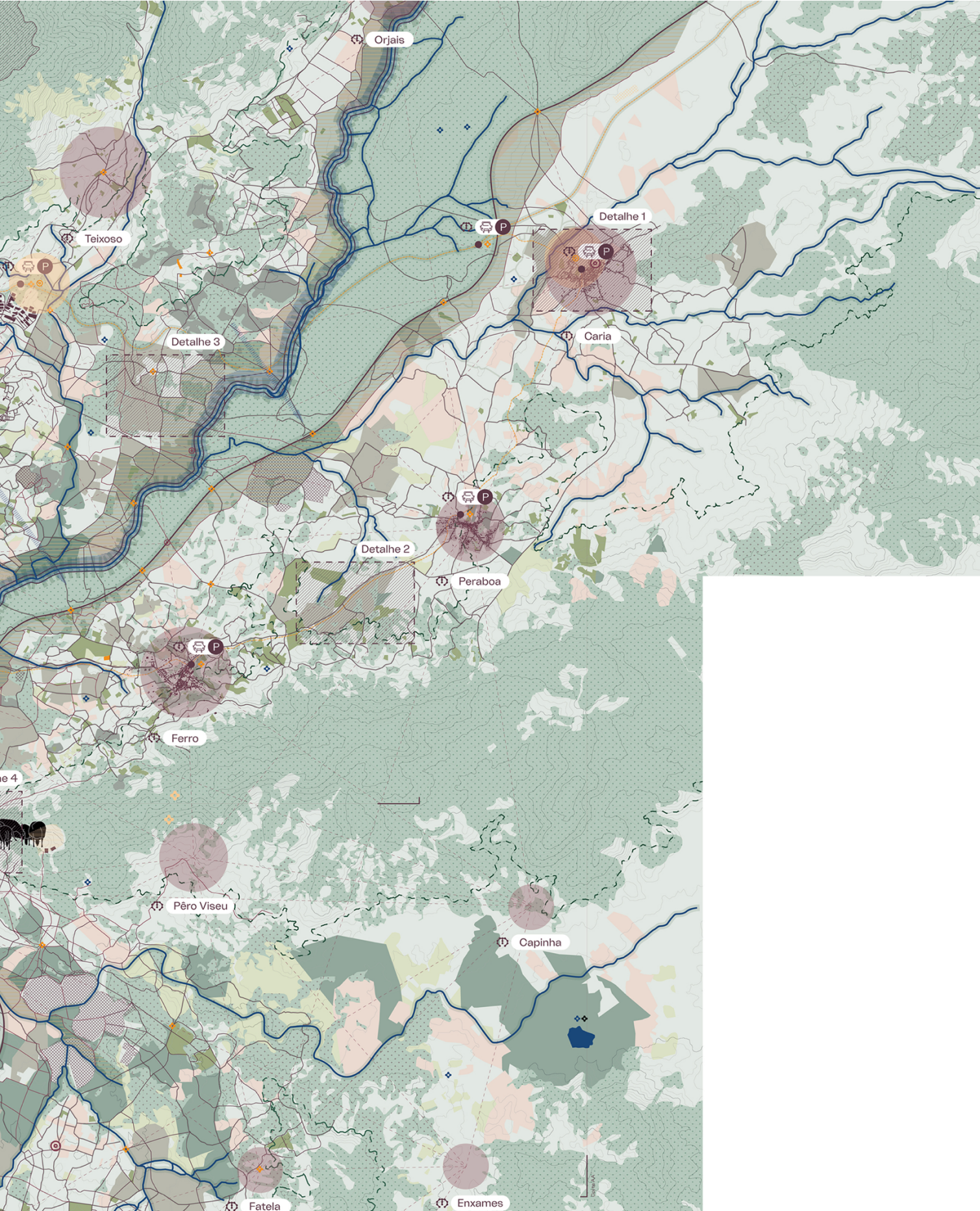
A regeneração territorial, por sua vez, reflete sobre ultrapassar a visão de crescimento individual e até mesmo competitivo entre as comunidades do próprio território, ou seja, acentuar a ideia das ações em benefício do bem comum, do pensamento em vizinhança independente de limites geográficos. Essa linha de atuação se torna difícil à medida que se aproxima de uma transformação de uma ideologia tendo solução através colaboração entre municípios em uma nova e conjunta abordagem identitária regional. A falta de coesão territorial é impulsionada também pela ineficiência da mobilidade intraurbana e a mudança do comportamento individualista seria mitigado por meio da reapreciação da paisagem local bem como na redistribuição dos polos produtivos como contributos de cada município, melhor dizendo, o estímulo da ação conjunta das localidades (Gadano, 2022).

A terceira linha de atuação, regeneração ecológica, promove a reflexão sobre as transformações das percepções culturais dos ecossistemas e recursos naturais capazes de formular a identidade do território bem como exponenciar a atividade econômica. Para isso, é proposto no manifesto a elaboração de projetos pedagógicos que fomentem a relação da tecnologia com a natureza e principalmente com características inerentes da região como a agricultura, a floresta, a água e os recursos endógenos como potencial econômico. Assim, refletir sobre a transformação do pensamento da natureza associada somente com o turismo ressaltando a existência de diferentes soluções vista a quantidade de recursos naturais a serem preservados e utilizados em prol do crescimento e fixação populacional sob a ótica sustentável (Gadano, 2022).

Por fim, é notório que os dois manifestos motivadores do exercício possuem uma lógica provocadora bastante parecidas e que imbuíram o exercício acadêmico com potenciais estímulos para o desenvolvimento da “Metrópole Rural” (Figura 22). A construção de exercícios que debatam sobre assuntos mais próximos da realidade se torna cada vez mais importante, relembrando assim o espírito presente no SAAL que ultrapassa os muros da academia, mas encontra a sala de aula como local propício para a realização do laboratório. Assim, um dos contributos da UBI para o programa “Mais do que Casas” se torna importante para aproximar o estudante de arquitetura com o papel social e político ativista no território em que se situa (Gadano, 2022).

Figura 22 - Mapa do contributo da UBI na exposição do "Mais do que Casas" materializando a metrópole rural a partir da estimativa de crescimento populacional, conexão entre aldeias e a preocupação com a ecologia, recursos energéticos e a economia sustentável (Marum, Garcia, & Gadanho, 2023).





Área Produtiva		Área Florestal		Valores Ambientais			
	Área de Produção Frutícola		Área Florestal Não Classificada		Campo Agro-Fotovoltaico		Museus
	Área de Produção Hortícola		Área Florestal Autóctone		Central de Biomassa		Estações Metro Suprefície
	Área de Estufa		Área de Eucaliptal		Central de Biogás		Barragens/Reservatórios
	Área Arável		Área de Bosque temático		Campo Eólico		Miradouro
	Área de Pasto		Área de Galeria Ripícola		Central Hidrelétrica		Praia Fluvial
	Área de Pasto Arborizado		Área Agro-recreativa				Área de Carregamento
	Área de Pasto Arbustivo		Área Agro-recreativa				Linha de Metro Suprefície
	Área de Pasto Arbustivo		Área de Alto Valor de Conservação				HUB
	Área de infraestrutura Verde Urbana						0-500 Hab
							500-1000 Hab
							1000-5000 Hab
							5000-10000 Hab
							+ 10000 Hab

5.2 Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário: O acordo interinstitucional entre universidade e município

No ano de celebração dos cem anos de políticas públicas em Portugal, o governo lançou em 2018 a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), que a partir de amplo pacote programático pretende atender necessidades centradas no acesso à habitação tanto da classe média quanto para grupos sociais em vulnerabilidade. Essa medida governamental teve influência do relatório especial das Nações Unidas para habitação que denunciou carências habitacionais presentes em Portugal e alertava sobre a falta de coordenação entre governos e municípios em 2017. Nesse sentido, o reorientar das política habitacional seria atingido através de instrumentos mais flexíveis para atender diferentes necessidades, públicos-alvo e com atuação em variados territórios, no sentido de aproximar as políticas e instrumentos da população além de fomentar a colaboração dos setores público e privado (Allegra & Tulumello, 2019, p. 112–114; Delicado & Ferrão, 2024, p. 68–69; Jorge, 2024, p. 4–7).

O pacote legislativo que contempla o NGPH destaca o campo de reabilitação e do arrendamento além de promover o envolvimento da temática de sustentabilidade ambiental e das acessibilidades. Para o efeito, foi criado quatro objetivos estratégicos para darem respostas aos problemas habitacionais contemporâneos, sendo o primeiro relacionado com as respostas para as famílias em grave situação habitacional por meio da gestão do parque habitacional público no sentido de disponibilizar bolsa dinâmica de alojamento de forma rápida, eficiente e justa na perspectiva mais urgente e portanto imediata (Santos et al., 2023, p. 33–35).

O segundo objetivo se relaciona com a garantia ao acesso á habitação para a camada populacional que não conseguem satisfazer essa necessidade pelo mercado. Essa situação seria mitigada através do incentivo com o aumento da oferta de habitação para arrendamentos a preços acessíveis alinhado com a preocupação com a melhoria de oportunidades de escolha entre os diferentes regimes e tipos de ocupação dos alojamentos. Por sua vez, o terceiro ponto se liga com a criação de circunstâncias favoráveis para que a reabilitação seja o mecanismo principal de intervenção no tecido urbano edificado e até mesmo na prospecção do desenvolvimento urbano, fator esse obtido através do fomento da escolha de reabilitação (Santos et al., 2023, p. 33–35).

O quarto ponto estratégico é a promoção da inclusão social e territorial bem como o aumento das oportunidades de escolhas habitacionais. Esse objetivo propõe uma forma de intervenção mais participativa da população diretamente nos bairros de arrendamento públicos e na divulgação mais assertiva dos processos referentes aos arrendamentos, tais como encaminhamento e acompanhamento dos requerentes. Sendo assim, o carácter de proximidade com a comunidade explicitado nos objetivos estratégicos demonstra o papel imprescindível das autarquias locais para concretizar a boa implementação das medidas legislativas sobre o direito à habitação (Santos et al., 2023, p. 33–35).

Na sequência e seguindo na perspectiva de políticas públicas de habitação da atualidade, em 2019, a Assembleia da República aprovou a Lei de Bases da Habitação (LBH) que visa propiciar mecanismos políticos e jurídicos que certifiquem o direito à habitação a partir de Cartas Municipais de Habitação e estratégias nacionais e locais. No ano seguinte, com a pandemia de covid-19, a situação habitacional no país agravou-se principalmente em relação a economia e foi nesse sentido que foi aprovado o Plano de Recuperação e Resiliência, a ser executado de 2021 até 2026, com a intenção de implementar uma panóplia de reformas bem como investimentos com a finalidade de crescimento econômico pós pandemia, e nesse caso, destaca-se o aumento a disponibilidade de recursos financeiros para a política de habitação (Santos et al., 2023, p. 68–70).

A intervenção preconizada no PRR sobre habitação foi elaborada a partir de quatro necessidades habitacionais que prioriza as famílias que vivem em condições insalubres, as necessidades urgentes e temporárias de habitação, a precisão temporária de fixação de funcionários, agentes e demais servidores do Estado e por fim, sobre mitigar o desequilíbrio entre rendimentos das famílias de classe média e a oferta habitacional existente. Nesse sentido, foram criados ou financiado instrumentos existentes de políticas públicas de apoio, como o financiamento ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (1º Direito), a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, reforço de oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira, melhoria das condições habitacionais na Região Autónoma dos Açores, aumento do parque público de habitação a custos acessíveis e alojamento estudantil a custos acessíveis (Santos et al., 2023, p. 256–260).

É importante ressaltar que apesar da existência de variadas propostas dentro da questão habitacional do PRR, como supracitado, na presente dissertação será especificado apenas um instrumento de intervenção que se liga com o caso de estudo. É nesse sentido que se salienta a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), que é uma resposta para a problemática de habitação urgente e temporárias sendo destinado para diversos públicos vulneráveis, como pessoas em situação de sem-abrigo, refugiados, imigrantes com vivência habitacional em sobrelotação, agregados familiares nômadas, requerentes de asilo, vítimas de violência doméstica, vítimas de tráfico de seres humanos, pessoas em processo de desinstitucionalização além de famílias que enfrentam situações de emergências como catástrofes naturais, incêndios ou pandemias (Ministério do Planeamento, 2021, p. 88–92).

Nessa perspectiva, é notório que o BNAUT é um instrumento que pretende mitigar constrangimentos habitacionais de cariz temporário, por esse motivo foi preciso implementar o Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário. Esse instrumento por sua vez tem a finalidade de propor solução estruturada para grupos sociais que necessitem de alojamento emergencial por causa de acontecimentos excepcionais ou em situação de risco iminente além de abranger o caráter de habitação de transição para aqueles que precisem de uma solução antes de

habitação definitiva, sendo afirmado a partir desse documento o regulamento e as condições de financiamento. Além disso, essas duas características abrangem tópicos que apelam para a proteção dos indivíduos, a automatização e inclusão social bem como o combate às desigualdades (Ministério do Planeamento, 2021, p. 88–92).

A Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário tem dois institutos do Estado associado para instrumentalizar as ações em função da disponibilização do financiamento. É nesse sentido que o IHRU ficou como entidade responsável pelo financiamento e o Instituto da Segurança Social (ISS) encarregue de identificação das necessidades e pela gestão de vagas articulando esse mecanismo com o Alto Comissariado das Migrações (ACM) e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), órgãos de importância para o auxílio com as questões de migrantes, requerentes de asilo e estrangeiros em vulnerabilidade contemplados pelos requisitos da bolsa (Ministério do Planeamento, 2021, p. 88–92).

Nesse panorama e sob abrigo do BNAUT, foi proposto uma ação concreta através de um acordo interinstitucional entre o Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura (DECA) da Universidade da Beira Interior (Maria Neto), a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Aitor Varea Oro) e a Câmara Municipal do Fundão (Ana Cunha), para contribuir para a execução de 23 fogos. Esse acordo visou o apoio técnico da Universidade da Beira Interior na execução dos projetos de licenciamento e execução no âmbito da BNAUT, para o município do Fundão, além de fornecer resposta célere e de qualidade, a cooperação permitiu a produção de conhecimento com a capacidade de facilitar e qualificar a elaboração de políticas públicas de habitação futuras que respondam a necessidades de alojamento de comunidades refugiadas, requerentes de asilo e migrantes. Evidenciando assim, as perspectivas de intervenção junto a comunidade tendo o município do Fundão como território de acolhimento vista as várias ações movidas que ultrapassa a iniciativa do BNAUT nessa região.

Além de contemplar a participação da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida do Fundão (DIVDOT), outras duas instituições alheias a universidade participaram do processo do BNAUT, o Gabinete de Assistência Social e o Centro para as Migrações. Com esse contributo foi possível unir forças para traçar uma metodologia e organização logística para o desenvolvimento das Oficinas Colaborativas. Assim, foi elaborado pelo grupo de trabalho da UBI, coordenado por Maria Neto, e integrado por alunos finalistas (Breno Cássio, Joel Aguiar, Gabriel Carvalho e Catarina Gago) e outros professores da UBI (Jorge Marum e Rogério Galante), uma metodologia que partia de ações de participação através de Oficinas Colaborativas, sessões de debate com técnicos especializados, a Comunidade de Prática, e o Grupo de trabalho constituído por arquitetos-professores e alunos finalistas do DECA-UBI, para a execução do projeto. O GT-UBI elaborou uma entrevista-guia levando em consideração vários blocos temáticos que questionavam desde o alojamento no país de origem, à chegada e estadia em Portugal, o espaço atual de alojamento, a interação com a comunidade local, as deslocações e por fim uma avaliação

global relacionada com o que valorizam e necessitam, algumas informações de caráter pessoal adicionais – relacionando como é realizado a relação pessoal entre os espaços doméstico e entre os membros do núcleo familiar além da vizinhança e comunidade em geral- com a finalidade de recolher dados que auxiliassem o futuro desenvolvimento do projeto e permitisse criar um lugar comum para explorar o espaço doméstico no país de origem, mapeando através de desenho e informação complementar, as necessidades dos futuros habitantes.

Durante a realização das Oficinas Colaborativas se evidenciou a participação de mulheres com várias nacionalidades, dentre elas, Índia, Paquistão, Afeganistão, Geórgia e Ucrânia. Como era de se esperar, o resultado dessa partilha foi uma panóplia multicultural de percepções do espaço, necessidades e vivências, que se mostraram ferramenta fundamental para o desenvolvimento do programa e do projeto dos alojamentos, pautando assim as ponderações ao longo das diversas escolhas projetuais.

O BNAUT, como um instrumento de parceria entre Universidade e Município, tornou-se uma demonstração de como a Universidade pode interpelar a Sociedade, refletindo uma maneira integrada de investigar, praticar e ensinar Arquitetura, que alinha o desenvolvimento acadêmico com as necessidades reais da comunidade e investiga ao posicionamento crítico do arquiteto em formação. Nessa perspectiva, a possibilidade de participar na equipa de alunos que integrou a primeira fase do trabalho, através de Oficinas Colaborativas com as comunidades migrantes e refugiados que iriam beneficiar dos fogos, revelou-se fundamental e decisiva para criar orientações de projeto.

As Oficinas Colaborativas com a comunidade migrante e refugiada agregou positivamente o meu percurso académico de forma incontestável. Para além da sensibilização com a especificidade que a comunidade carrega, as sessões de entrevistas proporcionaram momentos de partilhas que não seriam possíveis dentro da sala de aula. O ambiente acolhedor e agradável criado durante as sessões, permitiu que as participantes não só respondessem as perguntas, mas compartilhassem fatores do seu cotidiano de forma espontânea, denotando assim que o desempenho do projeto já tinha se iniciado ao criar espaço de inclusão e integração.

O contato com a comunidade ativam saberes intrínsecos na vivência de cada participante, ou seja, jeitos de produzir e ocupar espaço específicos e distintos entre si, mas que representam importante contribuição já que usufruirão da proposta contruída. Nessa perspectiva, se alinha o olhar e escuta atentos do técnico para o melhor entendimento possível, cabe assim, ao profissional em arquitetura ponderar para verter no desenho do projeto. Em uma das sessões, uma participante oriunda da Índia, desenhou (Figura 23) como era a organização programática segundo o *Vastu Vidya*, uma ciência milenar que auxilia a posição dos ambientes construídos disposto em relação aos pontos cardeais. Assim, foi possível entender um pouco da cultura e da organização espacial distinta daquela praticada no ocidente, criando outras perspectiva de interação com o meio construído.

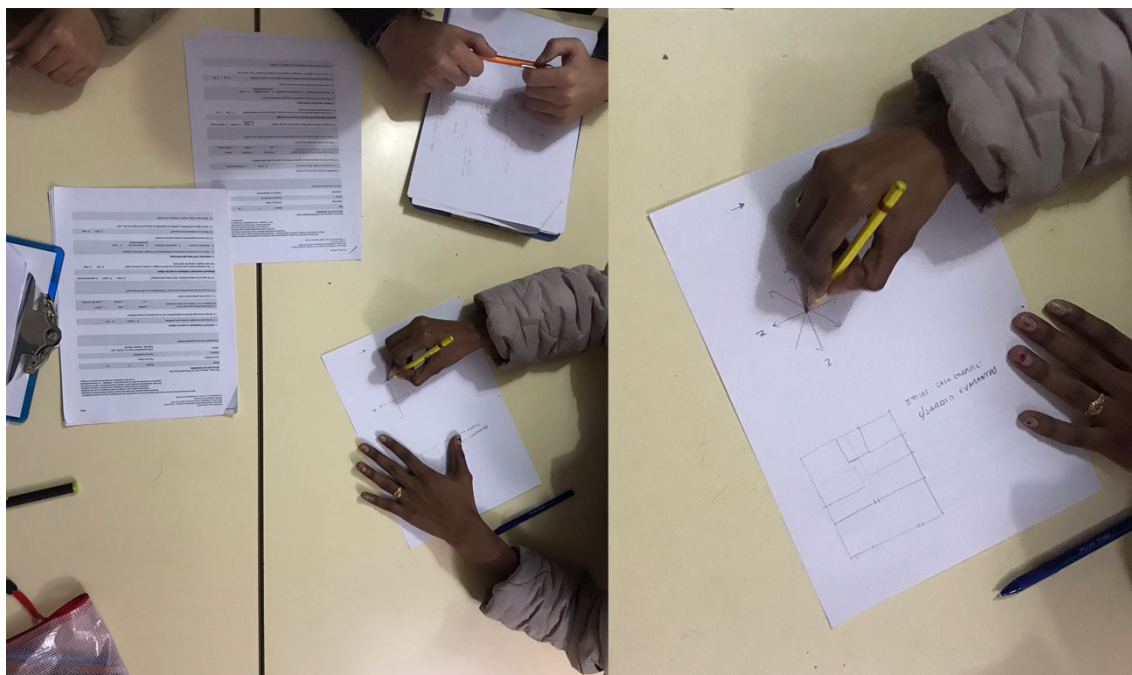


Figura 23 - Participante explicando a organização pragmática segundo o *Vastu Vidya* (De autoria própria, 2023).

Por fim, a proposta do alojamento temporário tem de ser inclusiva para diferentes perfis de moradores e o contato com uma população diversa contribui para o sucesso das dinâmicas criadas a partir da obra concluída. Outro fator agregador foi a participação dos alunos através da universidade, permitindo o enriquecimento do pensamento crítico e humanizado do território para futuros profissionais, de modo a conciliar técnica e posicionamento político e social.

5.3 Paisagens de Cuidado e Domesticidade – Programa Promove

A experiência no terreno derivada do acordo interinstitucional e a colaboração da UBI com o município do Fundão, deu suporte para o engajamento na elaboração do projeto vencedor no ‘Programa Promove 2024’ da Fundação “la Caixa” destinado à dinamização das regiões do interior de Portugal. O ‘Programa Promove’ que apoia iniciativas inovadoras que impulsionem estrategicamente o desenvolvimento das regiões do interior do país e que tenham capacidade de serem replicadas em outras regiões com características semelhantes. Assim, sob a perspectiva do acordo interinstitucional proposto anteriormente e movido pela ação de continuar evoluindo premissas de integração de migrantes e desenvolvimento da região do Fundão, foi proposto um projeto denominado “Paisagens de Cuidado e Domesticidade” para concorrer em um dos três tipos de iniciativas aceitas no concurso, a qual se refere às ideias com potencial para se tornarem projetos-pilotos inovadores, destinados para estudantes do ensino superior localizados nas áreas geográficas elegíveis ao concurso (Figura 24).

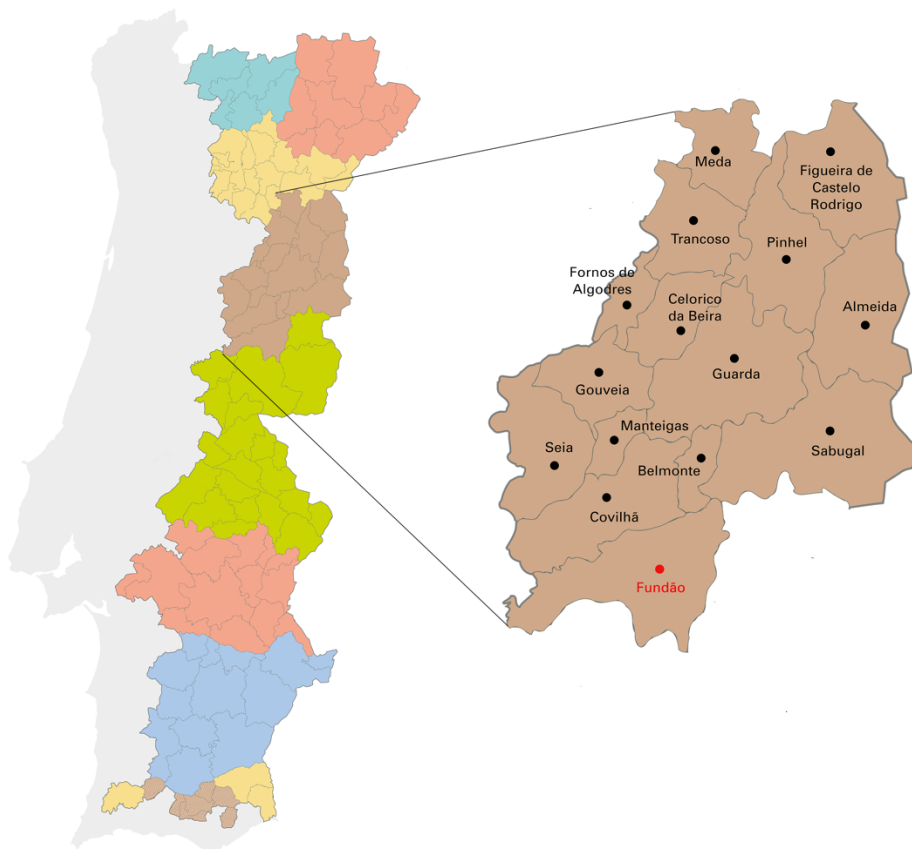


Figura 24 - Áreas geográficas abrangidas pelo 'Programa Promove' e a localização do município do Fundão como área de intervenção do projeto "Paisagens de Cuidado e Domesticidade" (De autoria própria, 2024).

Nesse sentido, mais uma vez, a proposta se sustenta a partir de uma equipe composta por cinco alunos da Universidade da Beira Interior -Ana Cunha, Breno Cássio, Catarina Gago, Gabriel Carvalho e Joel Aguiar- com mentoria da professora Maria Neto que permitiu uma melhor aproximação com o território a ser desenvolvido, bem como aproveitar do ambiente escolar para impulsionar iniciativas inovadoras e coerentes com a localidade da própria instituição de ensino. O estopim da proposta é demonstrar as potencialidades dos estudos realizados em universidades do interior e que estes podem ser vertidos para solucionar problemas como o despovoamento, a diminuição da coesão social, ora pela diferença etária ora pela origem de nacionalidade além dos problemas relacionados com a dificuldade de desenvolvimento econômico.

O projeto “Paisagens de Cuidado e Domesticidade” surge a partir da preocupação de dar uma resposta inovadora e culturalmente sensível para o desafio de integração de migrantes na região do Fundão. Para o efeito, foi proposto mapear e documentar as paisagens habitacionais e domésticas dos migrantes acolhidos na cidade, registrando assim as histórias e memórias dessa comunidade multicultural para que seja possível promover estas narrativas em um formato dinâmico de maneira a fomentar a construção e preservação do patrimônio imaterial da região.

Assim, o objetivo do projeto é criar um arquivo digital e multilíngue com o auxílio de tecnologias de Inteligência Artificial (IA).

Essa abordagem se orienta por uma temática pouco explorada em estudos tradicionais de migrações com a finalidade de que ao passo se explicita áreas domésticas e paisagísticas tidas como aspecto íntimo, permita estabelecer pontos de afinidade empatia entre os membros da sociedade, sejam locais ou não. Por isso, a estratégia de implementação do projeto implica a realização de workshops participativos com a comunidade migrante de forma a combinar arquitetura através dos espaços domésticos e colaborações artísticas para que se possa recolher as narrativas pessoais, que por sua vez, serão documentadas pelo registro das configurações espaciais dos espaços de vivência, por meio de desenhos, fotografias e entrevistas com os participantes. Em sequência, os dados serão integrados no arquivo digital com auxílio da utilização de IA, que permitirá a catalogação precisa e a criação de uma interface de fácil usabilidade para melhor interação do público com as histórias.

Nesse processo, para além das características já abordadas, é fundamental a utilização de IA por permitir que a plataforma se adapte com o tempo garantindo que o arquivo digital não permaneça estático, evoluindo com o tempo levando em consideração a possibilidade de acrescentar mais dados contribuindo para uma maior profundidade de análise. É nesse sentido que o projeto demonstra uma de suas virtudes, a de ser um portal dinâmico para o envolvimento cultural, bem como permitir estudos sociológicos e etnográficos que facilitam a compreensão global do patrimônio imaterial dos migrantes, despontando a identidade do Fundão em ser uma “Cidade de Acolhimento” ativa na diversidade cultural e continuando o legado de acolhimento de migrantes.

Outro fator a ser destacado é a promoção do envolvimento direto dos migrantes e os coletivos locais/artistas como base de recolha de dados. Essa interação, além de garantir a autenticidade das narrativas recolhidas também fomenta o vínculo entre a comunidade local e os migrantes auxiliando a integração social e o enriquecimento do patrimônio cultural da região. Sob esse ponto de vista, é importante ressaltar o envolvimento de uma equipe multidisciplinar que envolve várias disciplinas -arquitetura, sociologia, tecnologia da informação geográfica, ciências sociais e informática- que propiciam a compreensão abrangente das experiências migratórias.

A materialização do projeto “Paisagens de Cuidado e Domesticidade” é feita a partir de quatro momentos estruturantes, em que o primeiro se refere ao planeamento inicial onde se define o cronograma, a metodologia a ser utilizada e o desenvolvimento do protótipo da plataforma digital que abrigará os dados culturais. É também nesse momento que se desenvolve a preparação dos workshops, como a criação de questionários, material gráfico bem como a organização logística para a realização das sessões.

O segundo momento contempla a realização efetiva dos workshops para a recolha de dados com a comunidade. A interação com a comunidade migrante e refugiada é importante para recolher narrativas e realizar o mapeamento das paisagens domésticas, resultando em um documento das experiências e espaços habitacionais através de fotografia, desenho e entrevistas. Assim, essas sessões, além de serem necessárias para a recolha de dados e para o bom funcionamento da iniciativa, também já contribuí para gerar identificação, empatia e fomentar o senso de comunidade à medida que são momentos acolhedores e inclusivos.

No terceiro momento, de análise e otimização, se organiza os dados recolhidos revisando o material elaborados durante os workshops com objetivo de se encontrar padrões e temas comuns entre as narrativas levantadas. Por conseguinte, a otimização da integração de IA é realizada levando em consideração ajustes necessários para melhorar a catalogação e usabilidade da plataforma. Assim, a plataforma digital integrada com IA é submetida a testes de usabilidade e acessibilidade com a finalidade de garantir a facilidade de uso pelo público.

Após essas etapas, a quarta e último componente da iniciativa, é composta pela finalização, lançamento e divulgação da plataforma. Deste modo, se completa a alimentação do arquivo digital com todos os dados e narrativas recolhidas para que seja realizado um evento de inauguração do projeto com a participação da comunidade local e migrante do Fundão. Com a plataforma apresentada para a sociedade, é feito a divulgação e promoção da iniciativa para que o projeto contribua com o entendimento do “outro” e que a plataforma continue sendo alimentada com outras narrativas já que o objetivo é que através da IA, se permita a adaptabilidade com novos contributos.

A partir de todo o processo, o projeto contribui para o desenvolvimento regional do Fundão à medida que alavanca possibilidades de atrair turistas interessados na riqueza cultural da cidade e de residentes que procuram comunidade inclusiva e com diversidade cultural, sendo motores para combater o despovoamento do interior e estimular a economia local ao passo que se soma a novas oportunidades de negócio, principalmente nos setores de turismo, cultura e serviços sociais. É por meio de todo o contributo mencionado que se pretende valorizar o capital humano e cultural além de promover uma visão positiva da migração.

Durante a elaboração dos workshops, surgiu a necessidade de aliar ao processo de entrevista e desenho outro material que tornasse o contato ainda mais participativo e tátil e possibilitasse resultados mais físicos e tridimensionais. Nesse sentido, essa lacuna foi preenchida tomando como referência um material desenvolvido por um grupo de pesquisa brasileiro da cidade de Belo Horizonte sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG), denominado como MOM (Morar de outras maneiras) que fazia parte do meu imaginário enquanto aluno de origem brasileira (MOM -Morar de outras maneiras-, 2019).

Esse grupo foi fundado em 2004 a partir da necessidade em se discutir a produção do espaço cotidiano no contexto da cidade em que o projeto se encontra sediado e que interliga com as comunidades de forma direta, tendo como principal objetivo o entendimento das contradições sociais e espaciais através de análises políticas, econômicas e históricas de práticas da produção informal, da vida cotidiana, das técnicas de construção e do impacto ambiental que o desenvolvimento das comunidades tem no espaço, partindo também de olhar especializado do desenho e projeto com foco em grupos socioespaciais dissidentes ou marginalizados. Além disso, o MOM se dedica a criação de interfaces que permitam a transformação social, partindo de elementos que contribuam para a educação popular, pesquisas empíricas e experimentais como o JOMA (Jogo da Maquete) (MOM -Morar de outras maneiras-, 2019).

Partindo desse caráter associativo com a comunidade, foi criado em 2018, o Jogo da Maquete (Figura 25) com o objetivo de facilitar a concepção e discussão coletiva de projetos, principalmente em assessorias técnicas de grupos socioespaciais. Dessa forma, o jogo é composto em essencial por peças em escala 1/25, incluindo paredes com cinco dimensões diferentes, três tipos de janelas com diferentes larguras e alturas além de portas simples e duplas que se encaixam nas ranhuras da base do jogo que simula o terreno e permite a elaboração de espaços domésticos em um terreno de 12 x 12 metros em escala real por cada tabuleiro (MOM -Morar de outras maneiras-, 2019).

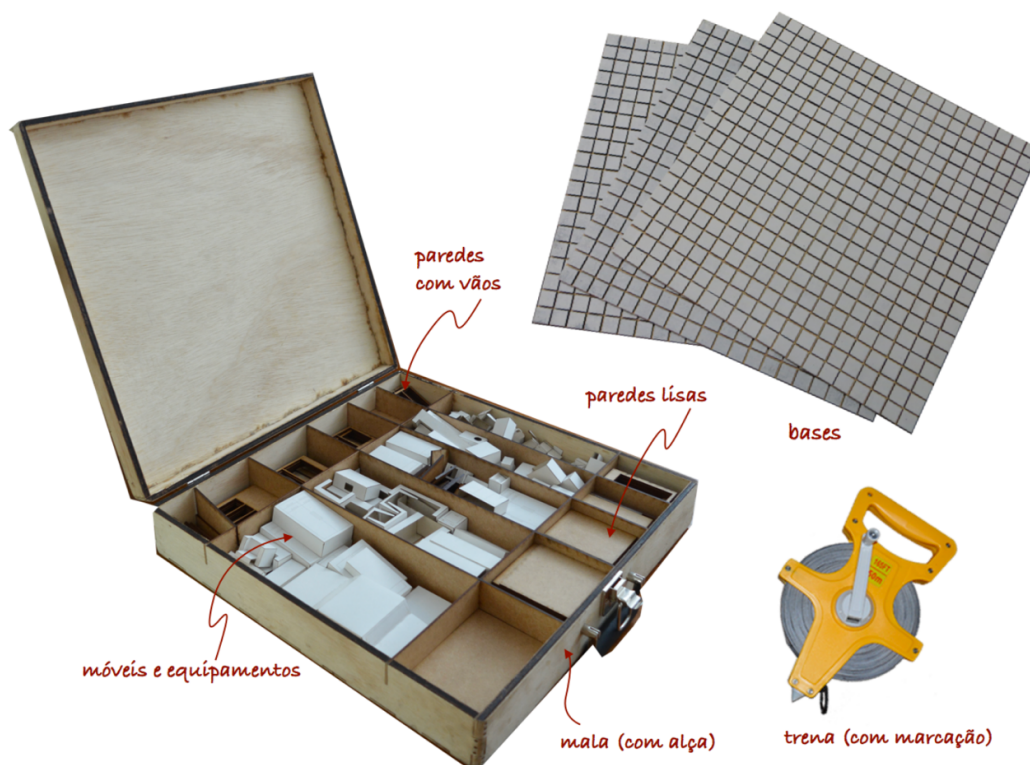


Figura 25 - Interface desenvolvida pelo MOM para melhor discussão coletiva (MOM -Morar de outras maneiras-, 2019).

Outros componentes do jogo são os móveis e equipamentos que permitem os jogadores a terem ideia de volumetria da ocupação espacial dos objetos, para além disso o JOMA é acompanhado com uma trena marcada (Figura 26) com a medida proporcional da maquete no espaço real para que os jogadores também tenham essa percepção afim de melhorar o desempenho da elaboração dos espaços. Assim, o jogo não tem a intenção de produzir uma maquete arquitetônica na concepção de convencimento ou até mesmo de venda, mas sim de estimular a imaginação dos jogadores em propor um espaço real que se alinhe com as suas necessidades cotidianas (MOM - Morar de outras maneiras-, 2019).

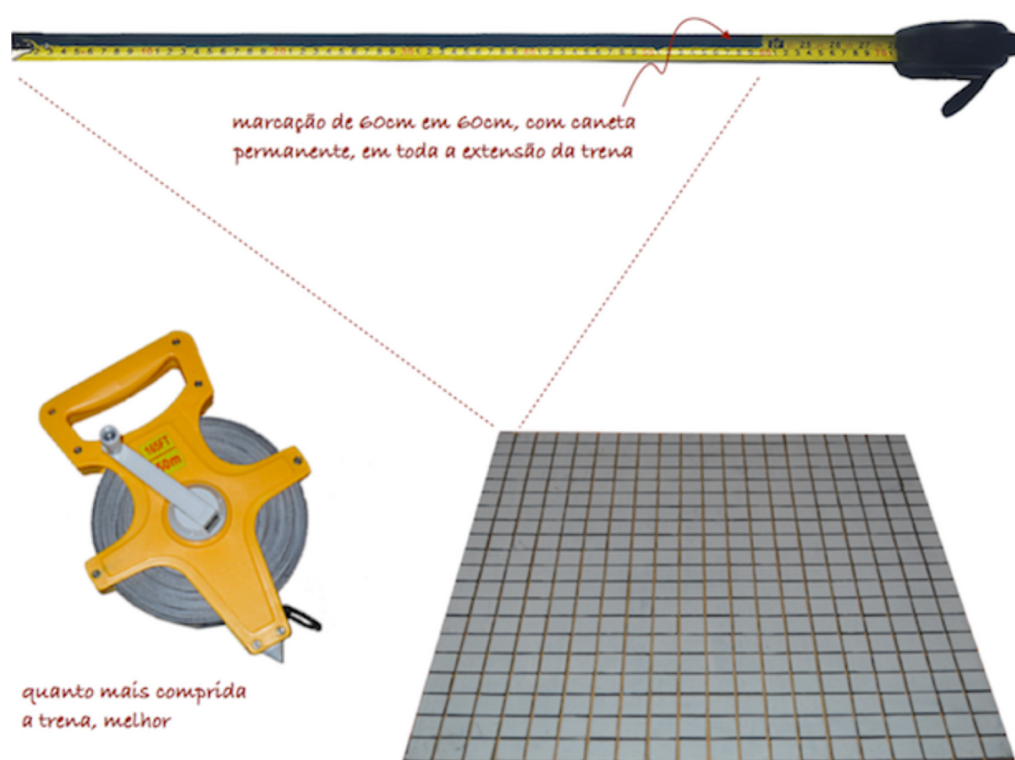


Figura 26 - Marcação da trena demonstrando a proporção no espaço real (MOM -Morar de outras maneiras-, 2019).

Tendo esta referência como efetiva nos resultados, adaptou-se para atender as demandas do projeto “Paisagens de cuidado e domesticidade”. Desta forma, foi impresso o material disponibilizado pelo MOM e renomeado para “House Game” (Figura 27) uma vez que os elementos das sessões do projeto “Paisagens de Cuidado e Domesticidade” partilham como língua comum, o inglês e introduzindo algumas alterações para alinhar com lacunas sentidas em workshops passados e levando em consideração a comunidade que iria interagir com o jogo. Para isso, foi adicionado etiquetas com nomes de espaços domésticos e marcação de local de possível escadaria em língua inglesa, ao mobiliário foi incluído mais um tipo de sanitário (Figura 28) comum em alguns países de grupos participantes do asiático sul, além de retirar a componente de

medição do jogo, já que a intenção não era produzir um espaço em escala, mas mapear um ambiente existente.



Figura 27 - "House Game", interface utilizada no workshop do projeto "Paisagens de domesticidade e cuidado" (De autoria própria, 2024).

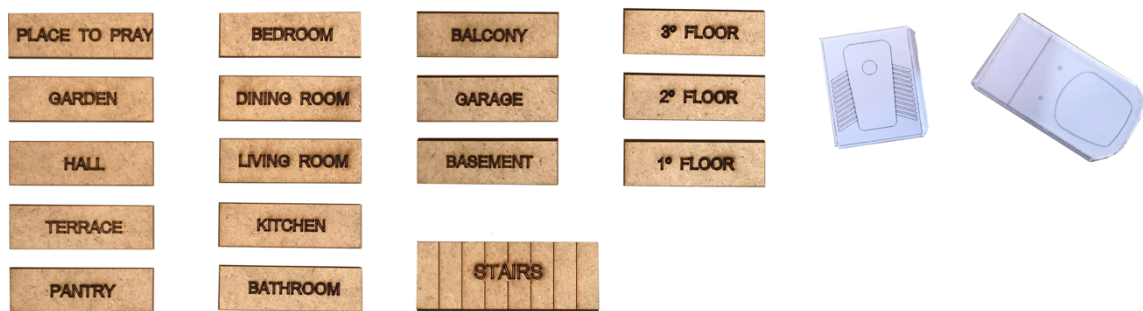


Figura 28 - Etiquetas dos espaços domésticos, tipificação dos pisos, marcação de escada e dois tipos de sanitários, adaptações realizadas para o jogo (De autoria própria, 2024).

O objetivo era que paralelamente com o mapeamento realizado a partir do desenho fosse possível incluir a discussão espacial do espaço doméstico dos participantes com base nas possibilidades que o jogo permitia. Por isso, inicialmente foi realizado uma breve entrevista para entender o contexto de cada casa, como por exemplo se localizava em um espaço urbano ou rural, se era apartamento ou casa e até mesmo quantos pisos possuíam. Logo em seguida foi realizado o desenho em planta das respectivas situações de moradia para que enfim fosse possível explorar com o jogo que por sua vez, tinha um funcionamento bastante simples de encaixar as peças modulares nas ranhuras do tabuleiro de acordo com as plantas dos apartamentos.

Nesse momento, o jogo ficou disposto em uma mesa para que as participantes pudessem contribuir com a montagem e o que mais se destacou inicialmente foi o interesse nas miniaturas dos mobiliários (Figura 29). Durante o processo, era nítido que o jogo suscitava grande estímulo das lembranças dos ambientes e em certos momentos até foi motivo para recordar de elementos

que não estavam presentes nas plantas anteriormente desenhadas, como algumas janelas adicionadas a partir do desenvolvimento da maquete.

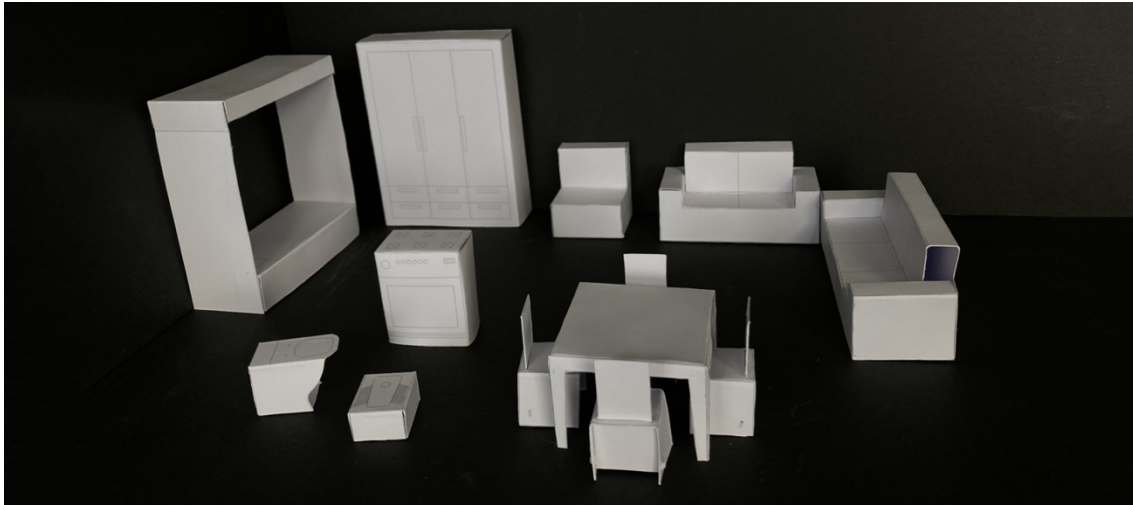


Figura 29 - Miniatura de mobiliário disponível no "House Game" (De autoria própria, 2024).

Outro contributo positivo foi o envolvimento ativo das participantes (Figura 30) que se engajaram ao conseguirem identificar os seus espaços domésticos no tabuleiro do jogo. Assim, o "House Game" se revelou uma interface pertinente para a elaboração do projeto "Paisagens de cuidado e domesticidade" à medida que permite tanto maior interação das participantes quanto nos fornecer mais pistas de elementos importantes por vezes esquecidos durante o processo de desenho. Além disso, o jogo finalizado (Figura 31) proporciona material visual com bastante interesse para divulgação na plataforma digital, servindo como fonte de pesquisa para o entendimento do modo de habitar em outros países, bem como aproximar o público de realidades alheias ou próximas daquelas vivenciadas no contexto europeu.



Figura 30 - A utilização do "House Game" em um dos workshops com a comunidade ucraniana, que autorizaram e aceitaram serem fotografadas durante o processo (De autoria própria, 2024).

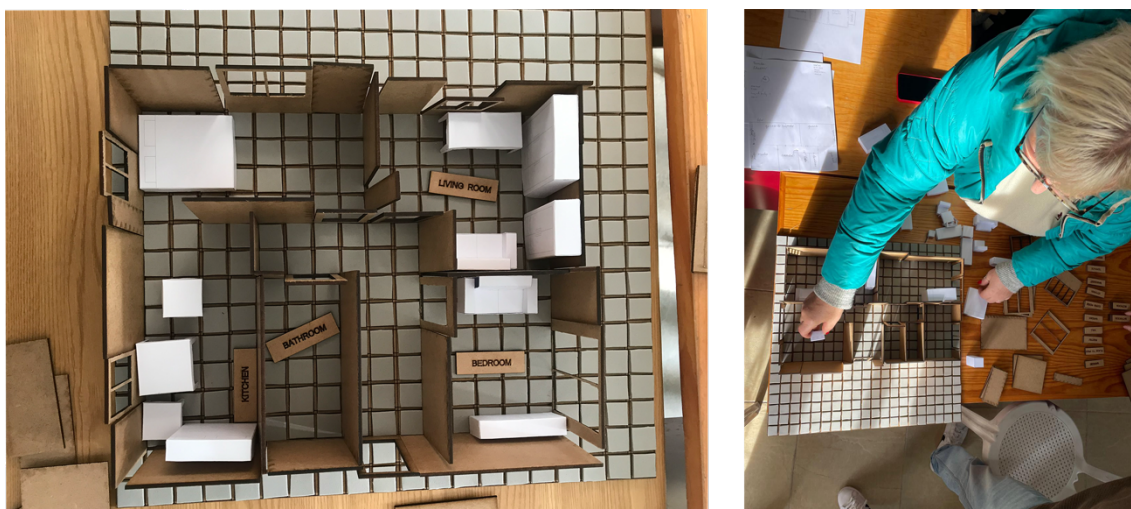


Figura 31 - Exemplo do jogo finalizado e da participante colocando o mobiliário, nesse caso em específico era um apartamento T2 na Ucrânia em um edifício multifamiliar de seis pisos (De autoria própria, 2024).

Durante a sessão foi recolhido algumas informações para compor a plataforma digital, como a tipologia da habitação, o país de localização, se a habitação é unifamiliar ou plurifamiliar e qual a quantidade de pisos. Essas questões serviram como abertura para o desenvolvimento do workshop, que estabelecia uma compreensão mútua do exercício de memória espacial a ser realizado.

Por fim, a semelhança das Oficinas Colaborativas realizadas na parte inicial do BNAUT, os processos desenvolvidos durante os workshops demonstram a capacidade da arquitetura em auxiliar em momentos que se relacionam com o trabalho de pesquisa anterior a obra construída, além de gerar aproximação do campo especializado com os habitantes e seus variados contextos. Convocamos aqui Hilde Heynen (1959-), que oferece uma abordagem multidimensional para entender a "domesticidade", que vai além da simples disposição física dos espaços domésticos. A autora sugere que a domesticidade pode ser analisada a partir de vários ângulos, cada um contribuindo para uma compreensão mais rica e complexa de como o espaço doméstico é configurado, vivenciado e influenciado por fatores externos (Hilde Heynen & Gülsüm Baydar, 2005, p. 1–28). Das conversas partilhadas e dos elementos de registros, foi possível derivar leituras e discursos que destacam que a arquitetura e o desenho não são apenas questões estéticas ou funcionais, mas também profundamente entrelaçados com questões de direito, comportamento, sociedade e poder.

O momento de escuta e partilha se fez relevante à medida que integra todos os elementos necessários para o projeto através da memória afetiva que as participantes têm com os espaços domésticos. Assim, tornar esse ambiente acolhedor por meio de uma interface tátil permite que os grupos compartilhem com maior lucidez o seu modo de habitar.

Cada um desses elementos contribui para uma complexa paisagem de "domesticidade", criando um campo fértil para discursos acadêmicos, críticos e práticos que exploram como os ambientes domésticos são construídos, vividos e percebidos.

Nesse aspecto, igualmente é possível recordar da teoria da ética do cuidado de Carol Gilligan (1936-), que afirma a necessidade e importância da escuta em seu trabalho, mas também evidencia a invisibilidade e negligência com as perspectivas da dualidade de gênero. Assim, como os grupos participantes das Oficinas Colaborativas eram formados por mulheres, ressalta a importância histórica que esse grupo tem com o espaço doméstico, não por convenção ou como afirmativo de hierarquia social, mas como potencial revolucionário e criador de um modo de habitar. Por esse viés, busca-se a pertinência da participação de todos nos processos de projetar e entender as formas de habitar, dando voz a complexidade das relações humanas de modo a delimitar espaço com o auxílio do campo especializado (Spinelli, 2023, p. 49–50).

Em 1992, a arquiteta Alison Smithson (1928-1993), integrante do Team 10 e crítica da arquitetura universalista imposta durante o Movimento Modernista, deixa um desenho (Figura 32) nomeado de pequenos prazeres da vida, no qual retrata apontamentos do cotidiano entre o habitante e a casa, evocando assim o movimento cíclico entre a influência que a arquitetura tem nas relações humanas e o contrário também se comprova verdadeiro. Na época, se pretendia entender novas formas de habitar em que o habitante fosse primordial e os projetos únicos mas hoje também é possível compreender a importância de se explorar a arquitetura do local, da escuta, da participação e do olhar atento ao movimento de habitar (Alison Smithson & Peter Smithson, 1994, p. 112–113).

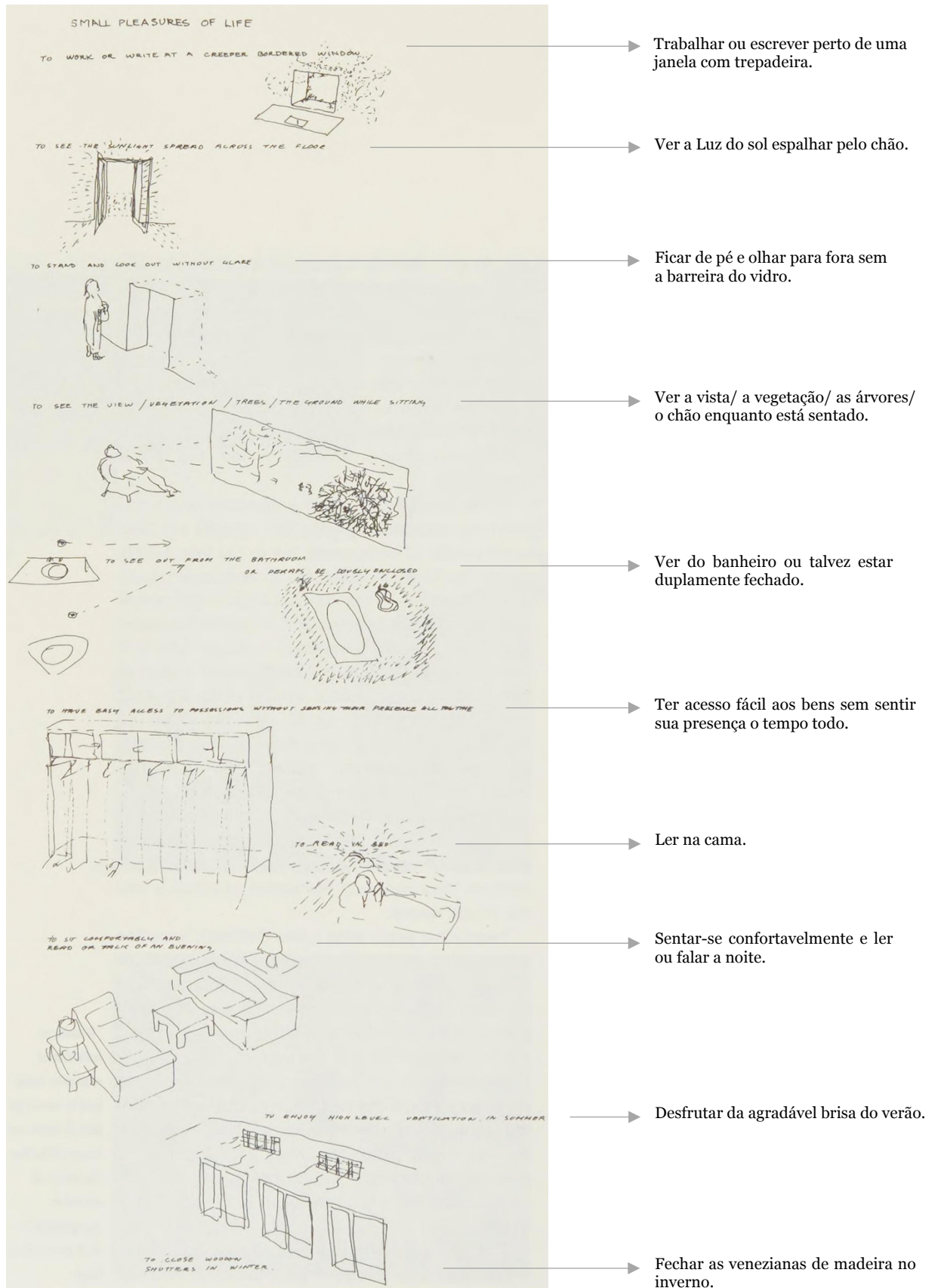


Figura 32 - "Small pleasure of life", ações cotidianas desenhadas pela arquiteta Alison Smithson em 1993 (Smithson & Smithson, 1994).

6. Considerações finais

Iniciamos este percurso, reconhecendo a complexidade da relação entre escola e ensino na formação profissional, influenciada pelos contextos sociopolíticos e culturais de cada época. Essa relação determina como as instituições educacionais ajustam as competências e a ética dos futuros profissionais para responder às demandas e desafios da sociedade.

Isto porque, as universidades, como centros de produção e transmissão de conhecimento, deveriam também ser lugares de formação ética, política e social. Ao longo da história, a maneira como os cursos são estruturados em Portugal reflete não apenas a necessidade de formar profissionais capacitados tecnicamente, mas também indivíduos capazes de atuar criticamente na sociedade. Conseguimos então estabelecer uma oscilação entre i) um predomínio de consciência social, geralmente associados a períodos de instabilidade social ou movimentos de luta por direitos, como as revoluções sociais, onde se verifica uma pressão para que os cursos incluíssem uma formação mais crítica e humanista. Profissionais formados nesses períodos tinham uma maior consciência sobre as desigualdades e buscavam atuar como agentes de transformação social; e ii) o enfoque tecnocrático, geralmente associado a tempos de desenvolvimento econômico e tecnológico, como nos períodos pós-guerra, existindo uma tendência a tecnocratizar os cursos, com maior foco nas ciências exatas, engenharia, eficiência e produtividade. O mesmo foi visto na segunda metade do século XX com a entrada de Portugal na União Europeia e o crescente apoio financeiro, anunciando uma retirada do Estado no debate crítico dos problemas da habitação compreendidos na atualidade.

Inevitavelmente vemos surgir por um lado, profissionais com uma maior consciência sobre as desigualdades buscando atuar como agentes de transformação social e, por outro lado, profissionais mais técnicos, com uma abordagem mais voltada para a otimização e a inovação tecnológica do que para a transformação social.

Conscientes de que a formação profissional está sempre em diálogo com o contexto em que ocorre, que em tempos de maior consciência social, a escola forma profissionais capazes de criticar e transformar a sociedade. Já em tempos de expansão tecnológica, tende a produzir profissionais mais tecnicamente especializados e voltados para o mercado. Essas duas tendências não são mutuamente exclusivas, mas coexistem e se cruzam constantemente, refletindo as complexas demandas do nosso mundo.

Essa relação dialética entre reformas educacionais, práticas tecnocráticas e consciência social continua sendo um dos maiores desafios no desenvolvimento curricular e profissional dos arquitetos. Como recuperar o papel da academia como espaço de reflexão e contribuição na resolução de problemas sociais e territoriais? Justifica-se, assim, a revisitação das principais

reformas ocorridas desde o início do ensino moderno, reforçando a importância de formar arquitetos que sejam agentes de transformação social e territorial.

Ao longo da dissertação, tornou-se evidente que o papel do arquiteto vai muito além de uma função técnica ou estética. Está profundamente ligado às questões sociais e políticas do território em que atua. A prática arquitetônica contemporânea precisa ser reavaliada, considerando a complexidade crescente dos problemas urbanos e territoriais enfrentados pelas sociedades.

Entendemos que o ensino de arquitetura deve promover uma formação mais crítica, onde os arquitetos sejam não apenas tecnólogos, mas cidadãos engajados, conscientes do impacto social de sua profissão. O fortalecimento da responsabilidade social é fundamental para preparar futuros arquitetos para enfrentar desafios como a desigualdade urbana e a crise habitacional.

Históricos como o SAAL e outros movimentos progressistas demonstram que arquitetos atuando como agentes sociais podem gerar transformações significativas. Assim, a visão crítica e engajada do arquiteto é mais relevante do que nunca, considerando os desafios emergentes como a crise climática. Ainda na perspectiva do SAAL, é importante relembrar que o arquiteto Nuno Portas antes mesmo do programa, já se empenhava na validação da arquitetura influenciada pela vida cotidiana do utente, ou seja, a preocupação com as necessidades diárias daria maior possibilidade de apropriação espacial pelos cidadãos, da escala doméstica até a escala urbana.

Propõe-se que o arquiteto do futuro seja comprometido com a sustentabilidade, a equidade e a inclusão social. Ao se posicionar como agente político e social, ele contribuirá para a criação de espaços urbanos mais justos e democráticos, atendendo às necessidades reais das populações. Para o efeito, é necessário que essa perspectiva seja criada na universidade, a partir de exercícios acadêmicos que relacionem diretamente com a comunidade em detrimento do foco nas formulações tipológicas.

Os casos de estudo apresentados no presente trabalho evidenciam que a universidade pode constituir-se como um espaço privilegiado para o fomento de debates voltados à formulação de soluções frente aos desafios contemporâneos, abrangendo distintas escalas e articulações institucionais. Respaldados por uma contextualização histórica aprofundada, os casos de estudo apresentados respondem às questões propostas no início desta dissertação, ao passo que ilustram a retomada do protagonismo acadêmico no estímulo à formação de arquitetos-cidadãos: profissionais críticos, reflexivos e aptos a enfrentar, com maior eficácia, os desafios globais e locais de nosso tempo.

Outro ponto de indagação apresentado refere-se à possibilidade de se renovar a maneira como a arquitetura é concebida, especialmente no contexto de uma lógica hegemônica marcada pela produção e consumo em massa. Nesse aspecto, constatou-se que tal lógica tem progressivamente permeado tanto a prática profissional da arquitetura quanto a formação acadêmica dos

estudantes. Contudo, os casos de estudo analisados revelam que essa abordagem, excessivamente centrada no produto arquitetônico final, pode ser revertida ao se privilegiar nas etapas iniciais de investigação a participação no processo arquitetônico. Assim, um enfoque mais apurado na fase de pesquisa, devidamente estruturada, não apenas antecipa a identificação de problemas potenciais, mas também favorece a adaptação dos processos às especificidades locais, afastando-se de perspectivas universalistas e homogêneas.

A iniciativa “Mais do que Casas” é um exemplo da mais-valia em unir instituições em um sistema de compartilhamento de pesquisas, em semelhança e com a inspiração direta no desenvolvimento empenhado no SAAL. É sabido que o cerne da criação dessa proposta é a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril e o legado do SAAL-Norte na FAUP, no entanto, é necessário aumentar qualquer iniciativa de debate, principalmente a fim de recuperar o campo dialético entre docentes e alunos, e que não dependam de marcos temporais ou comemorações para ocorrerem, sendo um processo de investigação contínua que atenda as necessidades do território e de seus habitantes.

O exercício acadêmico, utilizado como um dos casos de estudo, “Metrópole rural”, explicita o olhar atento ao território em que se insere. Assim, ao longo do ano letivo, é discutido e mapeado situações que levem ao entendimento territorial, levando em consideração o rico legado histórico da Cova da Beira, mas também associando uma nova camada das dificuldades e oportunidades trazidas pelas transformações contemporâneas. A complexidade da dimensão territorial tornou o exercício abundante em perspectivas a serem abordadas, havia fatores que influenciavam qualquer proposta: a natureza selvagem ou não, o vazio demográfico, o relevo, o isolamento das povoações por falta de mobilidade, entre outras questões materiais e imateriais. Por isso, a oportunidade de dissecar novas possibilidades arquitetônicas sensibiliza o aluno a expandir os limites da casa, do bairro e da cidade.

Em sequência, o segundo caso de estudo relacionado com o BNAUT extrapola os muros da universidade em um acordo com o município do Fundão. Com o objetivo de dar resposta célere e de qualidade que a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário exige, a lógica tradicional de produção arquitetônica é modificada, adicionando um fator de pesquisa ancorada na universidade. As Oficinas Colaborativas bem como a análise dos dados recolhidos materializam o saber científico e impulsionam o processo de desenho e planejamento dos fogos, além de aproximar os beneficiários dos alojamentos do resultado, já que a pretensão é realizar um projeto inclusivo que atenda a variados perfis de nacionalidades.

Por outro ponto, sobre o desenvolvimento das Oficinas Colaborativas, a participação de alunos nesse processo enriquece o percurso universitário e cria espaços de debate baseado na escuta das necessidades da sociedade. Assim, se entende para quem iremos produzir, quais serão as preocupações e até mesmo em que temáticas devemos nos debruçar, tanto para discussões dentro da universidade entre docentes e alunos, mas também no envolvimento da comunidade nesses

debates. Entretanto, é preciso que essas iniciativas saiam da exceção e se tornem a regra com a finalidade de alavancar coletivamente um ensino mais ativista e engajado com o futuro.

O último caso de estudo apresentado, igualmente conta com a participação de alunos, e no qual também dou minha contribuição. Nesse sentido, o projeto vencedor do ‘Programa Promove’ denominado “Paisagens de Cuidado e Domesticidade” teve suporte no caso de estudo anteriormente mencionado, mas impulsiona uma nova perspectiva da materialização do campo arquitetônico. Quando se trata de arquitetura, logo se pensa que o resultado do processo sempre se liga a algo construído, físico e com materialidade dotada de conhecimento técnico, entretanto, fica nítido outras possibilidades de intervenção justamente quando observamos o terceiro caso de estudo em que o resultado se entrelaça com o mapeamento de narrativas por meio da arquitetura, do espaço e da intimidade, como processo integrador. Assim, foi possível enxergar a pluralidade da prática arquitetônica respaldada pelo ensino e conseqüentemente da universidade, lugar propício para a exploração de soluções.

A união do desenho com a interface utilizada nos workshops com a comunidade de refugiados abre espaço para uma intervenção com maior interatividade com a comunidade. Nesse sentido, há a valorização dos aspectos intrínsecos ao cotidiano, por um lado o desenho explora o imaginário do objeto arquitetônico a partir de elementos básicos como paredes, portas e a disposição dos cômodos, por outro, se explora o movimento cotidiano através da volumetria e da colocação de mobiliário. Sobre esse contexto, interessa compreender as formas e especificidades de habitar, de modo a alavancar a responsabilidade ética do profissional em arquitetura em entender o seu impacto na sociedade.

Com o auxílio dos três contributos, entende-se três fatores, o primeiro se relaciona com o exercício acadêmico utópico, no sentido de possibilitar o andamento para um lugar melhor daquele que estamos (Galeano, 2001). É necessário idealizar o futuro utópico munido com todas as soluções para as problemáticas do presente pois através desse raciocínio torna-se viável o entendimento e mapeamento do problema de uma forma holística, ressaltada pela elaboração de tentativas e erros além de ser geradora de boas propostas para implementação. O segundo fator, envolve o acesso da produção científica arquitetônica na resolução direta do problema, nesse sentido é visível a importância da participação coletiva e criadora de elos, acessando a potência de cada participante, técnico ou não. Por último, o terceiro fator diz respeito ao contributo fora do pressuposto para o campo da arquitetura, atendendo práticas e resultados distintos que não só se diferencia do exercício acadêmico subjetivo e promotor de ideias, mas também da produção com a finalidade de construção observada no segundo caso de estudo.

Provavelmente, o terceiro fator seja o mais complexo pois acessa uma camada onde não é possível distinguir com clareza os dogmas criados pela setorização de papel, onde nada se mistura e tudo possui uma lógica específica de acontecimento. Assim, não se tem nem o documento científico final nem a construção, mas um resultado outro que precisa do contributo da arquitetura, de

outros técnicos e da comunidade. E é por isso que há a validação do resultado como um contributo arquitetônico, pois impulsionam temáticas tradicionalmente ligadas à arquitetura, como o planejamento urbano, a coesão territorial e, em específico no terceiro caso de estudo, impulsiona a produção construtiva de alojamento e gestão habitacional de comunidades migrantes e refugiadas.

Por fim, acredita-se que a postura crítica e engajada permitirá que a profissão recupere sua relevância não apenas no campo técnico, mas também na construção de um mundo mais justo e equilibrado. As experiências reais e de contacto com práticas de interação entre academia, municípios e instituições, que o curso de Arquitetura da UBI está a promover ao longo da formação são decisivas para essa consciência e sensibilidade, como revelaram os casos de estudo, tornando o arquiteto atento às necessidades globais, mas sempre com um olhar local e social cotidiano.

7. Bibliografia

- 1º Congresso Nacional de Arquitectura | 1948 (with Sindicato Nacional dos Arquitectos). (1948). Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- A Cidade de Portas*. (2023, julho 11). RTP Play. <https://www.rtp.pt/play/p11004/e704481/a-cidade-de-portas>
- Accornero, G. (2009). *Efervescência estudantil: estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)* [Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/321>
- Agarez, R. C. (Org.) (with Domingues, José.). (2018). *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*. I.H.R.U.
- Alison Smithson & Peter Smithson. (1994). *Changing the art of inhabitation*. Artemis.
- Allegra, M., & Tulumello, S. (2019). O estado da habitação: Introdução ao dossier. *Cidades. Comunidades e Territórios*, 38, iii–ix. <https://doi.org/10.15847/citiescommunitiesterritories.jun2019.038.doss-edit>
- Antunes, M. J. S. (2022). *Lutas dos estudantes na ditadura e sua influência nas transformações educativas após o 25 de Abril: Os movimentos estudantis do Porto (1968-1974)*. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/144297>
- Bandeirinha, J. A. (2010). O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, Artigo 91. <https://doi.org/10.4000/rccs.1816>
- Bandeirinha, J. A. (2016). *Nuno Teotónio Pereira 1950-1970. Arquitectura como prática política*. 21. <http://hdl.handle.net/11144/3002>
- Cavalcanti, R. C. (2014). *A ARQUITETURA DOS CRAVOS, Da Experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no Porto* [Tese (Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano)]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Charles Jencks. (2006). *Movimentos Modernos em Arquitectura*. Edições 70.

- Coelho, C. (2008). *A questão do arquitecto: A sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje* [Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitectura), Universidade de Coimbra]. <https://hdl.handle.net/10316/7392>
- Correia, N. (2010). A crítica arquitectónica, o debate social e a participação portuguesa nos “Pequenos Congressos” – 1959/1968. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 41–57. <https://doi.org/10.4000/rccs.4158>
- Costa, P. M. C. B. da. (2014). *Da Recepção à Transmissão: Reflexos do Team 10 na Cultura Arquitectónica Portuguesa 1951-1981* [Tese (Doutorado em Arquitectura), Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/23824>
- Delicado, A., & Ferrão, J. (2024). *Portugal Social em Mudança—50 anos do 25 de Abril*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/65220>
- Dias, F. S., & Portas, N. (1972). *Habitação evolutiva* (Vol. 126).
- Esteves, J. J. F. C. R. (2018, janeiro 30). 1967: Arquitectura Portuguesa em Transição - Experiências no âmbito do Concurso Internacional para a Câmara de Amesterdão. 1967: *Arquitectura Portuguesa em Transição - Experiências no âmbito do Concurso Internacional para a Câmara de Amesterdão*. 1967: Arquitectura Portuguesa em Transição - Experiências no âmbito do Concurso Internacional para a Câmara de Amesterdão. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/81603>
- FAUP (Diretor). (2023, maio 3). *Mais do que Casas | Seminário #01 | Abertura e Painel 1* [Gravação de vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=7TpxSruSOE>
- Félix, R. D. (2020). *Habitação Evolutiva. Projeto para o Programa de Autoconstrução em Santa Maria da Feira* [Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitectura), Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/134008>
- Fernandes, E. J. (2010). *A escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de escola* [Tese (Doutorado em Arquitectura), Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/12009>
- Lixa Filgueiras, O. (1962). *Da função social do arquitecto*. Porto: Edições Sousa & Almeida.
- Gadano, P. (2022). *O Futuro na Metrópole Rural—Um manifesto para a Beira Interior* (Documento não publicado).

Galeano, E. (2001). *Las Palabras Andantes*. Catálogos S.R.L.

Ginoulhiac, M. (2009). *O ensino do projecto de Arquitectura Contribuições para um debate crítico em torno da prática contemporânea*. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/65271>

Gomes, F. M. P. e. (2019). *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa: Contributo para o entendimento das causas do problema da «casa portuguesa»* [Tese (Doutorado em Arquitectura), Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/87628>

Gonçalves, C., Borges, M., Marques, J. L., & Trigo, S. (2024). Habitar habitats de segregação funcional persistente em bairros de arrendamento público geridos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. *Cidades. Comunidades e Territórios*, sp24, Artigo sp24. <https://journals.openedition.org/cidades/8462>

Guilherme, P. M. H. S. (2016). *O concurso internacional de arquitetura como processo de internacionalização e investigação na arquitetura de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura* [doctoralThesis, Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitectura]. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11525>

Hilde Heynen & Gülsüm Baydar. (2005). *Negotiating Domesticity: Spatial productions of gender in modern architecture*. Routledge. https://kuleuven.limo.libis.be/discovery/fulldisplay/lirias1560092/32KUL_KUL:Lirias

Jorge, S. (2024). A resposta do Plano de Recuperação e Resiliência às situações de indignidade habitacional: Um olhar sobre as estratégias locais de habitação traçadas e as oportunidades em aberto. *RPER*, 68, Artigo 68. <https://doi.org/10.59072/rper.vi68.549>

Leite, J. N. N. M. (2023). *O direito à habitação na cidade de Lisboa: Quais as estratégias reivindicativas mais consequentes com a alteração de política pública?* [masterThesis, Instituto Superior de Economia e Gestão]. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/30185>

Lima, L. C., Azevedo, M. L. N. de, & Catani, A. M. (2008). O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 13, 7–36. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000100002>

Marum, J., Garcia, A., & Gadanho, P. (2023). *A Metrópole Rural. Futura Região de Acolhimento para Migrantes Climáticos (Documento não publicado)*. Universidade da Beira Interior.

- Matos, F. L. de. (2015). *Da implantação da República à Primeira Guerra: As primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias*. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/90722>
- Ministério do Planeamento. (2021). *Apresentação do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência*. <https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2024/04/PRR.pdf>
- MOM -Morar de outras maneiras-. (2019). *MOM. Morar de Outras Maneiras*. <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>
- Moniz, G. C. (2010). A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, Artigo 91. <https://doi.org/10.4000/rccs.4163>
- Moniz, G. C. (2011). *O ensino moderno da arquitectura: A reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)* [Tese (Doutorado em Arquitectura), Universidade de Coimbra]. <https://hdl.handle.net/10316/18438>
- Moniz, G. C. (2012). A Reforma de 57: Em Direção a um Ensino Universitário da Arquitectura. *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, 155–168. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/24373>
- Montaner, J. M., & Muxí, Z. (2011). *Arquitectura y política: Ensayos para mundos alternativos*. Gustavo Gili.
- Novais, T., & Pereira, L. (2023). *MAIS DO QUE CASAS*. <https://maisdoquecasas.arq.up.pt/>
- Os Presidentes da Ditadura Nacional e do Estado Novo. ([s.d.]). *RTP Ensina*. Recuperado 23 de agosto de 2024, de <https://ensina.rtp.pt/dossie/os-presidentes-da-republica/os-presidentes-da-ditadura-nacional-e-do-estado-novo/>
- Paulino, R. A. G. e. (2014). *ESBAP|FAUP. O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um Projeto Pedagógico entre 1969 e 1984*. [Tese (Doutorado em Arquitectura), Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/117498>
- Pereira, G. M. (2014). SAAL: Um programa de habitação popular no processo revolucionário. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4, 13–31. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1200>
- Pinto, P. (2015). *O Lugar do Projeto, O Ensino da Arquitectura e a Adequação Portuguesa ao Processo de Bolonha (2006-2014)* [Tese (Doutorado em Arquitectura), Instituto Universitário de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10071/12330>

- Reis, S. B. S. dos. (2007). *74-86 arquitectura em Portugal: Uma leitura a partir da imprensa* [Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura), Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/9975>
- Ribeiro, C. T., & Sebastião, S. P. (2023). O Pacto Ecológico Europeu e a Comunicação Pública das Alterações Climáticas: Estudo de caso da Câmara Municipal de Lisboa. *Media & Jornalismo*, 23(42), Artigo 42. https://doi.org/10.14195/2183-5462_42_7
- Santos, A., Branco-Teixeira, M., & Valença, P. (2023). *Políticas Locais de Habitação: O papel dos municípios no âmbito das novas políticas de habitação*. *Vida Económica*.
- Setton, M. da G. J. (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: Uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, 60–70. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>
- Silva, C. E. R. e. (2016). *A Divulgação Internacional da Arquitectura Portuguesa 1976-1988*. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/87676>
- Silva, L. C. M. (2011). *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990* [Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura), Faculdade de Arquitectura de Lisboa]. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3653>
- Silva, L. C. M. (2019). *Escola de Lisboa: Arquitectura e cultura entre 1970 e 1986* [doctoralThesis]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/17704>
- Spinelli, L. M. (2023). A ÉTICA DO CUIDADO DE CAROL GILLIGAN: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA. *Thaumazein: Revista Online de Filosofia*, 16(32), Artigo 32. <https://doi.org/10.37782/thaumazein.v16i32.4499>
- Távora, F. (1999). *Da organização do espaço*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Tostões, A., & Costa, S. V. (Orgs.). (2004). *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*. Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Treno, P. S. C. (2015). *Manifesto e mimese: Passado e presente no brutalismo britânico* [Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura), Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/30908>

Bibliografia de Figuras

Alves, A. C. (Agosto de 2014). *Congresso de Otterlo - Fim dos CIAM*. Obtido em Setembro de 2024, de Cronologia do Urbanismo: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1560>

Bandeirinha, J. A. (2011). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra : Imprensa da Universidade.

Candeias, T. (Julho de 2024). *Arquitectura Aqui*. Obtido em Setembro de 2024, de Conjunto Habitacional da Comissão para o Alojamento de Refugiados (CAR), Arronches: <https://arquitecturaaqui.eu/obras/6131/conjunto-habitacional-da-comissao-para-o-alojamento-de-refugiados-car-arronches#gallery-5>

Comissão Organizadora. (Dezembro de 1969). *O Encontro Nacional de Arquitectos Dezembro de 1969*. Obtido em Setembro de 2024, de Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul: https://oasrs.org/media/uploads/Encontro%20Nac%20de%20Arq_1969.pdf

Costa, J. (Março de 2012). *Crise de 1962: Como a ditadura perdeu os estudantes*. Obtido em Setembro de 2024, de Esquerda: <https://www.esquerda.net/artigo/crise-de-1962-como-ditadura-perdeu-os-estudantes/22462>

Fundação Marques da Silva. (1948). Obtido em Setembro de 2024, de Primeiro Congresso Nacional de Arquitectura: <https://arquivoatom.up.pt/index.php/fotografia-de-grupo-4>

Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana. (2018). *Habitação: 100 anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa.

Leite, J. A. (Julho de 2022). *Pátio do Biaggi*. Obtido em Setembro de 2024, de Restos de Colecção : <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2022/07/patio-do-biaggi.html>

Marum, J., Garcia, A., & Gadanho, P. (Outubro de 2023). *A Metrópole Rural. Futura Região de Acolhimento para Migrantes Climáticos* (Documento não publicado). Universidade da Beira Interior.

MOM -Morar de outras maneiras-. (2019). *Jogo da Maquete*. Obtido de Grupo mom - morar de outras maneiras. : <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>

- Moniz, G. C. (01 de Dezembro de 2010). A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 56-76. Obtido de <https://journals.openedition.org/rccs/4163>
- Novais, T., & Pereira, L. T. (2023). *MAIS DO QUE CASAS*. Obtido de <https://maisdoquecasas.arq.up.pt/>
- Pinto, J. R. (2015). *"Ilhas" do Porto : levantamento e caracterização*. Porto: Universidade do Porto.
- RTP2. (2023). *A Cidade de Portas*. Portugal.
- Sá, C. d. (20 de Setembro de 1953). *Diario de Lisboa*. Obtido em Setembro de 2024, de Casa Comum: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06337.058.13821#!7>
- Sadio, P. (2022). *Blocos Habitacionais da Célula C - Olivais Sul, com Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas*. Obtido de Trienal de Arquitectura de Lisboa: <https://www.trienaldelisboa.com/galeria/d/>
- Salay, J. (Abril de 2023). *25 de abril e a habitação: quando o povo toma a dianteira*. Obtido em Setembro de 2024, de Em Luta: <https://emluta.net/2023/04/24/25-de-abril-e-a-habitacao-quando-o-povo-toma-a-dianteira/>
- Sérgio, O. (Abril de 2007). *17 de Abril de 1969*. Obtido em Setembro de 2024, de Guitarra de Coimbra (Parte I) : <https://guitarradecoimbra.blogspot.com/2007/04/h-38-anos-atrs-coimbra-estava-em-ebulio.html>
- Smithson, A., & Smithson, P. (1994). *Changing the art of inhabitation*. Londres: Artemis.
- The Pritzker Architecture Prize . (s.d.). *Alvaro Siza Ceremony Videos*. Obtido em Setembro de 2024, de The Pritzker Architecture Prize : <https://www.pritzkerprize.com/laureates/1992#laureate-page-149>